

## Rede Energia S/A | Resultados do 3º trimestre de 2016

São Paulo, 11 de novembro de 2016 - A Administração da Rede Energia S/A (“Rede Energia” ou “Companhia”) apresenta os resultados do terceiro trimestre (3T16) e dos primeiros nove meses de 2016 (9M16).

As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado o contrário, são apresentadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (International Financial Reporting Standards - IFRS).

### 1 Perfil do negócio e destaques econômico-financeiros

A Rede Energia S/A tem como base dos seus negócios a distribuição de energia elétrica, sendo responsável por nove distribuidoras localizadas nos estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, São Paulo e Paraná, que compreende 436 municípios. A base comercial das distribuidoras da Rede Energia abrange aproximadamente 3,6 milhões de unidades consumidoras e envolve uma população de 9,1 milhões de habitantes.

Resume-se a seguir o desempenho econômico-financeiro da Companhia nos primeiros nove meses de 2016 e 2015:

Descrição	Trimestre			Acumulado		
	3T16	3T15	Var. %	9M16	9M15	Var. %
<b>Resultados - R\$ milhões</b>						
Receita Operacional Bruta	2.997,1	3.278,9	- 8,6	8.780,9	9.276,4	- 5,3
Receita Operacional Bruta, sem receita de construção	2.657,4	2.981,2	- 10,9	7.953,9	8.594,7	- 7,5
Receita Operacional Líquida	1.955,4	1.983,1	- 1,4	5.531,7	5.791,7	- 4,5
Receita Operacional Líquida, sem receita de construção	1.615,7	1.685,4	- 4,1	4.704,6	5.110,0	- 7,9
Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras (EBIT)	217,5	80,0	+ 171,9	385,3	280,7	+ 37,3
EBITDA	341,8	196,2	+ 74,2	759,4	920,7	- 17,5
EBITDA Ajustado	406,1	241,1	+ 68,4	885,6	1.012,3	- 12,5
Resultado financeiro	(128,0)	(106,0)	+ 20,8	(268,4)	(252,8)	+ 6,2
Lucro Líquido	62,9	0,9	+ 6.888,9	102,2	293,8	- 65,2
<b>Indicador Relativo</b>						
EBITDA Ajustado/Receita Líquida (%)	20,8	12,2	+ 8,6 p.p	16,0	17,5	- 1,5 p.p
<b>Indicador Operacional</b>						
Vendas de energia a consumidores cativos + livres (GWh)	4.662,6	4.728,7	- 1,4	14.222,4	14.136,5	+ 0,6

Obs.: EBITDA é a soma do lucro líquido, impostos, resultado financeiro e depreciação/amortização, conforme Instrução CVM 527/12.  
EBITDA Ajustado = EBITDA + receitas de acréscimos moratórios.

### 2 Desempenho operacional

#### 2.1 Mercado de energia

As vendas consolidadas de energia elétrica a consumidores finais (mercado cativo) localizados na área de concessão da Rede Energia, somadas ao transporte de energia para os consumidores livres (TUSD), totalizaram 4.662,6 GWh no 3T16, representando uma redução de 1,4% em relação ao 3T15. Já no acumulado em 9M16, as vendas consolidadas mostraram aumento de 0,6% do consumo.

No terceiro trimestre de 2016, a energia elétrica total comercializada pela Rede Energia somou 5.192,5 GWh, contra 4.809,2 em igual período do ano passado. No acumulado em nove meses (9M16), a energia total comercializada atingiu 15.521,4 GWh, um incremento de 5,1% sobre o volume registrado em 9M15.

A composição desse crescimento é a seguinte:

Descrição Valores em GWh	Trimestre			Acumulado		
	3T16	3T15	Var. %	9M16	9M15	Var. %
✓ Vendas de energia a consumidores finais (Mercado Cativo)	4.030,3	4.191,9	- 3,9	12.469,0	12.524,4	- 0,4
✓ Energia associada a consumidores livres (TUSD)	632,6	536,8	+ 17,8	1.753,4	1.612,1	+ 8,8
<b>Subtotal (Mercado Cativo + TUSD)</b>	<b>4.662,6</b>	<b>4.728,7</b>	<b>- 1,4</b>	<b>14.222,4</b>	<b>14.136,5</b>	<b>+ 0,6</b>
✓ Suprimento de energia	565,9	35,0	+ 1.516,9	1.473,7	669,5	+ 120,1
✓ Energia não Faturada	(36,0)	45,5	-	(174,7)	(41,0)	+326,1
<b>Total Energia Comercializada - Rede Energia consolidada</b>	<b>5.192,5</b>	<b>4.809,2</b>	<b>+ 8,0</b>	<b>15.521,4</b>	<b>14.765,0</b>	<b>+ 5,1</b>

### Mercado Cativo de Energia Elétrica por Classe de Consumo + TUSD (Consolidado)

Descrição Valores em GWh	Trimestre			Acumulado		
	3T16	3T15	Var. %	9M16	9M15	Var. %
<b>Vendas de energia a consumidores finais + TUSD</b>	<b>4.662,6</b>	<b>4.728,7</b>	<b>- 1,4</b>	<b>14.222,4</b>	<b>14.136,5</b>	<b>+ 0,6</b>
✓ Residencial	1.520,9	1.509,2	+ 0,8	4.859,6	4.666,0	+ 4,1
✓ Industrial	1.056,2	1.112,9	- 5,1	3.143,3	3.354,1	- 6,3
▪ Cativo	492,2	618,0	- 20,4	1.555,7	1.869,3	- 16,8
▪ Livre	564,0	494,8	+ 14,0	1.587,6	1.484,8	+ 6,9
✓ Comercial	924,2	973,2	- 5,0	2.945,7	2.981,2	- 1,2
▪ Cativo	864,5	931,2	- 7,2	2.789,2	2.853,8	- 2,3
▪ Livre	59,7	42,0	+ 42,1	156,5	127,3	+ 22,9
✓ Rural	591,9	555,5	+ 6,6	1.536,4	1.426,3	+ 7,7
▪ Cativo	583,0	555,5	+ 5,0	1.527,1	1.426,3	+ 7,1
▪ Livre	8,9	-	-	9,3	-	-
✓ Outras classes	569,4	578,0	- 1,5	1.737,4	1.709,1	+ 1,7

### Mercado Cativo + TUSD por Distribuidora e Região

Descrição Valores em GWh	Trimestre			Acumulado		
	3T16	3T15	Var. %	9M16	9M15	Var. %
<b>Região Norte</b>	<b>561,7</b>	<b>558,1</b>	<b>+ 0,6</b>	<b>1.646,9</b>	<b>1.539,6</b>	<b>+ 7,0</b>
✓ Energisa Tocantins	561,7	558,1	+ 0,6	1.646,9	1.539,6	+ 7,0
<b>Região Centro-Oeste</b>	<b>3.169,0</b>	<b>3.229,0</b>	<b>- 1,9</b>	<b>9.628,0</b>	<b>9.614,0</b>	<b>+ 0,1</b>
✓ Energisa Mato Grosso	2.025,1	2.068,8	- 2,1	5.980,1	5.915,3	+ 1,1
✓ Energisa Mato Grosso do Sul	1.143,9	1.160,2	- 1,4	3.647,9	3.698,7	- 1,4
<b>Regiões Sul/Sudeste</b>	<b>931,9</b>	<b>941,6</b>	<b>- 1,0</b>	<b>2.947,5</b>	<b>2.982,9</b>	<b>- 1,2</b>
✓ Caiuá	248,9	257,9	- 3,5	830,4	842,7	- 1,5
✓ Vale Paranapanema	207,4	211,4	- 1,9	667,1	680,9	- 2,0
✓ Bragantina	271,5	266,4	+ 1,9	803,8	808,2	- 0,5
✓ Nacional	132,9	134,8	- 1,4	433,2	433,5	- 0,1
✓ Força e Luz do Oeste	71,2	71,1	+ 0,1	213,0	217,6	- 2,1
<b>Total - Distribuição</b>	<b>4.662,6</b>	<b>4.728,7</b>	<b>- 1,4</b>	<b>14.222,4</b>	<b>14.136,5</b>	<b>+ 0,6</b>

As distribuidoras da Rede Energia encerraram o mês de setembro de 2016 com um total de 3.616.704 unidades consumidoras cativas e com 283 clientes livres, quantidade 1,4% maior em relação a setembro de 2015. A Rede Energia faturou desses consumidores livres o montante de R\$ 402,8 milhões em 9M16 e R\$ 246,7 milhões em 9M15.

### 2.1.1 Perdas de energia elétrica

Após a aquisição do seu controle acionário pela Energisa S/A, as distribuidoras da Rede Energia vêm ampliando as ações de fiscalizações das unidades consumidores das suas distribuidoras, visando ao combate ao furto e à fraude no consumo de energia elétrica.

Nos primeiros nove meses de 2016, as perdas de energia das distribuidoras da Rede Energia foram as seguintes:

Distribuidoras 12 Meses % da Energia Requerida	Perdas Técnicas (%)				Perdas Não-Técnicas (%)				Perdas Totais (%)			
	set/15	jun/16	set/16	ANEEL	set/15	jun/16	set/16	ANEEL	set/15	jun/16	set/16	ANEEL
Energisa Mato Grosso	10,07	9,74	9,71	9,78	3,98	5,54	6,03	3,71	14,05	15,28	15,74	13,50
Energisa Mato Grosso do Sul	9,49	10,05	10,09	12,21	4,72	4,36	4,18	3,00	14,21	14,40	14,27	15,21
Energisa Tocantins	11,83	11,71	11,57	12,45	2,50	3,12	3,19	1,25	14,33	14,83	14,76	13,71
Caiuá	6,39	6,29	6,28	6,57	1,70	1,34	1,03	0,68	8,09	7,63	7,31	7,25
Vale Paranapanema	6,91	6,77	6,83	6,79	0,43	0,81	0,49	0,22	7,33	7,58	7,32	7,02
Bragantina	4,92	4,97	5,05	4,84	0,21	0,28	0,03	0,05	5,13	5,24	5,08	4,89
Nacional	8,46	8,26	8,37	7,08	-0,32	-0,18	-0,23	0,16	8,14	8,08	8,14	7,24
Força e Luz do Oeste	3,40	3,43	3,48	3,39	0,66	0,48	-0,05	0,00	4,06	3,90	3,43	3,39

Perdas 12 Meses GWh	Perdas Técnicas (GWh)				Perdas Não-Técnicas (GWh)				Perdas Totais (GWh)			
	set/15	jun/16	set/16	Var. (%) Set/16 vs. Jun/16	set/15	jun/16	set/16	Var. (%) Set/16 vs. Jun/16	set/15	jun/16	set/16	Var. (%) Set/16 vs. Jun/16
Energisa Mato Grosso	945,1	935,7	924,5	- 1,2	374,1	531,6	573,8	+ 7,9	1.319,2	1.467,3	1.498,3	+ 2,1
Energisa Mato Grosso do Sul	556,7	580,9	578,0	- 0,5	276,4	251,9	239,1	- 5,1	833,1	832,8	817,1	- 1,9
Energisa Tocantins	284,3	301,6	299,1	- 0,8	60,2	80,4	82,5	+ 2,6	344,5	382,0	381,6	- 0,1
Caiuá	84,1	81,8	80,8	- 1,2	22,4	17,5	13,3	- 24,0	106,5	99,3	94,1	- 5,2
Vale Paranapanema	68,2	65,5	65,7	+ 0,3	4,2	7,9	4,7	- 39,8	72,4	73,3	70,4	- 4,0
Bragantina	56,2	55,8	56,9	+ 2,0	2,4	3,1	0,3	- 89,6	58,6	58,9	57,2	- 2,8
Nacional	56,6	55,8	56,5	+ 1,2	-2,2	-1,2	-1,6	+ 29,5	54,4	54,6	54,9	+ 0,6
Força e Luz do Oeste	10,4	10,1	10,2	+ 1,3	2,0	1,4	-0,2	- 111,1	12,4	11,5	10,0	- 12,4

### 2.1.2 Gestão da Inadimplência

As distribuidoras da Rede Energia vêm intensificando as ações de cobrança das contas de energia para conter o aumento da inadimplência, com mecanismos ágeis e desburocratizados de pagamento de débitos por meio de pontos de atendimento, da internet e de call center e pela intensificação de ações de corte e negatização de débitos. Como resultado, a inadimplência dos consumidores da Rede Energia apresenta-se praticamente estável nos últimos 12 meses encerrados em setembro de 2016.

O desempenho do indicador por distribuidora é apresentado a seguir:

Distribuidoras	Inadimplência - Últimos 12 meses (%)		
	9M16	9M15	Var. %
Energisa Mato Grosso	2,55	2,40	+ 6,3
Energisa Mato Grosso do Sul	3,00	3,13	- 4,2
Energisa Tocantins	2,91	2,90	+ 0,3
Caiuá	0,88	1,16	- 24,1
Bragantina	1,11	1,76	- 36,9
Nacional	0,93	1,33	- 30,1
Vale Paranapanema	0,77	1,08	- 28,7
Força e Luz do Oeste	0,70	2,35	- 70,2
<b>Rede Energia Consolidada</b>	<b>2,40</b>	<b>2,45</b>	<b>- 2,0</b>

### 2.1.3 Balanço de Energia

#### Balanço de Energia - Distribuidoras da Rede Energia

Descrição Valores em GWh	Nove meses (9M16)								
	EMT	EMS	ETO	CAIUÁ	EDEVP	EEB	CNEE	CFLO	Total
<b>(a) Energia requerida (a=b+c+d+e+h+i)</b>	<b>7.068,5</b>	<b>4.207,6</b>	<b>1.941,1</b>	<b>944,1</b>	<b>716,9</b>	<b>845,6</b>	<b>493,4</b>	<b>220,4</b>	<b>16.437,5</b>
(b) Energia vendida mercado cativo	5.103,8	3.232,6	1.602,2	793,2	609,1	511,1	410,4	206,6	12.468,9
✓ Residencial	1.921,0	1.255,8	683,9	338,2	237,1	184,5	170,9	68,3	4.859,7
✓ Industrial	572,4	356,2	201,1	82,6	89,4	129,9	61,9	62,2	1.555,7
✓ Comercial	1.146,5	783,3	309,0	199,5	116,4	98,2	90,6	45,9	2.789,2
✓ Rural	806,6	354,8	158,7	44,3	78,1	50,0	29,5	5,1	1.527,1
✓ Setor público e consumo próprio	657,2	482,5	249,5	128,7	88,1	48,4	57,6	25,2	1.737,2
(c) Transporte energia clientes livres (TUSD)	876,3	415,3	44,8	37,2	58,0	292,7	22,8	6,4	1.753,6
(d) Consumo não faturado	(74,1)	(73,3)	(4,0)	(10,0)	(5,2)	(2,2)	(5,1)	(0,8)	(174,7)
(e) Suprimento a concessionárias	0,0	-	-	-	-	-	22,4	-	22,4
(f) Venda de Energia CCEE	226,8	573,6	312,8	106,0	90,9	89,7	51,6	-	1.451,3
<b>(g) Energia Total Vendida (g=b+d+e+f)</b>	<b>5.256,4</b>	<b>3.732,8</b>	<b>1.910,9</b>	<b>889,3</b>	<b>694,8</b>	<b>598,5</b>	<b>479,3</b>	<b>205,8</b>	<b>13.767,9</b>
(h) Intercâmbio de energia	4,3	15,2	1,6	51,4	-	-	-	-	72,4
(i) Perdas na distribuição	1.158,2	617,8	296,6	72,2	54,9	44,1	42,9	8,2	2.295,0
(j) Perdas na Rede Básica	94,1	57,7	30,7	30,1	20,7	19,0	10,6	-	262,8
<b>(k) Energia Recebida Total (k=b+d+e+f+i+j)</b>	<b>6.508,7</b>	<b>4.408,3</b>	<b>2.238,2</b>	<b>991,5</b>	<b>770,5</b>	<b>661,6</b>	<b>532,8</b>	<b>214,0</b>	<b>16.325,6</b>

Os contratos de compra de energia no Ambiente de Contratação Regulada (ACR), contratos bilaterais, contratos de energia distribuída e a liquidação das diferenças na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) da Rede Energia totalizaram no período de 1 de janeiro a 30 de setembro de 2016 o montante de 15.205,9 GWh para atender a energia requisitada pelo sistema das distribuidoras da Rede Energia.

## Portfólio de Contratos - Distribuidoras da Rede Energia

Descrição Valores em GWh	Nove meses (9M16)								
	EMT	EMS	ETO	CAIUÁ	EDEVP	EEB	CNEE	CFLO	Total
<b>(a) Energia comprada</b>	5.584,7	4.378,0	2.084,0	985,7	770,5	661,6	527,4	214,0	15.205,9
✓ Bilateral	1.613,5	40,1	143,5	144,9	144,3	148,6	-	-	2.234,8
✓ Leilões de Energia	1.722,5	2.037,4	1.315,9	345,6	274,4	252,0	234,8	-	6.182,4
✓ Quota de Itaipu	994,6	645,1	-	196,8	140,9	131,4	99,6	-	2.208,4
✓ Quota do PROINFA	123,5	81,0	36,1	20,0	15,5	12,5	10,3	5,3	304,2
✓ Quota de ANGRA	180,0	123,6	50,8	34,1	26,6	22,1	17,3	-	454,5
✓ Quota de Garantia Física (95%)	946,2	1.152,2	497,3	244,4	168,9	95,1	165,3	-	3.269,4
✓ Contrato Suprimento	-	-	-	-	-	-	-	208,7	208,7
✓ Geração distribuída	4,4	298,7	40,5	-	-	-	-	-	343,6
(b) Geração Própria / Embutida/Desverticalizada	901,3	0,7	154,2	-	-	-	-	-	1.056,3
(c) Liquidação na CCEE	22,7	29,6	-	5,8	-	-	5,3	-	63,4
<b>(d) Energia Recebida Total (d=a+b+c)</b>	<b>6.508,7</b>	<b>4.408,3</b>	<b>2.238,2</b>	<b>991,5</b>	<b>770,5</b>	<b>661,6</b>	<b>532,8</b>	<b>214,0</b>	<b>16.325,6</b>

## 2.2 Indicadores de qualidade dos serviços - DEC e FEC

As distribuidoras da Rede Energia desenvolvem diversas ações com a finalidade de melhorar continuamente os indicadores de qualidade dos serviços prestados, DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) e FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora), não apenas visando o atendimento às metas regulatórias, mas, principalmente, ao bem-estar de seus consumidores.

Mesmo que a eclosão do fenômeno *El Niño* de grande severidade tenha afetado negativamente as distribuidoras de energia elétrica do Centro-Oeste e Sudeste, em face da intensidade de vendavais e descargas atmosféricas, constatou-se melhoria significativa nos indicadores de qualidade do serviço. A Energisa Mato Grosso foi a distribuidora que mais melhorou o índice DEC nos primeiros nove meses de 2016, seguida pela Energisa Tocantins.

Os indicadores de qualidade tiveram os seguintes desempenhos nos últimos 12 meses findos em setembro:

Indicadores de Qualidade Média Móvel 12 Meses	DEC (horas)			FEC (vezes)			Limite DEC	Limite FEC
	set/15	set/16	Var. %	set/15	set/16	Var. %		
Energisa Mato Grosso	28,79	24,48	- 15,0	22,18	17,99	- 18,9	24,99	20,97
Energisa Tocantins	31,11	31,90	+ 2,6	14,07	16,52	+ 17,4	28,48	20,50
Energisa Mato Grosso do Sul	13,61	12,79	- 6,1	7,46	6,19	- 17,0	12,79	9,77
Energisa Sul Sudeste	9,40	9,87	+ 5,0	7,65	7,64	- 0,1	8,70	9,21
Caiuá	10,30	11,28	+ 9,6	8,21	9,06	+ 10,3	7,79	8,53
Vale Paranapanema	7,07	7,17	+ 1,4	6,14	4,71	- 23,4	9,45	9,33
Bragantina	14,19	14,13	- 0,4	9,24	8,67	- 6,1	9,91	11,10
Nacional	6,93	7,81	+ 12,7	8,42	9,62	+ 14,2	8,48	8,56
Força e Luz do Oeste	5,20	5,08	- 2,2	4,30	4,08	- 5,1	7,40	8,00

Nota: Para apresentação da Energisa Sul Sudeste foram realizadas ponderações pelo número de clientes.

### 3 Desempenho financeiro

#### 3.1 Receita operacional bruta e líquida

Nos primeiros nove meses de 2016 (9M16), a Rede Energia apresentou receita operacional bruta consolidada, sem a receita de construção, a qual é atribuída margem zero, de R\$ 7.953,8 milhões, ante R\$ 8.594,7 milhões registrados no mesmo período de 2015, redução de 7,5% (R\$ 640,8 milhões).

A receita operacional líquida consolidada, também sem a receita de construção, registrou decréscimo de 7,9% (R\$ 405,4 milhões) em 9M16, para R\$ 4.704,6 milhões.

No 3T16, a receita operacional bruta (R\$ 2.657,4 milhões) registrou redução de 10,9% (R\$ 323,8 milhões) em relação 3T15. Já a receita operacional líquida (R\$ 1.615,7 milhões), também deduzida das receitas de construção, apresentou uma queda de 4,1% (R\$ 69,7 milhões) na mesma base comparativa.

A composição da receita líquida da Rede Energia consolidada é a seguinte:

Receita por Classe de Consumo Valores em R\$ milhões	Trimestre			Acumulado		
	3T16	3T15	Var. %	9M16	9M15	Var. %
(+) Receita de energia elétrica (mercado cativo)	2.377,2	2.622,7	- 9,4	7.479,7	7.425,0	+ 0,7
✓ Residencial	968,1	1.000,5	- 3,2	3.127,3	2.917,4	+ 7,2
✓ Industrial	301,0	427,4	- 29,6	965,1	1.212,9	- 20,4
✓ Comercial	577,4	641,0	- 9,9	1.855,8	1.840,0	+ 0,9
✓ Rural	261,7	263,6	- 0,7	704,9	656,4	+ 7,4
✓ Outras classes	269,0	290,2	- 7,3	826,6	798,3	+ 3,5
(+) Suprimento de energia elétrica	97,2	43,4	+ 124,0	171,9	245,8	- 30,1
(+) Fornecimento não faturado líquido	(19,1)	8,3	-	(99,0)	85,9	-
(+) Disponibilidade do sistema elétrico	140,4	91,0	+ 54,3	402,8	246,7	+ 63,3
(+) Receitas de construção	339,7	297,7	+ 14,1	827,1	681,7	+ 21,3
(+) Constituição e amortização - CVA Ativa e Passiva	(60,4)	81,9	-	(381,9)	174,8	-
(+) Subvenções vinculadas aos serviços concedidos	133,5	129,1	+ 3,4	386,2	396,5	- 2,6
(+) Outras receitas	(11,4)	4,8	-	(5,9)	20,0	-
<b>(=) Receita bruta</b>	<b>2.997,1</b>	<b>3.278,9</b>	<b>- 8,6</b>	<b>8.780,9</b>	<b>9.276,4</b>	<b>- 5,3</b>
(-) Impostos sobre vendas	776,1	815,2	- 4,8	2.410,4	2.369,7	+ 1,7
(-) Deduções bandeiras tarifárias	(0,1)	86,6	-	(0,3)	220,0	-
(-) Encargos setoriais	265,7	394,0	- 32,6	839,1	895,0	- 6,2
<b>(=) Receita líquida</b>	<b>1.955,4</b>	<b>1.983,1</b>	<b>- 1,4</b>	<b>5.531,7</b>	<b>5.791,7</b>	<b>- 4,5</b>
(-) Receitas de construção	339,7	297,7	+ 14,1	827,1	681,7	+ 21,3
<b>(=) Receita líquida, sem receitas de construção</b>	<b>1.615,7</b>	<b>1.685,4</b>	<b>- 4,1</b>	<b>4.704,6</b>	<b>5.110,0</b>	<b>- 7,9</b>

A seguir, as receitas líquidas no 3T16 das subsidiárias:

Receita por Classe de Consumo Valores em R\$ milhões	EMT	EMS	ETO	CAIUA	EDEVP	EEB	CNEE	CFLO
(+) Receita de energia elétrica (mercado cativo)	1.045,2	582,9	332,0	119,1	95,0	101,5	61,7	40,1
✓ Residencial	397,6	234,6	159,4	52,6	41,3	40,5	26,4	15,6
✓ Industrial	131,5	66,4	30,1	13,6	12,5	26,4	10,0	10,5
✓ Comercial	257,7	150,1	74,5	31,5	20,2	20,1	14,0	9,4
✓ Rural	150,0	60,3	25,7	4,8	9,0	7,2	4,2	0,7
✓ Outras classes	108,4	71,5	42,3	16,6	12,0	7,3	7,1	3,9
(+) Suprimento de energia elétrica	14,5	41,7	18,0	6,9	7,1	5,2	3,8	-
(+) Fornecimento não faturado líquido	(19,9)	(5,1)	6,4	(0,1)	0,1	0,2	(0,2)	(0,6)
(+) Disponibilidade do sistema elétrico	92,9	25,9	4,5	2,2	3,6	9,8	1,2	0,3
(+) Receitas de construção	184,4	65,0	72,0	7,1	5,4	3,7	2,9	0,8
(+) Constituição e amortização - CVA Ativa e Passiva	(63,2)	(16,0)	16,0	2,9	1,2	0,1	(1,7)	0,2
(+) Subvenções vinculadas aos serviços concedidos	72,2	23,2	18,0	4,6	5,7	5,2	3,6	0,9
(+) Outras receitas	(15,9)	(1,0)	0,2	1,4	0,6	(0,1)	0,3	0,5
<b>(=) Receita bruta</b>	<b>1.310,2</b>	<b>716,6</b>	<b>467,1</b>	<b>144,1</b>	<b>118,7</b>	<b>125,6</b>	<b>71,6</b>	<b>42,2</b>
(-) Impostos sobre vendas	374,0	166,3	106,8	33,9	27,1	34,6	17,4	15,2
(-) Deduções bandeiras tarifárias	0,2	0,1	(0,3)	-	-	(0,1)	-	-
(-) Encargos setoriais	106,1	72,6	22,6	19,4	15,2	14,9	10,2	4,4
<b>(=) Receita líquida</b>	<b>829,9</b>	<b>477,6</b>	<b>338,0</b>	<b>90,8</b>	<b>76,4</b>	<b>76,2</b>	<b>44,0</b>	<b>22,6</b>
(-) Receitas de construção	184,4	65,0	72,0	7,1	5,4	3,7	2,9	0,8
<b>(=) Receita líquida, sem receitas de construção</b>	<b>645,5</b>	<b>412,6</b>	<b>266,0</b>	<b>83,7</b>	<b>71,0</b>	<b>72,5</b>	<b>41,1</b>	<b>21,8</b>

### 3.2 Ambiente regulatório

#### 3.2.1 Bandeiras tarifárias

Em janeiro de 2015, entrou em prática nas contas de energia elétrica o “Sistema de Bandeiras Tarifárias”. As receitas auferidas pela Companhia provenientes das bandeiras tarifárias em 9M16 foram de R\$ 155,8 milhões, ante R\$ 558,0 milhões registrados no mesmo período do ano anterior.

Em fevereiro de 2016, a Aneel reduziu em 40% o valor da tarifa adicional da bandeira amarela: de R\$ 2,50 para R\$ 1,50. A bandeira vermelha também foi dividida em dois patamares: o patamar 1 com cobrança extra de R\$ 3,00 para cada 100 KWh consumidos; e o patamar 2 que mantém o valor de R\$ 4,50 por 100 kWh.

#### 3.2.2 Revisões e reajustes tarifários

A Agência Nacional de Energia Elétrica (“Aneel”) homologou em 2016 o 4º Ciclo de Revisões Tarifárias Periódicas (“4CRT”) de seis subsidiárias da Rede Energia, sendo que a Companhia Força e Luz do Oeste teve início de vigência em junho. A revisão tarifária da Energisa Tocantins, que teve o processo homologado em caráter provisório pela Aneel, passou a vigorar a partir de agosto.

A revisão é provisória em decorrência da mensuração da base de remuneração da distribuidora no que se refere às baixas de ativos. A Aneel apurará o valor adequado das baixas no próximo evento tarifário (em agosto de 2017), ocasião em que a Companhia espera reverter até R\$ 31 milhões de baixas sobre os valores já refletidos na Base Homologada.

A Energisa Mato Grosso e Energisa Mato Grosso do Sul terão seus processos homologados em abril de 2018.

Distribuidoras	Efeito para o Consumidor (%)			Vigência
	Baixa Tensão	Alta e Média Tensão	Médio	
Energisa Mato Grosso	9,11	7,58	8,60	08/04/2016
Energisa Mato Grosso do Sul	7,40	6,75	7,19	08/04/2016
Bragantina	1,68	2,06	1,84	10/05/2016
Caiuá	- 2,32	2,84	- 0,94	10/05/2016
Nacional	- 1,15	1,90	- 0,37	10/05/2016
Vale Paranapanema	- 0,33	6,20	1,69	10/05/2016
Força e Luz do Oeste	- 13,84	- 20,09	- 16,48	29/06/2016
Energisa Tocantins	13,79	9,99	12,81	04/07/2016

#### 3.2.3 Base de remuneração regulatória

O processo de valoração dos ativos da Base de Remuneração Regulatória utiliza o método do Valor Novo de Reposição - VNR, que corresponde ao valor, a preços atuais de mercado, de um ativo idêntico, similar ou equivalente, sujeito a reposição, que efetue os mesmos serviços e tenha a mesma capacidade do ativo existente, considerando todos os gastos necessários para a sua instalação.

A Base de Remuneração Regulatória é composta pelos valores dos seguintes itens:

- i) Ativo Imobilizado em Serviço (AIS)
  - Terrenos
  - Edificações, obras civis e benfeitorias
  - Máquinas e equipamentos
- ii) Intangíveis - Servidões
- iii) Almoxarifado de Operações
- iv) Obrigações Especiais



As Bases de Remuneração Líquidas (BRL) das distribuidoras da Rede Energia e as datas das próximas Revisões Tarifárias (RT) são as seguintes:

Distribuidoras	Base de Remuneração Líquida (BRL) (Em R\$ milhões) <sup>(1)</sup>		Data revisão tarifária	
	3º Ciclo	4º Ciclo	4º Ciclo	5º Ciclo
Caiuá	101,4	154,3	mai/16	mai/21
Nacional	47,3	75,8	mai/16	mai/21
Bragantina	87,5	139,9	mai/16	mai/21
Vale Paranapanema	68,3	100,8	mai/16	mai/21
Força e Luz do Oeste	14,9	20,8	jun/16	jun/21
Energisa Tocantins	257,1	577,1	ago/16	ago/20
Energisa Mato Grosso	1.693,5	- <sup>(2)</sup>	abr/18 <sup>(2)</sup>	abr/23
Energisa Mato Grosso do Sul	1.152,6	- <sup>(2)</sup>	abr/18 <sup>(2)</sup>	abr/23

(1) A preços da data de RT (mês anterior ao reajuste em cada ciclo).

(2) BRL não homologada pela ANEEL, distribuidoras ainda não realizaram a revisão tarifária no ciclo.

A síntese dos resultados do 4º Ciclo das Revisões Tarifárias dessas nove distribuidoras refletiu uma variação positiva, tanto na Parcela B quanto na Base de Remuneração Líquida (RAB Líquida).

A Parcela B aumentou 11,7% em relação à data anterior (D-1) à aplicação da revisão tarifária, chegando a R\$ 802,6 milhões, enquanto que a Base de Remuneração Líquida aumentou 85,4%, totalizando R\$ 1.068,7 milhões. A RAB Líquida do 3º Ciclo está a valores da data da Revisão Tarifária (2012). Os crescimentos da Parcela B foram influenciados, principalmente, pela intensificação e reconhecimento tarifário dos investimentos realizados.

Distribuidora	Parcela B (R\$ milhões)			
	3º Ciclo	4º Ciclo	Variação (R\$ milhões)	Variação %
Bragantina	80,0	84,0	+ 4,0	+ 5,0
Caiuá	95,8	105,7	+ 9,9	+ 10,3
Nacional	53,9	56,9	+ 3,0	+ 5,6
Vale Paranapanema	78,8	86,1	+ 7,3	+ 9,3
Força e Luz do Oeste	21,7	23,9	+ 2,2	+ 10,1
Energisa Tocantins	388,5	446,0	+ 57,5	+ 14,8
<b>Total</b>	<b>718,7</b>	<b>802,6</b>	<b>+ 83,9</b>	<b>+ 11,7</b>

### 3.2.4 Recursos da Conta de Desenvolvimento Energético

Nos primeiros nove meses de 2016, a Agência Nacional de Energia Elétrica (“Aneel”) autorizou o repasse para as distribuidoras da Rede Energia o montante de R\$ 386,2 milhões, referentes a subsídios tarifários concedidos aos consumidores de baixa renda, rurais irrigantes e serviços públicos, através da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), em cumprimento ao disposto no Decreto nº 7.891 de 2013. Esses recursos foram registrados como receita operacional. Os valores por distribuidora são os seguintes:

Distribuidoras	Recursos Decreto 7.891 e Baixa Renda (R\$ milhões)
Energisa Mato Grosso	183,8
Energisa Mato Grosso do Sul	89,1
Energisa Tocantins	51,8
Vale Paranapanema	17,1
Caiuá	14,3
Bragantina	13,6
Nacional	13,6
Força e Luz do Oeste	2,9
<b>Total</b>	<b>386,2</b>

### 3.2.5 Créditos de subvenção tarifária, baixa renda e sub-rogação CCC

As distribuidoras da Rede Energia possuíam, em 30 de setembro de 2016, créditos a receber de subvenção tarifária e baixa renda no montante de R\$ 103,4 milhões, que serão ressarcidos integralmente pela Eletrobras, por meio da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE).

Além desse saldo, a Rede Energia detém créditos de sub-rogação de CCC (Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis) no montante de R\$ 25,8 milhões, em contrapartida à implantação de projetos elétricos, que proporcionaram a redução do dispêndio da CCC, contribuindo para a modicidade das tarifas aos consumidores finais.

### 3.3 Custos e Despesas operacionais

As despesas operacionais consolidadas, excluindo os custos de construção, totalizaram R\$ 4.319,4 milhões em 9M16 e R\$ 1.398,0 milhões no 3T16, redução de 10,6% (R\$ 510,0 milhões) e de 12,9% (R\$ 207,4 milhões) respectivamente, quando comparado com o mesmo período de 2015. Desse total, as despesas não controláveis reduziram 11,5% (redução de 8,4% no 3T16), totalizando R\$ 3.085,1 milhões (R\$ 1.043,9 milhões no 3T16). Por sua vez, as despesas controláveis apresentaram queda de 8,1% (R\$ 108,6 milhões) em 9M16 e redução de 24,0% no 3T16 (R\$ 111,1 milhões), totalizando R\$ 1.234,3 milhões (R\$ 354,1 milhões no 3T16).

A composição das despesas operacionais consolidadas pode ser assim demonstrada:

Composição das despesas operacionais Valores em R\$ milhões	Trimestre			Acumulado		
	3T16	3T15	Var. %	9M16	9M15	Var. %
<b>1 Custos e Despesas não controláveis</b>	<b>1.043,</b>	<b>1.139,</b>	<b>- 8,4</b>	<b>3.085,</b>	<b>3.486,</b>	<b>- 11,5</b>
1.1 Energia comprada	924,1	999,6	- 7,6	2.712,8	3.109,4	- 12,8
1.2 Transporte de potência elétrica	119,8	140,1	- 14,5	372,3	377,1	- 1,3
<b>2 Custos e Despesas controláveis</b>	<b>354,1</b>	<b>465,7</b>	<b>- 24,0</b>	<b>1.234,</b>	<b>1.342,</b>	<b>- 8,1</b>
<b>2.1 PMSO</b>	<b>306,9</b>	<b>327,6</b>	<b>- 6,3</b>	<b>975,6</b>	<b>965,2</b>	<b>+ 1,1</b>
2.1.1 Pessoal	129,3	107,7	+ 20,1	394,5	313,2	+ 26,0
2.1.2 Fundo de pensão	3,9	0,7	+	11,6	5,9	+ 96,6
2.1.3 Material	20,5	26,1	- 21,5	62,6	68,1	- 8,1
2.1.4 Serviços de terceiros	111,8	134,0	- 16,6	352,5	388,3	- 9,2
2.1.5 Outras	41,4	59,1	- 29,9	154,4	189,7	- 18,6
✓ Multas e compensações	8,7	11,9	- 26,9	35,9	30,8	+ 16,6
✓ Contingências (liquidação de ações cíveis)	12,3	18,9	- 34,9	38,8	33,7	+ 15,1
✓ Outros	20,4	28,3	- 27,9	79,7	125,2	- 36,3
<b>2.2 Provisões/Reversões</b>	<b>(66,4)</b>	<b>9,3</b>	<b>-</b>	<b>(116,6)</b>	<b>(64,5)</b>	<b>+</b>
2.2.1 Contingências	(8,8)	(12,5)	- 29,6	(23,6)	(87,4)	- 73,0
2.2.2 Devedores duvidosos	(57,6)	21,8	-	(93,0)	22,9	-
<b>Subtotal (2.1 + 2.2)</b>	<b>287,7</b>	<b>475,0</b>	<b>- 39,4</b>	<b>1.117,</b>	<b>1.278,</b>	<b>- 12,6</b>
2.3 Depreciação e amortização	124,3	116,2	+ 7,0	374,1	401,0	- 6,7
2.4 Outras despesas/receitas	(10,7)	12,6	-	1,2	41,2	- 97,1
<b>Total Custos e Despesas Operacionais (1+2, s/ custos construção)</b>	<b>1.398,</b>	<b>1.605,</b>	<b>- 12,9</b>	<b>4.319,</b>	<b>4.829,</b>	<b>- 10,6</b>
Custo de construção (*)	339,7	297,7	+ 14,1	827,1	681,7	+ 21,3
<b>Total Custos e Despesas Operacionais (1+2, c/ custos construção)</b>	<b>1.737,</b>	<b>1.903,</b>	<b>- 8,7</b>	<b>5.146,</b>	<b>5.511,</b>	<b>- 6,6</b>

(\*) Os custos de construção estão representados pelo mesmo montante em receita de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem aos custos de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica, sendo o custo de construção igual à receita de construção.

Considerando as despesas controláveis (pessoal, material, serviços de terceiros e outras despesas) das distribuidoras em 9M16, comparativamente com o mesmo período do ano anterior, verifica-se um aumento de 4,2% (acréscimo de 2,6% no 3T16), bem abaixo dos índices inflacionários, conforme quadro a seguir:

Composição das despesas operacionais	EMT	EMS	ETO	CAIUÁ	EDEVP	EEB	CNEE	CFLO
Valores em R\$ milhões								
<b>1 Custos e Despesas não controláveis</b>	<b>426,3</b>	<b>275,5</b>	<b>146,5</b>	<b>60,2</b>	<b>47,1</b>	<b>42,4</b>	<b>29,9</b>	<b>16,2</b>
1.1 Energia comprada	379,3	241,4	133,3	53,1	40,8	36,6	26,2	13,6
1.2 Transporte de potência elétrica	47,0	34,1	13,2	7,1	6,3	5,8	3,7	2,6
<b>2 Custos e Despesas controláveis</b>	<b>89,5</b>	<b>114,5</b>	<b>64,9</b>	<b>20,5</b>	<b>14,1</b>	<b>15,2</b>	<b>10,0</b>	<b>3,9</b>
<b>2.1 PMSO</b>	<b>114,0</b>	<b>87,1</b>	<b>54,1</b>	<b>16,9</b>	<b>11,5</b>	<b>12,4</b>	<b>8,0</b>	<b>3,7</b>
2.1.1 Pessoal	36,6	42,4	22,6	7,5	5,4	5,5	3,9	2,1
2.1.2 Fundo de pensão	1,4	0,3	0,8	0,2	0,2	0,1	0,1	0,1
2.1.3 Material	8,0	6,0	2,5	1,3	0,9	1,0	0,5	0,2
2.1.4 Serviços de terceiros	46,2	30,5	21,2	7,1	4,5	5,1	2,9	1,2
2.1.5 Outras	21,8	7,9	7,0	0,8	0,5	0,7	0,6	0,1
✓ Multas e compensações	6,6	1,2	0,6	0,1	0,1	-	-	-
✓ Contingências (liquidação de ações cíveis)	9,5	0,5	1,7	0,2	0,1	0,1	0,3	-
✓ Outros	5,7	6,2	4,7	0,5	0,3	0,6	0,3	0,1
<b>2.2 Provisões/Reversões</b>	<b>(65,5)</b>	<b>4,0</b>	<b>(0,4)</b>	<b>(0,1)</b>	<b>0,1</b>	<b>(0,4)</b>	<b>0,3</b>	<b>(0,3)</b>
2.2.1 Contingências	(2,1)	(0,3)	(2,2)	0,2	0,5	(0,6)	0,2	(0,4)
2.2.2 Devedores duvidosos	(63,4)	4,3	1,8	(0,3)	(0,4)	0,2	0,1	0,1
<b>Subtotal (2.1 + 2.2)</b>	<b>48,5</b>	<b>91,1</b>	<b>53,7</b>	<b>16,8</b>	<b>11,6</b>	<b>12,0</b>	<b>8,3</b>	<b>3,4</b>
2.3 Depreciação e amortização	34,7	18,7	9,0	3,8	2,2	2,9	1,7	0,5
2.4 Outras despesas/receitas	6,3	4,7	2,2	(0,1)	0,3	0,3	-	-
<b>Total Custos e Despesas Operacionais (1+2, s/ custos construção)</b>	<b>515,8</b>	<b>390,0</b>	<b>211,4</b>	<b>80,7</b>	<b>61,2</b>	<b>57,6</b>	<b>39,9</b>	<b>20,1</b>
6 Custo de construção <sup>(*)</sup>	184,4	65,0	72,0	7,1	5,4	3,7	2,9	0,8
<b>Total Custos e Despesas Operacionais (1+2, c/ custos construção)</b>	<b>700,2</b>	<b>455,0</b>	<b>283,4</b>	<b>87,8</b>	<b>66,6</b>	<b>61,3</b>	<b>42,8</b>	<b>20,9</b>

### 3.4 Resultado financeiro

Nos primeiros nove meses de 2016 (9M16), o resultado financeiro consolidado (receitas financeiras menos despesas financeiras consolidadas) representou despesas financeiras líquidas consolidadas de R\$ 268,4 milhões, contra uma despesa financeira líquida de R\$ 252,8 milhões em igual período do ano passado, ou seja, um crescimento de 6,2%. Já no 3T16, o resultado financeiro líquido apresentou aumento de 20,8%, passando de uma despesa financeira líquida de R\$ 106,0 milhões, no 3T15, para uma despesa financeira líquida de R\$ 128,0 milhões. A composição do resultado financeiro consolidado pode ser assim demonstrada:

Resultado Financeiro Consolidado Valores em R\$ milhões	Trimestre			Acumulado		
	3T16	3T15	Var. %	9M16	9M15	Var. %
<b>Receitas financeiras</b>	<b>122,1</b>	<b>141,8</b>	<b>- 13,9</b>	<b>463,2</b>	<b>509,2</b>	<b>- 9,0</b>
Receita de aplicações financeiras	25,9	26,2	- 1,1	108,0	85,6	+ 26,2
Acréscimo moratório energia vendida	64,3	44,9	+ 43,2	126,2	91,6	+ 37,8
Atualização contas a receber da concessão VNR	14,0	71,3	- 80,4	68,3	134,5	- 49,2
Atualização financeira de ativos regulatórios	2,9	12,4	- 76,6	86,2	103,5	- 16,7
Outras receitas financeiras	15,0	(13,0)	-	74,5	94,0	- 20,7
<b>Despesas financeiras</b>	<b>(250,1)</b>	<b>(247,8)</b>	<b>+ 0,9</b>	<b>(731,6)</b>	<b>(762,0)</b>	<b>- 4,0</b>
Encargos de dívidas - Juros	(105,1)	(85,1)	+ 23,5	(283,8)	(225,6)	+ 25,8
Encargos de dívidas - Variação monetária/cambial	(34,1)	(212,7)	- 84,0	98,2	(315,5)	-
Marcação a mercado de derivativos	7,0	(36,6)	-	19,7	(45,2)	-
Instrumentos financeiros derivativos	(15,1)	161,5	-	(207,0)	173,5	-
Atualização financeira de ativos regulatórios	(21,9)	(3,3)	+ 563,6	(93,1)	(53,1)	+ 75,3
Outras despesas financeiras	(80,9)	(71,6)	+ 13,0	(265,6)	(296,1)	- 10,3
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(128,0)</b>	<b>(106,0)</b>	<b>+ 20,8</b>	<b>(268,4)</b>	<b>(252,8)</b>	<b>+ 6,2</b>

### 3.5 Lucro líquido e geração de caixa (EBITDA)

No 3T16, a Rede Energia consolidada registrou lucro líquido de R\$ 62,9 milhões, ante R\$ 0,9 milhão contabilizado no 3T15. No acumulado em nove meses de 2016 (9M16), a Rede Energia registrou lucro líquido consolidado de R\$ 102,2 milhões, ante R\$ 293,8 milhões registrados em igual período do ano passado. Importante ressaltar que o desempenho em 9M15 está afetado positivamente por receitas de venda de ativos, líquidas de impostos, no montante de R\$ 243,4 milhões e negativamente por amortizações do ágio da aquisição e do valor justo das empresas adquiridas do Grupo Rede, no montante de R\$ 112,3 milhões líquidos de impostos. A seguir, o lucro líquido consolidado da Rede Energia e das suas subsidiárias nos primeiros nove meses de 2016:

Lucro Líquido Valores em R\$ milhões	Trimestre			Acumulado		
	3T16	3T15	Var. %	9M16	9M15	Var. %
Energisa Mato Grosso	41,5	(22,5)	-	95,4	29,5	+ 223,4
Energisa Mato Grosso do Sul	2,6	17,1	- 84,8	36,3	76,5	- 52,5
Energisa Tocantins	34,0	28,7	+ 18,5	42,0	73,1	- 42,5
Caiuá	(3,5)	3,1	-	(8,5)	9,6	-
Vale Paranapanema	4,0	6,8	- 41,2	14,3	13,9	+ 2,9
Bragantina	6,3	(1,6)	-	10,2	(0,6)	-
Nacional	0,9	0,1	+ 800,0	10,0	5,9	+ 69,5
Força e Luz do Oeste	0,6	0,2	+ 200,0	2,2	5,1	- 56,9
<b>Rede Energia Consolidada</b>	<b>62,9</b>	<b>0,9</b>	<b>+ 6.888,9</b>	<b>102,2</b>	<b>293,8</b>	<b>- 65,2</b>

No 3T16, a geração de caixa consolidada recorrente atingiu R\$ 432,4 milhões, representando um aumento de 62,5% em relação ao mesmo período de 2015. No acumulado em 9M16, a geração de caixa ajustada consolidada (EBITDA Ajustado Consolidado) totalizou R\$ 885,6 milhões em 9M16, contra R\$ 773,2 milhões em 9M15, desconsiderando a venda dos ativos de geração naquele período do ano passado, o que representa um aumento de 14,5% (R\$ 112,4 milhões).

Favoreceu esse resultado a reversão de provisões para devedores duvidosos, em função de êxitos nas negociações de faturas atrasadas na Energisa Mato Grosso, detalhadas a seguir:

- (i) Reversão de R\$ 12,5 milhões em junho de 2016, após renegociação de débitos de Iluminação Pública e de outros órgãos Municipais da Prefeitura de Cuiabá, no montante de R\$ 12,5 milhões. O pagamento da primeira parcela ocorreu em junho e o saldo deverá ser quitado até o final de 2016;
- (ii) Reversão de R\$ 86,6 milhões em setembro de 2016, após assinatura do Termo de Confissão, Assunção e Parcelamento de Dívidas pela Companhia de Saneamento da Capital (SANECAP). Entretanto, sobre esta dívida foi constituído ajuste a valor presente de R\$ 43,5 milhões, contabilizado no Resultado Financeiro.

Importante também ressaltar que o EBITDA Ajustado de 9M15 está impactado favoravelmente por ajustes da Conta de Compensação de Valores da Parcela A ("CVA") de exercícios anteriores (2014), no montante de R\$ 36,0 milhões, que beneficiou a controlada Energisa Mato Grosso do Sul. A composição da geração de caixa está demonstrada no quadro abaixo:

Composição da Geração de Caixa Valores em R\$ milhões	Trimestre			Acumulado		
	3T16	3T15	Var. %	9M16	9M15	Var. %
(=) Lucro líquido consolidado	62,9	0,9	+ 6.888,9	102,2	293,8	- 65,2
(-) Contribuição social e imposto de renda	(26,6)	26,9	-	(14,7)	26,9	-
(-) Resultado financeiro	(128,0)	(106,0)	+ 20,8	(268,4)	(252,8)	+ 6,2
(-) Depreciação e amortização	(124,3)	(116,2)	+ 7,0	(374,1)	(401,0)	- 6,7
<b>(=) EBITDA, com venda de ativos</b>	<b>341,8</b>	<b>196,2</b>	<b>+ 74,2</b>	<b>759,4</b>	<b>920,7</b>	<b>- 17,5</b>
(-) Venda de ativos, líquida de IR/op. descontinuadas	-	-	-	-	239,1	-
<b>(=) EBITDA, sem venda de ativos</b>	<b>341,8</b>	<b>196,2</b>	<b>+ 74,2</b>	<b>759,4</b>	<b>681,6</b>	<b>+ 11,4</b>
(+) Receitas de acréscimos moratórios	64,3	44,9	+ 43,2	162,2	91,6	+ 37,8
<b>(=) EBITDA Ajustado, sem venda de ativos</b>	<b>406,1</b>	<b>241,1</b>	<b>+ 68,4</b>	<b>885,6</b>	<b>773,2</b>	<b>+ 14,5</b>
(+) Venda de ativos, líquida de IR /op. descontinuadas	-	-	-	-	239,1	-
<b>(=) EBITDA Ajustado, com venda de ativos</b>	<b>406,1</b>	<b>241,1</b>	<b>+ 68,4</b>	<b>885,6</b>	<b>1.012,3</b>	<b>- 12,5</b>
Margem EBITDA Ajustado, com venda dos ativos (%)	20,8	12,2	+ 8,6 p.p	16,0	17,5	- 1,5 p.p
Margem EBITDA Ajustado, sem venda dos ativos (%)	20,8	12,2	+ 8,6 p.p	16,0	13,4	+ 2,6 p.p

As gerações de caixa (EBITDA e EBITDA Ajustado) por subsidiária da Rede Energia em 9M16:

Geração de Caixa valores em R\$ milhões	EBITDA			EBITDA Ajustado (*)		
	9M16	9M15	Var. %	9M16	9M15	Var. %
Energisa Mato Grosso	347,5	246,1	+ 41,2	409,5	284,5	+ 43,9
Energisa Mato Grosso do Sul	156,1	197,6	- 21,0	188,5	221,2	- 14,8
Energisa Tocantins	94,4	105,7	- 10,7	109,1	120,9	- 9,8
Caiuá	13,5	33,4	- 59,6	18,6	37,8	- 50,8
Vale Paranapanema	27,6	24,7	+ 11,7	31,0	27,6	+ 12,3
Bragantina	27,2	30,9	- 12,0	31,3	34,1	- 8,2
Nacional	17,0	8,3	+ 104,8	19,6	10,6	+ 84,9
Força e Luz do Oeste	7,0	9,0	- 22,2	8,9	10,6	- 16,0

(\*) EBITDA Ajustado = EBITDA + receitas de acréscimos moratórios

## 4 Estrutura de capital

### 4.1 Caixa e endividamento

A posição consolidada de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras fechou o período encerrado em setembro de 2016 em R\$ 1.309,4 milhões, frente aos R\$ 1.659,0 milhões registrados em 31 de dezembro de 2015. Ressalte-se que os referidos saldos incluem os créditos referentes à subvenção tarifária e baixa renda (CDE) e Conta de Compensação dos Valores da Parcela A (CVA), no montante de R\$ 98,1 milhões em 30 de setembro de 2016 (R\$ 602,2 milhões em 31 de dezembro de 2015).

Em 30 de setembro de 2016 a dívida líquida consolidada da Rede Energia totalizou R\$ 3.502,0 milhões, contra R\$ 3.198,1 milhões em 31 de dezembro de 2015, representando um incremento de 9,5%. Por sua vez, a dívida líquida deduzida dos créditos setoriais, passou de R\$ 2.595,8 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 3.403,9 milhões em 30 de setembro de 2016. A seguir, as dívidas de curto e longo prazo, líquidas de disponibilidades financeiras (caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras e créditos setoriais) da Rede Energia entre 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015:

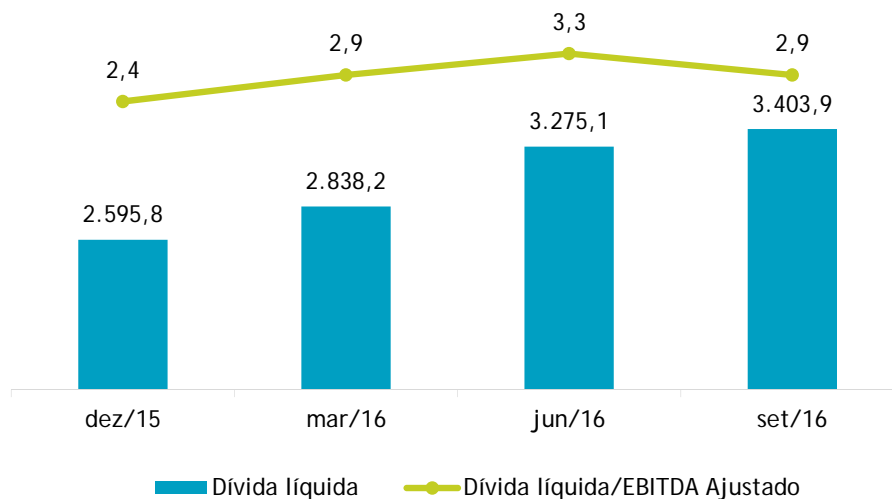
Descrição Valores em R\$ milhões	Controladora			Consolidado		
	30/09/2016	30/06/2016	31/12/2015	30/09/2016	30/06/2016	31/12/2015
<b>Curto Prazo</b>	<b>0,7</b>	<b>4,1</b>	<b>2,0</b>	<b>1.137,4</b>	<b>1.086,3</b>	<b>646,8</b>
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos	-	-	-	692,4	670,2	406,3
Debêntures	0,5	3,1	1,4	142,9	154,1	123,7
Encargos de dívidas	0,2	1,0	0,5	32,4	28,1	14,2
Parcelamento de impostos e déficit atuarial	-	-	-	16,6	16,5	17,9
Parcelamento de encargos setoriais	-	-	-	58,6	49,1	20,3
Parcelamento energia comprada Itaipu	-	-	-	117,0	97,5	39,0
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	-	-	-	77,5	70,8	25,4
<b>Longo Prazo</b>	<b>148,6</b>	<b>144,3</b>	<b>136,3</b>	<b>3.575,9</b>	<b>3.786,3</b>	<b>3.608,0</b>
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos	102,7	99,3	93,0	2.609,6	2.723,4	2.372,1
Debêntures	45,9	45,0	43,3	593,5	629,6	830,7
Parcelamento de impostos e déficit atuarial	-	-	-	82,7	83,0	88,1
Parcelamento de encargos setoriais	-	-	-	110,1	124,4	153,1
Parcelamento energia comprada Itaipu	-	-	-	224,3	253,6	312,1
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	-	-	-	(44,3)	(27,7)	(148,2)
<b>Total das dívidas</b>	<b>149,3</b>	<b>148,4</b>	<b>138,3</b>	<b>4.713,3</b>	<b>4.872,6</b>	<b>4.254,8</b>
(-) Disponibilidades financeiras	8,6	2,8	0,9	1.211,3	1.430,4	1.056,7
<b>Total das dívidas líquidas</b>	<b>140,7</b>	<b>145,6</b>	<b>137,4</b>	<b>3.502,0</b>	<b>3.442,2</b>	<b>3.198,1</b>
(-) Créditos CDE	-	-	-	103,4	88,6	193,6
(-) Créditos CCC	-	-	-	25,8	26,7	39,7
(-) Créditos CVA	-	-	-	(31,1)	51,8	369,0
<b>Total das dívidas líquidas deduzidas de créditos setoriais (*)</b>	<b>140,7</b>	<b>145,6</b>	<b>137,4</b>	<b>3.403,9</b>	<b>3.275,1</b>	<b>2.595,8</b>

#### Indicador relativo

	30/09/2016	30/06/2016	31/12/2015	30/09/2016	30/06/2016	31/12/2015
Dívida líquida / EBITDA Ajustado 12 meses	0,5	0,6	0,5	2,9	3,3	2,4

(\*) Valor deduzido do ajuste a valor presente dos credores que optaram pelo recebimento em 22 anos dos seus créditos no Plano de Recuperação Judicial da Rede Energia.

**Evolução da alavancagem consolidada**  
- Dívida Líquida (R\$ milhões) e dívida líquida/EBITDA Ajustado 12 meses (vezes) -



As dívidas por distribuidora controlada pela Rede Energia em 30 de setembro de 2016 são as seguintes:

Dívidas Líquidas Valores em R\$ milhões	EMT	EMS	ETO	CAIUÁ	EDEVP	EEB	CNEE	CFLO
<b>Curto Prazo</b>	<b>410,3</b>	<b>201,0</b>	<b>301,8</b>	<b>56,9</b>	<b>25,3</b>	<b>135,7</b>	<b>3,5</b>	<b>5,0</b>
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos	160,8	123,7	241,9	47,2	20,8	96,2	1,3	0,5
Debêntures	69,6	72,8	-	-	-	-	-	-
Encargos de dívidas	13,4	5,2	6,6	1,3	0,3	5,2	-	0,1
Parcelamento de impostos e déficit atuarial	0,6	0,4	1,2	3,8	2,8	2,8	2,2	1,3
Parcelamento de encargos setoriais	51,2	-	11,8	-	-	-	-	-
Parcelamento energia comprada Itaipu	117,0	-	-	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	(2,3)	(1,1)	40,3	4,6	1,4	31,5	-	3,1
<b>Longo Prazo</b>	<b>1.848,1</b>	<b>922,2</b>	<b>411,6</b>	<b>112,4</b>	<b>28,9</b>	<b>42,1</b>	<b>24,5</b>	<b>29,7</b>
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos	1.270,3	623,4	418,2	111,9	11,4	28,2	10,9	29,3
Debêntures	248,9	298,7	-	-	-	-	-	-
Parcelamento de impostos e déficit atuarial	8,3	0,1	0,6	23,4	17,5	17,4	13,6	0,4
Parcelamento de encargos setoriais	96,3	-	13,8	-	-	-	-	-
Parcelamento energia comprada Itaipu	224,3	-	-	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	-	-	(21,0)	(22,9)	-	(3,5)	-	-
<b>Total das dívidas</b>	<b>2.258,4</b>	<b>1.123,2</b>	<b>713,4</b>	<b>169,3</b>	<b>54,2</b>	<b>177,8</b>	<b>28,0</b>	<b>34,7</b>
(-) Disponibilidades financeiras	348,2	362,0	231,6	85,4	34,1	95,5	23,5	16,3
<b>Total das dívidas líquidas</b>	<b>1.910,2</b>	<b>761,2</b>	<b>481,8</b>	<b>83,9</b>	<b>20,1</b>	<b>82,3</b>	<b>4,5</b>	<b>18,4</b>
(-) Créditos CDE	62,3	12,0	11,8	2,8	3,7	2,4	7,8	0,6
(-) Créditos CCC	25,8	-	-	-	-	-	-	-
(-) Créditos CVA	(44,4)	20,5	1,1	(8,2)	1,0	1,4	(2,6)	0,1
<b>Total das dívidas líquidas deduzidas de créditos setoriais</b>	<b>1.866,5</b>	<b>728,7</b>	<b>468,9</b>	<b>89,3</b>	<b>15,4</b>	<b>78,5</b>	<b>(0,7)</b>	<b>17,7</b>
<b>Indicadores relativos</b>								
Dívida Líquida / EBITDA Ajustado 12 meses <sup>(1)</sup>	3,8	3,0	3,4	2,2	0,3	1,7	-	1,5
Dívida Líquida / Patrimônio líquido + dívida	56,3	48,7	36,8	33,3	10,1	42,8	(1,1)	49,2

(1) EBITDA Ajustado = EBITDA + Receitas de acréscimos moratórios (últimos 12 meses).

## 5 Investimentos

Com foco na melhoria dos serviços prestados, as distribuidoras da Rede Energia investiram, nos primeiros nove meses de 2016, R\$ 984,3 milhões, incremento de 25,3% (R\$ 199,0 milhões) em relação ao valor investido em igual período do ano anterior.

Os investimentos por controlada no trimestre e nos 9M16 foram os seguintes:

Investimentos Trimestre	Ativos Elétricos			Obrigações Especiais			Ativos Não Elétricos			Investimento Total		
	3T16	3T15	Var. %	3T16	3T15	Var. %	3T16	3T15	Var. %	3T16	3T15	Var. %
Energisa Mato Grosso	165,2	104,9	+ 57,5	24,8	7,2	+ 244,4	25,9	10,0	+ 159,0	215,9	122,1	+ 76,8
Energisa Mato Grosso do Sul	60,1	46,1	+ 30,4	6,5	9,6	- 32,3	1,8	6,6	- 72,7	68,4	62,3	+ 9,8
Energisa Tocantins	79,5	82,2	- 3,3	1,1	10,9	- 89,9	6,8	6,4	+ 6,3	87,4	99,5	- 12,2
Caiuá	5,8	12,6	- 54,0	8,3	4,0	+ 107,5	1,6	0,7	+ 128,6	15,7	17,3	- 9,2
Bragantina	4,2	9,6	- 56,3	2,3	1,8	+ 27,8	1,3	0,2	+ 550,0	7,8	11,6	- 32,8
Nacional	2,8	7,7	- 63,6	6,0	1,8	+ 233,3	0,8	0,2	+ 300,0	9,6	9,7	- 1,0
Vale Paranapanema	5,2	5,4	- 3,7	4,3	1,7	+ 152,9	1,3	0,7	+ 85,7	10,8	7,8	+ 38,5
Força e Luz do Oeste	0,8	1,0	- 20,0	0,2	0,3	- 33,3	0,3	0,4	- 25,0	1,3	1,7	- 23,5
<b>Total</b>	<b>323,6</b>	<b>269,5</b>	<b>+ 20,1</b>	<b>53,5</b>	<b>37,3</b>	<b>+ 43,4</b>	<b>39,8</b>	<b>25,2</b>	<b>+ 57,9</b>	<b>416,9</b>	<b>332,0</b>	<b>+ 25,6</b>

(\*) Ativos alienados em 31 de março de 2015

Investimentos 9 Meses	Ativos Elétricos			Obrigações Especiais			Ativos Não Elétricos			Investimento Total		
	9M16	9M15	Var. %	9M16	9M15	Var. %	9M16	9M15	Var. %	9M16	9M15	Var. %
Energisa Mato Grosso	391,8	281,5	+ 39,2	36,4	20,2	+ 80,2	70,3	33,9	+ 107,4	498,5	335,6	+ 48,5
Energisa Mato Grosso do Sul	152,3	112,0	+ 36,0	17,2	22,2	- 22,5	6,2	17,9	- 65,4	175,7	152,1	+ 15,5
Energisa Tocantins	187,9	165,5	+ 13,5	18,0	22,0	- 18,2	16,1	16,0	+ 0,6	222,0	203,5	+ 9,1
Caiuá	14,7	21,1	- 30,3	10,9	7,3	+ 49,3	3,4	3,0	+ 13,3	29,0	31,4	- 7,6
Bragantina	12,2	15,0	- 18,7	4,3	5,6	- 23,2	2,6	1,0	+ 160,0	19,1	21,6	- 11,6
Nacional	8,1	13,3	- 39,1	8,7	5,6	+ 55,4	1,7	1,3	+ 30,8	18,5	20,2	- 8,4
Vale Paranapanema	10,3	8,7	+ 18,4	5,3	6,1	- 13,1	2,2	2,0	+ 10,0	17,8	16,8	+ 6,0
Força e Luz do Oeste	2,5	2,2	+ 13,6	0,7	1,0	- 30,0	0,5	0,9	- 44,4	3,7	4,1	- 9,8
<b>Total</b>	<b>779,8</b>	<b>619,3</b>	<b>+ 25,9</b>	<b>101,5</b>	<b>90,0</b>	<b>+ 12,8</b>	<b>103,0</b>	<b>76,0</b>	<b>+ 35,5</b>	<b>984,3</b>	<b>785,3</b>	<b>+ 25,3</b>

(\*) Ativos alienados em 31 de março de 2015

## 6 Serviços prestados pelo auditor independente

A remuneração total da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes pelos serviços prestados para a Rede Energia S/A nos primeiros nove meses de 2015 foi de R\$ 5.157 mil, dos quais R\$ 4.923 mil pela revisão contábil das demonstrações financeiras.

A política de contratação adotada pela Companhia atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes, que determinam, principalmente, que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais para seu cliente ou promover os seus interesses.

A Administração.

## Demonstrações financeiras

### 1. Balanço Patrimonial Ativo

**REDE ENERGIA S/A**  
**BALANÇO PATRIMONIAL**  
**EM 30 DE SETEMBRO DE 2016 E 31 DE DEZEMBRO DE 2015**  
 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015
<b>Ativo</b>				
<b>Circulante</b>				
Caixa e equivalente de caixa	8.580	912	428.909	534.452
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	40	37	696.296	481.912
Clientes, consumidores e concessionárias	-	-	1.268.744	1.365.815
Títulos de créditos a receber	-	845	10.081	4.671
Dividendos a receber	3.875	21.943	-	-
Estoques	-	-	27.762	25.998
Tributos a recuperar	12.213	7.682	309.872	223.490
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	4.865	21.458
Ativos financeiros setoriais	-	-	489.566	572.855
Contas a receber da concessão	-	-	-	-
Ativos disponíveis para venda	-	-	-	-
Outros créditos	6.572	5.540	311.768	404.104
<b>Total do circulante</b>	<b>31.280</b>	<b>36.959</b>	<b>3.547.863</b>	<b>3.634.755</b>
<b>Não circulante</b>				
<b>Realizável a longo prazo</b>				
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	-	-	86.066	40.343
Clientes, consumidores e concessionárias	-	-	127.440	96.805
Títulos de créditos a receber	-	-	18.455	1.624
Ativos financeiros setoriais	-	-	127.048	167.728
Créditos com partes relacionadas	227.331	268.819	299.665	327.515
Tributos a recuperar	9.148	17.677	150.759	148.534
Créditos tributários	-	-	535.458	448.567
Depósitos e cauções vinculados	121	121	138.017	119.862
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	47.430	150.009
Contas a receber da concessão	-	-	2.466.986	2.180.908
Outros créditos	157	444	181.931	165.684
	<b>236.757</b>	<b>287.061</b>	<b>4.179.255</b>	<b>3.847.579</b>
Investimentos	3.688.544	3.438.050	8.095	8.128
Imobilizado	-	-	27.578	19.425
Intangível	-	-	5.645.277	5.426.893
<b>Total do não circulante</b>	<b>3.925.301</b>	<b>3.725.111</b>	<b>9.860.205</b>	<b>9.302.025</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>3.956.581</b>	<b>3.762.070</b>	<b>13.408.068</b>	<b>12.936.780</b>



## 2. Balanço Patrimonial Passivo

**REDE ENERGIA S/A**  
**BALANÇO PATRIMONIAL**  
**EM 30 de setembro DE 2016 E 31 DE DEZEMBRO DE 2015**  
 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015
<b>Passivo</b>				
<b>Circulante</b>				
Fornecedores	275	288	757.723	898.745
Encargos de dívidas	184	468	32.319	14.160
Empréstimos e financiamentos	-	-	692.360	406.261
Debêntures	549	1.400	142.941	123.728
Tributos e contribuições sociais	1.930	683	314.075	327.531
Parcelamento de impostos	-	-	12.783	16.988
Dividendos a pagar	554	25.705	2.156	29.769
Folha de pagamento	-	-	11.172	17.345
Obrigações estimadas	-	-	67.289	51.210
Taxa de iluminação pública	-	-	31.868	49.691
Benefícios a empregados - plano de pensão	-	-	3.797	907
Encargos setoriais	-	-	182.784	276.990
Passivos financeiros setoriais	-	-	441.527	290.230
Taxas regulamentares	-	-	58.635	20.373
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	82.397	46.873
Bandeiras tarifárias CCRBT	-	-	84	3.600
Incorporação de redes	-	-	96.406	109.463
Outras contas a pagar	1.483	1.479	70.815	56.740
<b>Total do circulante</b>	<b>4.975</b>	<b>30.023</b>	<b>3.001.131</b>	<b>2.740.604</b>
<b>Não circulante</b>				
Fornecedores	-	-	230.595	319.724
Empréstimos e financiamentos	102.703	93.020	2.609.626	2.372.114
Debêntures	45.895	43.335	593.501	830.724
Tributos e contribuições sociais	-	-	37.017	37.564
Parcelamento de impostos	-	-	72.244	78.031
Tributos diferidos	443.777	435.933	1.319.065	1.384.471
Débitos com partes relacionadas	708.564	644.004	698.217	659.900
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	-	-	472.921	467.013
Provisão para perdas em participações societárias	168.723	164.530	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	3.169	1.823
Benefícios a empregados - plano de pensão	-	-	10.405	10.073
Passivos financeiros setoriais	-	-	206.234	81.362
Encargos setoriais	-	-	196.697	164.855
Taxas regulamentares	-	-	110.062	153.127
Incorporação de redes	-	-	233.741	185.162
Outras contas a pagar	9.065	10.322	94.729	97.217
<b>Total do não circulante</b>	<b>1.478.727</b>	<b>1.391.144</b>	<b>6.888.223</b>	<b>6.843.160</b>
<b>Patrimônio líquido</b>				
Capital social	2.245.787	2.245.787	2.245.787	2.245.787
Reservas de lucros	2.730	2.730	2.730	2.730
Reservas de capital	158.357	-	158.357	-
Lucros do período	59.096	-	59.096	-
Dividendos adicionais propostos	-	77.227	-	77.227
Outros resultados abrangentes	6.909	7.159	6.909	7.159
	<b>2.472.879</b>	<b>2.332.903</b>	<b>2.472.879</b>	<b>2.332.903</b>
Participação de acionistas não controladores	-	-	1.045.835	1.012.113
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	8.000	-	8.000
<b>Total do patrimônio líquido e adiantamento para futuro aumento de capital</b>	<b>2.472.879</b>	<b>2.340.903</b>	<b>3.518.714</b>	<b>3.353.016</b>
<b>Total do passivo</b>	<b>3.956.581</b>	<b>3.762.070</b>	<b>13.408.068</b>	<b>12.936.780</b>

## 3. Demonstrações de Resultados

**REDE ENERGIA S/A**  
**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO**  
**NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2016 E 2015**  
 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	9M16	9M15	9M16	9M15
<b>Receita operacional bruta</b>				
Fornecimento de energia elétrica	-	-	7.380.675	7.511.007
Suprimento de energia elétrica	-	-	171.873	245.839
Disponibilidade do sistema elétrico	-	-	402.808	246.687
Venda de energia a consumidores livres	-	-	-	-
Receita de construção	-	-	827.048	681.725
Serviços especializados	-	-	2.672	1.503
Outras receitas	-	-	(4.141)	589.634
	-	-	<b>8.780.935</b>	<b>9.276.395</b>
<b>Deduções à receita operacional</b>				
ICMS faturado	-	-	1.667.439	1.600.687
PIS, Cofins e ISS	-	-	743.345	769.004
Taxas de fiscalização	-	-	7.588	6.649
Encargos setoriais - Bandeiras tarifárias	-	-	(283)	219.970
Outras (PEE, CDE, CCC e P&D)	-	-	831.112	888.431
	-	-	<b>3.249.201</b>	<b>3.484.741</b>
	-	-	<b>5.531.734</b>	<b>5.791.654</b>
<b>Receita operacional líquida</b>				
<b>Despesas (receitas) operacionais</b>				
Pessoal	-	58	394.478	313.149
Fundo de Pensão	-	-	11.596	5.935
Material	-	-	62.562	68.067
Serviços de terceiros	3.184	4.003	352.458	388.250
Energia elétrica comprada para revenda	-	-	2.712.767	3.109.383
Transporte de potência elétrica	-	-	372.343	377.051
Depreciação e amortização (inclui ágio)	-	-	374.108	401.037
Provisão para contingências / devedores duvidosos	(73)	-	(116.578)	(64.467)
Custo de construção	-	-	827.050	681.725
Outras despesas	236	156	154.381	189.674
Outras despesas/receitas	(20.901)	(5.878)	1.246	41.200
	<b>(17.554)</b>	<b>(1.661)</b>	<b>5.146.411</b>	<b>5.511.004</b>
	<b>17.554</b>	<b>1.661</b>	<b>385.323</b>	<b>280.650</b>
<b>Resultado antes das receitas e despesas financeiras</b>				
<b>Receita (despesa) financeira</b>				
Receitas de aplicações financeiras	525	2.252	107.963	85.569
Variação monetária e acréscimo moratório de energia vendida	-	-	126.232	91.611
Descontos créditos opção C	-	-	-	-
Reversão de provisão de ajustes a valor presente credores opção C	-	-	-	-
Provisão de ajustes a valor presente credores opção A e B	-	-	-	-
Provisão de recomposição de saldos de recuperação judicial	-	-	-	-
Ajuste a valor justo dos investimentos avaliados a custo	-	-	-	-
Variação cambial	-	-	-	30.169
Atualização contas a receber da concessão (VNR)	-	-	-	-
Outras receitas financeiras	19.413	15.792	229.014	301.860
Encargos de dívidas - juros	(3.320)	(3.153)	(283.799)	(225.611)
Encargos de dívidas - variação monetária e cambial	-	-	98.279	(315.498)
(-) Transferência para obras em curso	-	-	29.891	4.653
Ajuste valor presente	(4.048)	-	(53.640)	934
Atualização de mútuo	-	-	-	-
Marcação a mercado das dívidas	-	-	(14.194)	21.029
Marcação a mercado de derivativos	-	(2.570)	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	(207.029)	173.493
Outras despesas financeiras	(57.790)	(81.674)	(301.103)	(421.018)
	<b>(45.220)</b>	<b>(69.353)</b>	<b>(268.386)</b>	<b>(252.809)</b>
<b>Resultado de equivalência patrimonial</b>	<b>94.606</b>	<b>111.387</b>		
<b>Resultado antes dos impostos</b>	<b>66.940</b>	<b>43.695</b>	<b>116.937</b>	<b>27.841</b>
Contribuição social e imposto de renda	(7.844)	(1.372)	(14.715)	26.885
Resultado das operações descontinuadas	-	239.094	-	239.094
<b>Lucro líquido do período</b>	<b>59.096</b>	<b>281.417</b>	<b>102.222</b>	<b>293.820</b>
Atribuído a sócios da empresa controladora			59.096	281.417
Atribuído a sócios não controladores			43.126	12.403
<b>Lucro líquido por ação do capital social - R\$</b>	<b>0,03</b>	<b>0,16</b>		

## Notas Explicativas

**Rede Energia S.A.**  
**(Em Recuperação Judicial)**  
**Notas explicativas às informações trimestrais para o**  
**período findo em 30 de setembro de 2016.**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário).

### 1 Contexto operacional

A Rede Energia S.A - Em Recuperação Judicial ("Rede Energia" ou "Companhia"), é Companhia Aberta registrada na CVM - Comissão de Valores Mobiliários em 16 de outubro de 1969, com ações negociadas na Bm&fbovespa S/A - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros. O objetivo social da Companhia é a participação no capital de outras empresas, tendo como base a atividade de distribuição e geração de energia elétrica, bem como outras atividades necessárias ou úteis à consecução do seu objeto social ou a ele relacionadas.

As controladas possuem obrigações regulatórias conforme consta nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica e nas autorizações concedidas as empresas de distribuição, geração e comercialização, conforme segue:

#### Distribuição de energia elétrica:

I - fornecer energia elétrica a consumidores localizados em sua área de concessão, nos níveis de qualidade e continuidade estabelecidos em legislação específica;

II - realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, e operar a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência, segurança e modicidade das tarifas, em conformidade com as normas técnicas e legais específicas;

III - organizar e manter registro e inventário dos bens vinculados à concessão e zelar por sua integridade, sendo vedado à concessionária alienar ou conceder em garantia tais bens sem a prévia e expressa autorização do agente regulador;

IV - atender a todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória, inclusive prestando contas aos consumidores;

V - implementar medidas que objetivem o combate ao desperdício de energia, por meio de programas de redução de consumo de energia e inovações;

VI - submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) alterações em posições acionárias que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão;

VII - a concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária, podendo ser prorrogada, mediante requerimento da concessionária e a critério exclusivo do Poder Concedente - Ministério de Minas Energia - MME.

A concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária, podendo ser prorrogada, mediante requerimento da concessionária e a critério exclusivo do Poder Concedente. Os Contratos de Concessão das controladas Caiuá Distribuição de Energia ("Caiuá"), Companhia Nacional de Energia Elétrica ("CNEE"), Empresa de Distribuição de Energia Vale Parapanema ("EDEVPA"), Empresa Elétrica Bragantina ("EEB") e Companhia Força e Luz do Oeste ("CFLO"), vencidos em julho/2015, foram renovados pelo Poder Concedente (Ministério de Minas Energia - MME) por mais 30 anos, ou seja, até julho/2045. Em dezembro de 2015, os aditivos de prorrogação aos contratos foram assinados.

As informações referentes à revisão e aos reajustes tarifários, ativos e passivos financeiros setoriais, contas a receber da concessão, ativos vinculados à concessão e receita de construção estão apresentadas nas notas explicativas nº 11, 12, 16, 19 e 30, respectivamente.

**Renovação de concessões:**

As controladas CAIUÁ, CNEE, EDEVP, EEB e CFLO, tiveram seus contratos de concessões vencidos em 07 de julho de 2015 para os quais foram assinados em dezembro de 2015 termos aditivos aos contratos de concessão com vencimento em 07 de julho de 2045. Os aditivos foram formalizados de acordo com o Despacho do Ministro de Minas e Energia de 09 de dezembro de 2015, na Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013, no Decreto nº 7.805 de 14 e setembro de 2012 e no Decreto nº 8.461 de 02 de junho de 2015.

Estes novos aditivos exigiram das distribuidoras atendimento aos seguintes critérios:

- I - eficiência com relação à qualidade do serviço prestado;
- II - eficiência com relação à gestão econômico-financeira;
- III - racionalidade operacional e econômica; e
- IV - modicidade tarifária.

O alcance dos referidos indicadores será monitorado pelos Órgãos reguladores, podendo haver penalidades na eventualidade de não atingimentos dos mesmos. Com os novos aditivos que prorrogaram o prazo de concessão até 2045, o direito do contas a receber da concessão, registrado pelas controladas como ativo financeiro até a assinatura dos referidos aditivos, foram transferidos para o ativo intangível, para serem amortizados ao longo da vida útil remanescente dos bens, ao novo prazo de concessão.

Os contratos das demais concessões têm vigência até janeiro de 2020 (Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A - "ETO") e dezembro de 2027 (Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A - "EMT" e Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A - "EMS").

**Geração de energia elétrica:**

A controlada EMT possui Contrato de Concessão de Geração nº 04/1997 de 3 Usinas Termelétricas, com as respectivas subestações associadas, com vencimento em 10 de dezembro de 2027.

De acordo com o artigo 8º da Lei nº 10.848 de 15 de março de 2004, regulamentada pelo Decreto nº 5.163 de 30 de julho de 2004, ficou vedada às concessionárias que atuam na distribuição de energia elétrica, manter atividades de geração no sistema interligado nacional de transmissão. A exceção ficou para os casos de atendimento a sistema elétrico isolado, ou seja, aqueles não ligados ao sistema interligado de transmissão. Embora, possuindo 3 usinas termelétricas próprias no sistema isolado, a principal atividade da controlada EMT é a distribuição de energia elétrica, e a necessidade da manutenção desses ativos de geração é somente para atendimento dessas comunidades isoladas. Portanto, a administração da controlada EMT considera seu negócio principal a atividade de distribuição de energia elétrica e a pequena atividade de geração como parte integrante do negócio principal, o que levou a bifurcação de todo ativo imobilizado da concessão em ativo financeiro e ativo intangível visto que o contrato garante o direito de indenização.

Os ativos de geração de energia representam 0,26% de todo ativo financeiro e intangível da concessão da controlada EMT.

**Comercialização de energia elétrica:**

A comercialização de energia elétrica anteriormente era realizada pela controlada Companhia Técnica de Comercialização de Energia - em Recuperação Judicial, desde 27 de novembro de 2012, teve sua autorização revogada através da Resolução Autorizativa nº 3.759, datada de 20 de novembro de 2012 ("Resolução Autorizativa nº 3.759"), expedida pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

**Serviços:**

A Rede Energia, através de sua controlada Multi Energisa Serviços S.A. presta serviços de operação, manutenção e serviços correlatos à geração e distribuição de energia elétrica, comissionamento, pré-operação, operação remota e local, serviços de call center e também manutenção eletromecânica de usinas, subestações, linhas de transmissão e parques.

**Histórico da aquisição de controle acionário da Rede Energia e suas subsidiárias:**

Os principais eventos que sucederam à assunção do controle da Rede Energia e suas subsidiárias pela Energisa obedeceram à seguinte cronologia:

- Em 31 de agosto de 2012, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL decretou a intervenção administrativa nas controladas: Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A; Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A; Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A; Companhia de Força e Luz do Oeste ("CFLO"), Caiuá Distribuição de Energia S.A. ("Caiuá"), Empresa Elétrica Bragantina S.A. ("EEB"), Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S.A. ("EDEV") e Companhia Nacional de Energia Elétrica ("CNEE"). Nesta data, em decorrência da perda do poder de controle sobre as empresas distribuidoras de energia elétrica, a Companhia reclassificou seus investimentos para ativo financeiro classificados como disponíveis para venda.
- 26 de novembro de 2012: A Rede Energia publicou fato relevante informando que ajuizara pedido de recuperação judicial ("RJ"). Na mesma data, foram ajuizados, os pedidos de RJ da Companhia Técnica de Comercialização de Energia ("CTCE"), da QMRA Participações S.A. ("QMRA"), da Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A. ("EEVP") e da Denerge Desenvolvimento Energético S.A. ("Denerge").
- 09 de setembro de 2013: O Plano de RJ foi homologado na 2ª Vara de Falência e Recuperações para as empresas Rede, CTCE, EEVP, Denerge e QMRA, favorável à proposta apresentada pela Energisa.
- 16 de outubro de 2013: A operação objeto do Plano homologado foi aprovada pelo CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica.
- 17 de dezembro de 2013: A ANEEL aprovou o plano de recuperação das concessionárias de distribuição sob intervenção ("Plano ANEEL") apresentado pela Rede que foi detalhado e atualizado pela Energisa.
- 28 de janeiro de 2014: A ANEEL anuiu à transferência do controle societário da Rede para a Energisa.
- 08 de abril de 2014: A ANEEL decretou o fim da intervenção nas concessionárias e em 11 de abril de 2014 foi divulgado fato relevante informando que naquela data foi formalizada a transferência do controle societário da Rede à Energisa. Com o fim de intervenção, as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia passaram a refletir ativos e passivos das subsidiárias, distribuidoras de energia elétrica, mensurados pelo valor justo na data da transação.

Atualmente, todas as disposições dos planos de recuperação apresentados à ANEEL vêm sendo estritamente cumpridas e, no momento, aguarda-se apenas o encerramento do processo de recuperação judicial.

Recuperação judicial: em fevereiro de 2016, a administradora judicial protocolou petição informando que o plano de recuperação vinha sendo devidamente cumprido, requerendo o encerramento da Recuperação Judicial. Em agosto de 2016, o parecer da administradora foi acolhido, tendo sido proferida decisão decretando o encerramento da recuperação judicial, uma vez que cumpridas todas as obrigações previstas no Plano de Recuperação Judicial dentro do período de dois anos previsto no artigo 61, da Lei 11.101/2005. Contra estas decisões alguns credores apresentaram embargos de declaração, os quais foram devidamente rejeitados pelo Juízo da recuperação em decisão datada de 11/10/2016. Atualmente está em curso prazo para os credores apresentarem Apelação contra a decisão de encerramento.

Em decorrência da aquisição do Grupo Rede pela Energisa e conforme Plano de Recuperação Judicial, abaixo síntese dos efeitos remanescentes das dívidas habilitadas pelas recuperandas (Rede Energia e CTCE), conforme segue:

Descrição	Rede Energia	CTCE	Total
= Saldo em 31 de dezembro de 2014	128.507	38.936	167.443
(+) Atualização (1)	10.111	3.019	13.130
Reversão de ajuste valor presente (1) e (2)	5.456	3.328	8.784
(-) Liquidação/Cessão de Créditos (3)	(4.561)	(3.247)	(7.808)
<b>= Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>139.513</b>	<b>42.036</b>	<b>181.549</b>
<b>Movimentação 1º trimestre</b>			
(+) Atualização (1)	2.960	944	3.904
Reversão de provisão ajuste a valor presente (1) e (2)	2.160	723	2.883
(-) Liquidação/Cessão de Créditos (3)	-	(548)	(548)
<b>Movimentação 2º trimestre</b>			
(+) Atualização (1)	2.907	870	3.777
Reversão de provisão ajuste a valor presente (1) e (2)	2.321	763	3.084
<b>Movimentação 3º trimestre</b>			
(+) Atualização (1)	2.895	843	3.738
Reversão de provisão ajuste a valor presente (1) e (2)	2.467	824	3.291
(-) Liquidação/Cessão de Créditos (3)	(4.561)	(465)	(5.026)
<b>= Saldo em 30 de setembro de 2016</b>	<b>150.662</b>	<b>45.990</b>	<b>196.652</b>

- (1) Ajustes realizados na rubrica de outras receitas financeiras na demonstração de resultado do período da controladora e consolidados.
- (2) Ajustes a Valor Presente: Refere-se ao valor de ajuste a valor presente, registrado pela Companhia e controlada CTCE, para os créditos dos credores que fizeram no Plano de Recuperação Judicial opções para os recebimentos de seus créditos - opções A e B. Para o desconto a valor presente utilizou-se uma taxa de 15,19% a.a., que a Companhia considera como a taxa de retorno adequada para a realização dos créditos. Essa taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado na situação atual. A Administração da Companhia entende que essa taxa de desconto representava adequadamente o custo de capital na data da aquisição das empresas.
- (3) Os pagamentos aos credores previstos no plano de recuperação judicial foram iniciados a partir de 11 de abril de 2014. Durante o período de 01 de janeiro de 2015 a 30 de setembro de 2016 foram liquidadas diretamente pela Energisa cerca de R\$13.382 (R\$9.122 dívida da Companhia e R\$4.260 dívida da CTCE).

## 2 Apresentação das informações financeiras intermediárias (informações trimestrais)

As informações financeiras intermediárias (informações trimestrais) da Companhia, aprovadas em 11 de novembro de 2016 pelo Conselho de Administração, compreendem:

- As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas elaboradas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

As demais informações referentes às bases de elaboração, apresentação das informações financeiras intermediárias e resumo das principais práticas contábeis não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 2 às Demonstrações Financeiras Anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 (doravante denominadas de "Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2015"), publicadas na imprensa oficial em 23 de março de 2016.

Dessa forma, estas informações financeiras intermediárias (informações trimestrais) devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações financeiras.

A Administração da Companhia declara que todas as informações relevantes próprias das informações financeiras intermediárias, e somente elas, correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

### 3 Adoção dos padrões internacionais de contabilidade

#### 3.1 Novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo IASB - *International Accounting Standards Board*

As informações referentes aos novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo IASB não sofreram alterações significativas em relação àquelas divulgadas na nota explicativa 3.1 das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2015, exceto quanto à adoção do IAS 16/CPC 27 e IAS 38/CPC 04 (R1) - Esclarecimento dos métodos de depreciação e amortização aceitáveis.

#### 3.2 Reapresentações de períodos anteriores

A Administração realizou reclassificações na demonstração de resultado de 30 de setembro de 2016, no montante de R\$255.300 da rubrica "resultado da alienação dos ativos de geração" para "resultado líquido de operações descontinuadas", na controladora e no consolidado, conforme segue:

A reclassificação efetuada na demonstração de resultado de 30 de setembro de 2015, refere-se a realocação do ganho obtido pela controladora no processo de venda dos ativos de geração complementando o resultado de operações descontinuadas apresentado anteriormente em R\$255.300, não gerando alteração no resultado líquido do período.

A seguir, o detalhamento da referida reclassificação:

Demonstração do resultado do período:

Controladora	Divulgado	Ajustes	Reapresentado
	01/01/2015 a 30/09/2015		01/01/2015 a 30/09/2015
Demonstração do resultado			
Resultado da alienação dos ativos de geração	255.300	(255.300)	-
Lucro(Prejuízo) líquido das operações descontinuadas	(16.206)	255.300	239.094

Consolidado	Divulgado	Ajustes	Reapresentado
	01/01/2015 a 30/09/2015		01/01/2015 a 30/09/2015
Demonstração do resultado			
Resultado da alienação dos ativos de geração	255.300	(255.300)	-
Lucro (Prejuízo) líquido das operações descontinuadas	(16.206)	255.300	239.094

Demonstração do valor adicionado:

Controladora	Divulgado	Ajustes	Reapresentado
	01/01/2015 a 30/09/2015		01/01/2015 a 30/09/2015
Receitas	261.178	(255.300)	5.878
Outras Receitas	261.178	(255.300)	5.878
Valor Adicionado Bruto	257.018	(255.300)	1.718
Valor Adicionado Líquido Produzido	257.018	(255.300)	1.718
Distribuição do Valor Adicionado	386.449	(255.300)	131.149
Outros	16.206	(255.300)	(239.094)

Consolidado	Divulgado	Ajustes	Reapresentado
	01/01/2015 a 30/09/2015		01/01/2015 a 30/09/2015
Receitas	9.565.119	(291.315)	9.273.804
Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	8.630.686	(36.015)	8.594.671
Outras Receitas	270.977	(255.300)	15.677
Valor Adicionado Bruto	5.116.645	(291.315)	4.825.330
Valor Adicionado Líquido Produzido	4.715.608	(291.315)	4.424.293
Valor Adicionado Total a Distribuir	5.224.817	(291.315)	4.933.502
Distribuição do Valor Adicionado	5.224.817	(291.315)	4.933.502
Impostos, Taxas e Contribuições	3.835.948	(36.015)	3.799.933
Federais	2.232.722	(36.015)	2.196.707
Outros	16.206	(255.300)	(239.094)

## Demonstração do fluxo de caixa:

Controladora	Divulgado 01/01/2015 a 30/09/2015	Ajustes	Reapresentado 01/01/2015 a 30/09/2015
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	291.786	(291.786)	-
Lucro líquido do exercício	-	273.721	273.721
Prejuízo líquido das operações descontinuadas	-	(239.094)	(239.094)
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	-	1.859	1.859
Ganho de capital na alienação de ativos	(255.300)	255.300	-

Consolidado	Divulgado 01/01/2015 a 30/09/2015	Ajustes	Reapresentado 01/01/2015 a 30/09/2015
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	309.175	(309.175)	-
Lucro líquido do exercício	-	292.944	292.944
Prejuízo líquido das operações descontinuadas	-	(239.094)	(239.094)
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	-	25	25
Ganho de capital na alienação de ativos	(255.300)	255.300	-

#### 4 Informações financeiras intermediárias (informações trimestrais) consolidadas

As informações financeiras intermediárias consolidadas incluem as informações financeiras da Rede Energia e das controladas:

	Ramo de atividade	% de participação	
		30/09/2016	31/12/2015
<b>Subsidiárias distribuidoras de energia elétrica:</b>			
Empresa Elétrica Bragantina S.A.	Distribuição	95,85	91,45
Companhia Nacional de Energia Elétrica	Distribuição	98,69	98,69
Companhia Força e Luz do Oeste	Distribuição	97,7	97,7
Energisa Tocantins Distribuidora de Energia S.A.	Distribuição	76,67	71,42
Energisa Mato Grosso Distribuidora de Energia S.A.	Distribuição	57,67	57,67
Energisa Mato Grosso do Sul Distribuidora de Energia S.A.	Distribuição	64,01	63,11
Caiuá Distribuição de Energia S.A.	Distribuição	100	100
Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S.A.	Distribuição	100	100
<b>Demais empresas:</b>			
Companhia Técnica de Comercialização de Energia - em Recuperação Judicial	Comerc. Energia	99,91	99,91
Rede Power do Brasil S.A.	Holding	99,99	99,98
QMRA Participações S.A. - em Recuperação Judicial	Holding	100	100
Multi Energisa Serviços S/A (atual denominação social de Rede de Eletricidade e Serviços S.A.)	Serviços	99,9	99,9
Vale do Vacaria Açúcar e Álcool S.A.	Agrícola	100	100
Companhia Geral	Serviços	63,97	63,97
<b>Participação indireta:</b>			
Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S.A.	Distribuição	35,92	36,83

Descrição dos principais procedimentos de consolidação:

- a) Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;



- b) Eliminação dos saldos das contas de investimentos e correspondentes participações no capital e resultados das empresas consolidadas; e
- c) Eliminação dos saldos de receitas e despesas, decorrentes de negócios entre as empresas.

## 5 Informações por segmento - consolidado

Um segmento operacional é um componente que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos são revistos frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual estão disponíveis nas informações financeiras.

Os resultados de segmentos que são reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. O item não alocado compreende principalmente ativos corporativos.

A Companhia e suas controladas atuam nos segmentos econômicos de distribuição, comercialização e na prestação de serviços de manutenção e operação de empreendimentos de geração e distribuição de energia elétrica. Resumem-se a seguir as operações por segmento:

	Distribuição	Serviços	30/09/2016
Receitas Externas	5.531.734	-	5.531.734
Receitas Intersegmentos	-	33.755	33.755
<b>Total</b>	<b>5.531.734</b>	<b>33.755</b>	<b>5.565.489</b>
Receitas Financeiras	434.765	40.853	475.618
Despesas Financeiras	(660.848)	(83.156)	(744.004)
<b>Total</b>	<b>(226.083)</b>	<b>(42.303)</b>	<b>(268.386)</b>
Depreciação e amortização	372.028	2.080	374.108
Resultado por segmento divulgável antes do imposto de renda e contribuição social	128.674	(11.737)	116.937

	Distribuição	Serviços	30/09/2015
Receitas Externas	5.790.770	884	5.791.654
Receitas Intersegmentos	-	19.539	19.539
<b>Total</b>	<b>5.790.770</b>	<b>20.423</b>	<b>5.811.193</b>
Receitas Financeiras	488.189	30.787	518.976
Despesas Financeiras	(669.471)	(102.314)	(771.785)
<b>Total</b>	<b>(181.282)</b>	<b>(71.527)</b>	<b>(252.809)</b>
Depreciação e amortização	399.823	1.214	401.037
Resultado por segmento divulgável antes do imposto de renda e contribuição social	93.892	(66.051)	27.841

	Distribuição	Serviços	30/09/2016	31/12/2015
Ativos dos segmentos divulgáveis	13.030.649	540.581	13.571.230	13.087.281
Ativo circulante	3.498.317	56.645	3.554.962	3.712.039
Ativo não circulante	9.532.332	483.936	10.016.268	9.375.242
Passivos dos segmentos divulgáveis	8.322.393	1.730.123	10.052.516	9.734.265
Passivo circulante	2.971.607	35.106	3.006.713	2.764.726
Passivo não circulante	5.350.786	1.695.017	7.045.803	6.969.539

## Conciliação de receitas, lucros, ativos e passivos por segmento.

	01/07/2016 a 30/09/2016	01/01/2016 a 30/09/2016	01/07/2015 a 30/09/2015	01/01/2015 a 30/09/2015
<b>Receita</b>				
Receita líquida total de segmentos divulgáveis	1.964.191	5.565.489	1.989.119	5.811.193
Eliminação de receitas intersegmentos	(8.790)	(33.755)	(5.990)	(19.539)
<b>Receita líquida consolidada</b>	<b>1.955.401</b>	<b>5.531.734</b>	<b>1.983.129</b>	<b>5.791.654</b>
<b>Depreciação e amortização</b>				
Depreciação e amortização total de segmentos divulgáveis	124.339	374.108	116.154	401.037
<b>Depreciação e amortização consolidada</b>	<b>124.339</b>	<b>374.108</b>	<b>116.154</b>	<b>401.037</b>
<b>Receita financeira</b>				
Receita financeira total de segmentos divulgáveis	126.865	475.618	145.014	518.976
Eliminação de receitas intersegmentos	(4.790)	(12.409)	(3.188)	(9.767)
<b>Receita financeira consolidada</b>	<b>122.075</b>	<b>463.209</b>	<b>141.826</b>	<b>509.209</b>
<b>Despesa financeira</b>				
Despesa financeira total de segmentos divulgáveis	(254.825)	(744.004)	(251.015)	(771.785)
Eliminação de receitas intersegmentos	4.790	12.409	3.188	9.767
<b>Despesa financeira consolidada</b>	<b>(250.035)</b>	<b>(731.595)</b>	<b>(247.827)</b>	<b>(762.018)</b>
<b>Lucros</b>				
Total de lucros (prejuízos) dos segmentos divulgáveis	89.531	116.937	(26.034)	27.841
<b>Lucro (prejuízo) antes dos impostos</b>	<b>89.531</b>	<b>116.937</b>	<b>(26.034)</b>	<b>27.841</b>

	30/09/2016	31/12/2015
<b>Ativo</b>		
Ativo total dos segmentos divulgáveis	13.571.230	13.087.281
Outros valores não alocados	(163.162)	(150.501)
<b>Total Ativo consolidado</b>	<b>13.408.068</b>	<b>12.936.780</b>
<b>Passivo</b>		
Passivo total dos segmentos divulgáveis	10.052.516	9.734.265
Outros valores não alocados	(163.162)	(150.501)
<b>Total passivo consolidado</b>	<b>9.889.354</b>	<b>9.583.764</b>

## 6 Caixa, equivalente de caixa, aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados.

### 6.1 Caixa e equivalente de caixa

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015
Caixa e depósitos bancários à vista	926	912	20.419	87.608
<b>Aplicações financeiras de liquidez imediata:</b>	<b>7.654</b>	<b>-</b>	<b>408.490</b>	<b>446.844</b>
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	7.654	-	334.668	55.003
Compromissada (1)	-	-	73.822	391.841
<b>Total caixa e equivalentes de caixa (2)</b>	<b>8.580</b>	<b>912</b>	<b>428.909</b>	<b>534.452</b>

A carteira de aplicações financeiras é constituída, principalmente, por Certificados de Depósito Bancário (CDB's) e Operações compromissadas. A rentabilidade média ponderada da carteira em 30 de setembro de 2016 equivale a 100,8% do CDI (107,81% do CDI em 31 de dezembro de 2015).

- (1) Operações compromissadas em debêntures - São operações de venda de títulos com compromisso de recompra assumido pelo vendedor, concomitante ao compromisso de revenda assumido pelo comprador. Essas operações possuem liquidez imediata, são remuneradas a 102,5% do CDI.
- (2) As datas apresentadas representam o vencimento do título que lastreia a aplicação financeira. Por cláusula contratual, essas aplicações financeiras são resgatáveis em até 90 dias da data de sua contratação pelas taxas contratadas.

## 6.2 Aplicações financeiras avaliadas ao valor justo por meio do resultado

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015
<b>(1) Avaliadas ao valor justo por meio do resultado</b>	<b>40</b>	<b>37</b>	<b>782.362</b>	<b>522.255</b>
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	-	-	30.427	17.590
Compromissada (1)	-	-	8	73
<b>Fundos de Investimento (2)</b>	<b>40</b>	<b>37</b>	<b>16.996</b>	<b>90.164</b>
Fundos de Investimentos Exclusivos (3)	-	-	648.805	374.075
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	-	-	14.941	-
Cédula de Crédito Bancário (CCB)	-	-	6.382	63.098
Debêntures	-	-	91.623	115.836
Compromissadas	-	-	5.804	14.089
DPGE	-	-	-	6.502
Títulos públicos	-	-	84.463	32.726
Fundo de Renda Fixa	-	-	367.999	141.824
Letra financeira (LF)	-	-	72.553	-
Nota Promissória	-	-	5.040	-
Outros instrumentos	-	-	60	10
Fundo de investimento em direitos creditórios (4)	-	-	86.066	40.343
<b>Total de aplicações no mercado aberto e recursos vinculados (5)</b>	<b>40</b>	<b>37</b>	<b>782.362</b>	<b>522.255</b>
Circulante	40	37	696.296	481.912
Não circulante	-	-	86.066	40.343

- (1) Operações compromissadas em debêntures - São operações de venda de títulos com compromisso de recompra assumido pelo vendedor, concomitante de revenda assumido pelo comprador. São remuneradas pelo CDI e estão lastreadas em debêntures emitidas pelo Banco.
- (2) Fundo de investimentos - Inclui fundos classificados como Renda Fixa e Multimercado e são remunerados a 102,17% do CDI.
- (3) Fundo de investimentos exclusivos inclui aplicações em CDB, CCB, Debêntures, Compromissadas, DPGE, Fundos de Renda Fixa, LFT, LF, LTN, NTN-B e Fundos Multimercados, são remuneradas de 101,32% até 117,82% do CDI.
- (4) Fundo de investimentos em direitos creditórios - FIDC Energisa Centro Oeste com vencimento em 01/10/2034.
- (5) Inclui no consolidado, R\$121.914 (R\$144.615 em 31 de dezembro de 2015) referente a recursos vinculados a empréstimos, leilões de energia e bloqueios judiciais.

A carteira de aplicações financeiras é formada, principalmente, por Fundos de Investimentos Exclusivos, compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, CDB's, entre outros. A rentabilidade média ponderada da carteira consolidada em 30 de setembro de 2016 equivale a 113,33% do CDI (107,81% do CDI em 31 de dezembro de 2015).

## 7 Clientes, consumidores e concessionárias - consolidado

O saldo de Consumidores e concessionárias refere-se, substancialmente aos: (i) valores faturados de venda de energia elétrica a consumidores finais, concessionárias revendedoras, bem como a receita referente à energia consumida e não faturada; (ii) valores a receber relativos à energia comercializada na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE; e (iii) receita de uso da rede elétrica e os valores renegociados. A exposição aos riscos de crédito e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa nº 34.

	Saldos a vencer		Saldos vencidos				Provisão p/ créditos de liquidação duvidosa (7)	Total	
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Há mais de 360 dias		30/09/2016	31/12/2015
<b>Valores correntes: (1)</b>									
Residencial	167.281	24	161.235	17.147	3.082	3.736	(23.965)	328.540	355.784
Industrial	85.278	3	21.085	2.574	3.958	19.630	(19.630)	112.898	130.789
Comercial	118.156	5	44.285	8.032	7.222	11.645	(18.867)	170.478	189.152
Rural	64.181	15	23.864	3.718	864	1.197	(1.197)	92.642	83.353
Poder público	43.184	4	15.574	3.228	2.271	7.833	(7.833)	64.261	67.792
Iluminação pública	8.198	-	4.596	580	752	6.028	(6.028)	14.126	17.468
Serviço público	24.157	-	8.146	2.468	5.264	80.276	(80.276)	40.035	41.768
Fornecimento não faturado	273.465	-	-	-	-	-	-	273.465	372.478
Arrecadação Processo Classificação	38.356	-	-	-	-	-	-	38.356	15.311
<b>Valores renegociados:</b>									
Residencial	8.328	27.724	5.691	2.512	5.095	14.833	(29.866)	34.317	27.791
Industrial	5.911	7.510	2.294	782	819	6.000	(9.119)	14.197	10.077
Comercial	4.180	23.598	2.058	1.096	2.173	5.584	(14.688)	24.001	25.464
Rural	1.917	3.159	883	367	427	997	(3.319)	4.431	7.281
Poder público (3)	5.047	114.679	2.879	813	1.441	21.504	(33.894)	112.469	44.172
Iluminação pública	2.316	7.746	383	49	139	314	(3.324)	7.623	8.207
Serviço público	1.414	8.664	180	88	170	883	(2.077)	9.322	4.790
(-) Ajuste valor Presente (2)	(1.844)	(60.744)	-	-	-	-	-	(62.588)	(15.369)
<b>Subtotal -clientes</b>	<b>849.525</b>	<b>132.387</b>	<b>293.153</b>	<b>43.454</b>	<b>33.677</b>	<b>180.460</b>	<b>(254.083)</b>	<b>1.278.573</b>	<b>1.386.308</b>
Suprimento Energia - Moeda Nacional (4)	48.356	-	6.028	3.978	-	2.299	-	60.661	25.770
Encargos de Uso da Rede Elétrica	4.069	-	-	-	-	-	-	4.069	3.681
Redução do uso do sistema de distribuição (5)	12.201	-	-	-	-	-	-	12.201	12.201
Outros (6)	36.600	549	4.385	636	396	17.622	(19.508)	40.680	34.660
<b>Total</b>	<b>950.751</b>	<b>132.936</b>	<b>303.566</b>	<b>48.068</b>	<b>34.073</b>	<b>200.381</b>	<b>(273.591)</b>	<b>1.396.184</b>	<b>1.462.620</b>
Circulante								1.268.744	1.365.815
Não Circulante								127.440	96.805

- (1) Os vencimentos são programados para o 5º dia útil após a entrega das faturas, exceto os clientes do Poder Público que possuem 10 dias úteis para efetuar os pagamentos. Inclui principalmente, o fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada, esta última apurada por estimativa reconhecida pelo regime de competência, até o encerramento do balanço.
- (2) Ajuste a Valor Presente: refere-se ao valor de ajuste calculado para os contratos renegociados sem a incidência de juros e/ou para aqueles com taxa de juros de IPCA ou IGPM. Para o desconto a valor presente foi utilizado à taxa média anual de 14.13% a.a. (14,14% em 31 de dezembro de 2015). Essa taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado na situação atual. A Administração entende que essa taxa de desconto representa adequadamente o custo de capital, tendo em vista a natureza, complexidade e volume das renegociações, a divulgação do fluxo de caixa e sua temporalidade não foram feitas, uma vez que o efeito líquido do AVP não é relevante.
- (3) Inclui a renegociação realizada em 03 de agosto de 2016 em que a controlada EMT assinou com a Prefeitura Municipal de Cuiabá e com a Companhia de Saneamento da Capital (SANECAP) o Termo de Confissão, Assunção e Parcelamento de Dívidas referente a fornecimento de energia elétrica no montante R\$86.592, líquido de juros, correção monetária e multas, que será recebido em parcelas equivalentes a 50% do valor pago mensalmente pela Companhia de Saneamento para o Município de Cuiabá, iniciada em 30 de setembro de 2016. Sobre o saldo devedor incidirá juros de 0,5% ao mês limitado ao valor da parcela da outorga até o final da concessão (abril/2042). A controlada reverteu no trimestre toda provisão anteriormente constituída do mesmo montante, e constituiu provisão para ajuste a valor presente sobre a dívida no montante de R\$43.445, contabilizado na demonstração de resultado do período na rubrica de outras despesas financeiras no consolidado.
- (4) Inclui energia vendida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

O saldo da conta de suprimento de energia no consolidado inclui os valores referentes à comercialização de energia elétrica no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE no montante de R\$43.961 (R\$8.011 em 31 de dezembro de 2015), deduzido das liquidações parciais ocorridas até 30 de setembro de 2016. Esses saldos foram apurados com base em cálculos preparados e divulgados pela CCEE.

A composição desses valores, incluindo os saldos registrados na rubrica "fornecedores" no passivo circulante de R\$45.636 (R\$92.411 em 31 de dezembro de 2015) e R\$13.073 (R\$117.157 em 31 de dezembro de 2015) de encargos de serviços do sistema, conforme demonstrados a seguir:

Composição dos créditos da CCEE	30/09/2016	31/12/2015
Créditos a vencer	39.148	3.736
Créditos vinculados a liminares <sup>(a)</sup>	4.275	4.275
Créditos vencidos	538	-
<b>Sub-total créditos CCEE (*)</b>	<b>43.961</b>	<b>8.011</b>
(-) Aquisições de energia na CCEE	(70.340)	(92.411)
(-) Encargos de serviços do sistema	(13.073)	(117.157)
<b>Total créditos CCEE</b>	<b>(39.452)</b>	<b>(201.557)</b>

(\*) O sub-total de R\$43.961 (R\$8.011 em 31 de dezembro de 2015) não inclui a provisão para crédito de liquidação duvidosa no valor de R\$4.275.

As transações ocorridas na CCEE são liquidadas após 45 dias do mês de competência.

(a) Os valores da energia de curto prazo, que se encontram vinculados a liminares, podem estar sujeitos à alteração dependendo de decisões dos processos judiciais em andamento movidos por determinadas empresas do setor, tendo em vista diferentes interpretações das regras do mercado em vigor. Essas empresas, não incluídas na área do racionamento, obtiveram liminar que torna sem efeito o Despacho nº 288 da ANEEL, de 16 de maio de 2002, que objetivou o esclarecimento às empresas do setor sobre o tratamento e a forma de aplicação de determinadas regras de contabilização do MAE (atualmente CCEE), incluídas no Acordo Geral do Setor Elétrico. O pleito dessas empresas envolve a comercialização da cota-parte de Itaipu no submercado Sudeste/Centro-Oeste durante o período de racionamento de 2001 a 2002, quando havia discrepância significativa de preços na energia de curto prazo entre os submercados.

**Uso de estimativas:** Compra e venda de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE - os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os cálculos preparados e divulgados pela entidade ou por estimativa da Administração da Companhia, quando as informações não estão disponíveis tempestivamente.

- (5) Redução de uso do sistema de distribuição: Por meio da Resolução homologatória ANEEL nº 1.270 de 03 de abril de 2012, foi concedido para controlada EMT valores provenientes de perda financeira dos descontos concedidos na TUSD. Os valores objetivam recompor a receita da Companhia referente à disponibilização da rede de transmissão aos consumidores livres, geradoras e fontes incentivadas. Para o saldo remanescente de R\$12.201, suspenso por liminares, tem-se o mesmo valor em contrapartida de outros passivos no consolidado.
- (6) Inclui serviços taxados e outros valores a receber de consumidores.
- (7) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em bases consideradas suficientes para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos do contas a receber de clientes, consumidores e concessionárias e se baseiam nas instruções da ANEEL assim resumidas:

Clientes com débitos relevantes

- Análise individual do saldo a receber do consumidor, por classe de consumo, considerado de difícil recebimento.

Para os demais casos:

- Consumidores residenciais - Vencidos há mais de 90 dias;
- Consumidores comerciais - Vencidos há mais de 180 dias;
- Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública, serviços públicos e outros - Vencidos há mais 360 dias.
- Contratos renegociados - (i) parcelas vencidas - são provisionadas as parcelas (ii) mais de 3 parcelas vencidas - são provisionadas as parcelas vencidas e a vencer.

Para as classes Serviço Público, Poder Público e Iluminação Pública: as controladas avaliam individualmente os casos de créditos em cobrança judicial com sentença com transitado em julgado favoravelmente ou que possua título de precatório, considerando que, nesses casos a realização do crédito é líquida e certa. Para todos os demais créditos de clientes públicos vencidos há mais de 360 dias é reconhecida a perda estimada no valor recuperável.

Segue movimentação ocorrida no período/execício:

Movimentação das provisões	30/09/2016	31/12/2015
Saldos iniciais - 31/12/2015 e 31/12/2014	407.852	394.253
Provisão constituída no período/execício	104.295	22.735
Reversão constituída no período/execício (*)	(232.796)	(9.136)
<b>Saldos finais - 30/09/2016 e 31/12/2015</b>	<b>279.351</b>	<b>407.852</b>
<b>Alocação:</b>		
Clientes, consumidores e concessionárias	273.591	357.594
Títulos de créditos a receber	1.625	50.258
Outros (uso mútuo de poste)	4.135	-

(\*) As reversões de provisões ocorridas no período findo em 30 de setembro de 2016, basicamente refere-se a liquidação de processos de recebimentos de faturas de energia junto a Prefeitura Municipal de Cuiabá, da renegociação da dívida da Companhia de Saneamento da Capital (Sanecap), dos títulos precatórios, que segue:

- (i) A controlada EMT reverteu no trimestre toda provisão anteriormente constituída de R\$86.592 referente a renegociação efetuada com a Companhia de Saneamento da Capital de Cuiabá (SANECAP).
- (ii) Em 17 de junho de 2016, a controlada EMT assinou a petição na Central de Conciliação de Precatórios, do precatório requisitório nº 13.699/2004, resultou em acordo entre a controlada EMT e o Município de Cuiabá/MT, A controlada possuía provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$35.524, que foi revertida para a rubrica de outras despesas financeiras por corresponder aos valores de multas, juros e correção monetária.
- (iii) A controlada EMT renegociou outros débitos de fornecimento de energia elétrica de Iluminação Pública e de outros órgãos Municipais no montante de R\$10.021 já contemplando a redução de juros, multas e 95% de correção monetária. Estes valores serão recebidos até o final de dezembro de 2016, já tendo sido recebido a primeira parcela em 30 de setembro de 2016 no montante de R\$7.441.

## 8 Títulos de créditos a receber

	Controladora	Consolidado	
	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015
Processo execução de precatórios PM de Cuiabá (1)	-	26.820	50.258
Títulos de créditos a receber (2)	845	28.785	28.927
Ajuste a valor presente (1)	-	(25.444)	(22.632)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (*)	-	(1.625)	(50.258)
	<b>845</b>	<b>28.536</b>	<b>6.295</b>
Circulante	845	10.081	4.671
Não circulante	-	18.455	1.624

(\*) Incluído no total apresentado como redutora no ativo não circulante.

- (1) Ação de Execução (processo nº 383/2001 - 3ª Vara de Fazenda Pública - Cuiabá) da controlada EMT, ajuizada em desfavor do Município de Cuiabá, que deu origem ao Precatório Requisitório nº 13.699/2004/TJMT.

Em 17 de junho de 2016, foi assinada a petição na Central de Conciliação de Precatórios, do precatório requisitório nº 13.699/2004, resultou em acordo entre a controlada EMT e o Município de Cuiabá/MT, pelo qual foi fixado crédito a ser pago, de forma parcelada, no valor original do precatório requisitório de R\$28.320, que será recebido em 66 parcelas fixas de R\$500, corrigidos pela taxa de 0,5% ao mês, e a última parcela, de nº 67, no valor de R\$183. Os recebimentos das parcelas iniciado em 10 de agosto de 2016 e as demais com vencimento em 25 de cada mês, foram todas efetivadas. A controlada EMT possuía provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$35.524 que foi revertida para a rubrica de outras despesas financeiras por corresponder aos valores de multas, juros e correção monetária.

No período findo em 30 de setembro de 2016, foi constituído Ajuste a valor presente no valor de R\$3.440 utilizando-se a taxa média anual do CDI de 14,13% ao ano, registrados em outras despesas financeiras.

- (2) As controladas EDEVP, CAIUA, EEB, CNEE e CFLO adquiriram, em 2003, créditos de origem não tributária decorrentes da condenação da União Federal em ação indenizatória, com finalidade de compensação de impostos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal, reconhecidos por decisão judicial transitada em julgado. Referidos créditos estão sob discussão judicial, em ação judicial movida pela detentora do crédito contra a União Federal. As controladas ingressaram nesta ação com pedido de assistência o que foi indeferido pelo Juiz de Primeira Instância por fundamentos de ordem meramente processual. Contra a referida decisão, foi apresentado recurso, que aguarda apreciação pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Com a adesão ao Parcelamento Excepcional - PAEX, nos termos da Medida Provisória nº 303/2006, em 15/12/2006, as controladas desistiram da compensação tributária dos referidos créditos e mantém a discussão judicial, com a finalidade de ver reconhecido seu direito ao crédito. A recuperação do crédito depende do sucesso da referida ação judicial, sendo considerado possível o êxito da ação pelos assessores

jurídicos da Companhia. A Administração reconheceu provisão para perdas no valor recuperável desse ativo, registrada como redutora na rubrica títulos de créditos a receber no consolidado no montante de R\$44.033.

Em 30 de setembro de 2016, os vencimentos dos títulos de créditos são:

	Consolidado (*)
Títulos vencidos	-
2016	4.081
2017	8.202
2018	5.469
2019	4.792
Após 2019	7.617
<b>Total</b>	<b>30.161</b>

(\*) Apresentado líquido do ajuste a valor presente.

## 9 Dividendos a receber

Segue demonstrativo de dividendos a receber das controladas:

Controladas	Controladora	
	30/09/2016	31/12/2015
Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A	7	147
Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A	2	1
Empresa Elétrica Bragantina S/A	-	573
Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A	-	6.167
Empresa Distrib. Energisa Vale do Paranapanema	-	6.000
Companhia Nacional de Energia Elétrica	-	1.934
Multi Serviços Energisa S/A	3.784	7.035
Vale do Vacaria Açúcar e Álcool S.A.	82	86
<b>Total - Circulante</b>	<b>3.875</b>	<b>21.943</b>

## 10 Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS (a)	-	-	170.228	148.421
Imposto de renda retido fonte - IRRF (b)	7.355	3.659	24.812	16.618
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ (c)	13.356	16.842	159.321	108.518
Contribuição social sobre o lucro - CSLL (c)	569	-	30.302	22.775
Contribuições ao PIS e a COFINS (d)	-	4.858	60.259	64.802
Outros	81	-	15.709	10.890
	<b>21.361</b>	<b>25.359</b>	<b>460.631</b>	<b>372.024</b>
Circulante	12.213	7.682	309.872	223.490
Não circulante	9.148	17.677	150.759	148.534

(a) Corresponde basicamente aos créditos de ICMS originados das aquisições dos equipamentos e materiais para o ativo intangível das controladas, realizáveis nos próximos 48 meses mediante as compensações mensais com o imposto incidente sobre a venda de energia elétrica aos consumidores além de R\$19,924 de carta de créditos adquiridos junto ao Estado de Mato Grosso pela controlada EMT. Essa carta de crédito foi apresentada como garantia na habilitação para usufruir dos benefícios fiscais instituídos pela Lei 9.165/2009, cuja prestação de contas ocorreu em 07 de novembro de 2014 e aguarda homologação da SEFAZ-MT.

(b) Imposto de renda originado principalmente de retenções realizadas sobre rendimentos de aplicações financeiras, juros sobre contratos de mútuo e serviços prestados a terceiros. Os valores serão declarados na ECF do período, sendo convertidos em saldo negativo, recuperável através de pedido de restituição/compensação com Tributos Federais.

(c) Saldos negativos de imposto de renda e contribuição social apurados no ano calendário de 2015 e anteriores, decorrentes de estimativas pagas à maior, que serão utilizados para compensação de tributos administrados pela Receita Federal do Brasil - RFB e

desde que o montante já pago exceda o valor do imposto ou da contribuição, determinados com base no resultado apurado nos respectivos exercícios.

- (d) Corresponde substancialmente a créditos não cumulativos de PIS e COFINS incidentes sobre aquisição até 31 de dezembro de 2014 de equipamentos, materiais e de prestação de serviços para o ativo intangível, os quais são realizáveis nos próximos 27 meses e créditos não cumulativos de PIS e COFINS incidentes sobre as despesas de depreciação de máquinas e equipamentos do ativo intangível, ambos compensáveis com os débitos desses tributos, incidentes sobre fornecimento de energia elétrica.

## 11 Revisão e reajuste tarifário periódico - consolidado

### Reajuste tarifário:

Pela execução dos serviços, a concessionária tem o direito de cobrar dos consumidores às tarifas determinadas e homologadas pelo Poder Concedente. Os valores das tarifas serão reajustados em periodicidade anual e a receita da concessionária será dividida em duas parcelas: Parcela A (composta pelos custos não gerenciáveis) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital). O reajuste tarifário anual tem o objetivo de repassar os custos não gerenciáveis e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis.

As tarifas das controladas foram reajustadas conforme segue:

Distribuidoras	Resolução Homologatória	Efeito médio a ser percebido pelos consumidores (%)	Vigência (início)
EMT	Resolução 2.055, de 05/04/2016	8,60%	08/04/2016
ETO	Resolução 1.919, de 30/06/2015	5,88%	04/07/2015
EMS	Resolução 2.054 de 05/04/2016	7,19%	08/04/2016
CNEE	Resolução 1.889, de 05/05/2015	-3,62%	10/05/2015
CAIUÁ	Resolução 1.888, de 05/05/2015	-1,85%	10/05/2015
EDEVP	Resolução 1.886, de 05/05/2015	-0,09%	10/05/2015
EEB	Resolução 1.887, de 05/05/2015	-0,23%	10/05/2015
CFLO	Resolução 1.907, de 23/06/2015	16,54%	29/06/2015

### Reajuste tarifário extraordinário:

A ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica), em reunião realizada em 27 de fevereiro de 2015, deliberou por conceder, a partir de 02 de março de 2015, reajuste tarifário extraordinário (RTE) diferenciado para todas as concessionárias de distribuição de energia elétrica do país. As controladas tiveram os seguintes efeitos médios:

#### Efeito médio da RTE por distribuidora

Distribuidoras	Ato ANEEL	Efeito médio para o consumidor (%)	Vigência (início)
EMT	Resolução 1.858, de 27/02/2015	26,80%	02/03/2015
ETO	Resolução 1.858, de 27/02/2015	4,46%	02/03/2015
EMS	Resolução 1.858, de 27/02/2015	27,86%	02/03/2015
CNEE	Resolução 1.858, de 27/02/2015	35,21%	02/03/2015
CAIUÁ	Resolução 1.858, de 27/02/2015	32,36%	02/03/2015
EDEVP	Resolução 1.858, de 27/02/2015	29,40%	02/03/2015
EEB	Resolução 1.858, de 27/02/2015	38,49%	02/03/2015
CFLO	Resolução 1.858, de 27/02/2015	31,88%	02/03/2015

O reajuste tarifário extraordinário (RTE) aplicado tem por objetivo adequar a cobertura tarifária dos custos atuais com Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e compra de energia.

### Bandeiras tarifárias:

Desde janeiro de 2015, as contas de energia passaram a ter a incidência do mecanismo denominado Sistema de Bandeiras Tarifárias.

As Bandeiras Tarifárias visam refletir por meio de uma sinalização de fácil assimilação pelos consumidores (analogia a um semáforo) os custos variáveis da geração de energia elétrica que, até antes de sua implementação, somente eram repassados às tarifas de energia nos reajustes tarifários ordinários das distribuidoras. Além de garantir a cobertura dos custos variáveis de energia às distribuidoras, o mecanismo tem



um papel fundamental de sinalizar à população os custos reais de geração de energia elétrica proporcionando que esta possa promover alterações de hábitos voltados à realização de um consumo consciente de energia.

Mensalmente, por meio de um Despacho, a ANEEL divulga a cor da Bandeira Tarifária que será vigente no mês civil seguinte. Para tanto, utiliza-se de informações fornecidas pelo Operador Nacional do Sistema - ONS de previsões de geração de energia elétrica no país relativas aos custos de geração de energia por fonte termelétrica e à exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo que afetem os agentes de distribuição conectados ao Sistema Interligado Nacional - SIN. Cabe à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE realizar a gestão da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias.

Dessa forma, as bandeiras verde, amarela e vermelha indicarão se a energia custará mais ou menos, em função das condições de geração de energia no SIN.

- Bandeira verde: condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre quaisquer acréscimos;
- Bandeira amarela: condições de geração menos favoráveis. A cobrança iniciou em janeiro de 2015, com a tarifa aplicada de R\$1,50, a partir de março foi de R\$3,50 e em setembro de 2015 alterou para R\$2,50 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos. Em fevereiro de 2016 uma nova alteração da regulamentação definiu um adicional de R\$1,50 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos;
- Bandeira vermelha: condições mais custosas de geração. A cobrança iniciou em janeiro de 2015, com a tarifa aplicada de R\$3,00, a partir de março do mesmo ano o índice foi alterado para R\$5,50 e em setembro de 2015 alterado para R\$4,50 a cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos. Em fevereiro de 2016, nova alteração na regulamentação definiu a abertura da bandeira vermelha em dois patamares: patamar 1 com um índice de R\$3,00 e patamar 2 com um índice de R\$4,50 aplicáveis a cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.

As alterações da regulamentação de bandeiras tarifárias observadas no segundo semestre de 2015 e início de 2016 foram promovidas pela ANEEL para garantir que o mecanismo regulatório estivesse efetivamente alinhado com as necessidades de coberturas de custos de geração de energia do país. Ao longo da aplicação desse mecanismo foi possível observar que por um período ocorreu insuficiência de recursos (conta centralizadora deficitária), enquanto em outro período se observou sobra de recursos (superávit da conta centralizadora).

Importante destacar que desde abril de 2016 a Bandeira Tarifária Verde está vigente o que, conforme citado, não implica em acréscimos de custos às faturas de energia dos consumidores.

#### Revisão tarifária:

As revisões tarifárias periódicas das controladas ocorrem: a cada quatro anos na ETO, CAIUA, EEB, CNEE, EDEVP e CFLO e a cada cinco anos na EMT e EMS.

Neste processo, a ANEEL procede ao recálculo das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos e mercado da concessionária, estimulando a eficiência e a modicidade das tarifas. Os reajustes e as revisões são mecanismos de atualização tarifária, ambos previstos no contrato de concessão. A concessionária também pode solicitar uma revisão extraordinária sempre que algum evento provoque significativo desequilíbrio econômico-financeiro da concessão.

Resumem-se, a seguir, as revisões tarifárias em vigor:

Distribuidoras	Resolução Homologatória	Efeito médio para o consumidor (%)	Vigência (início)
CAIUA	Resolução 2.071, de 03/05/2016	-0,94%	10/05/2016
EEB	Resolução 2.074, de 03/05/2016	1,84%	10/05/2016
CNEE	Resolução 2.073, de 03/05/2016	-0,37%	10/05/2016
EDEVP	Resolução 2.072, de 03/05/2016	1,69%	10/05/2016
CFLO	Resolução 2.095, de 21/06/2016	-16,48%	29/06/2016
ETO	Resolução 2.105, de 28/06/2016	12,81%	04/07/2016
EMT	Resolução 1.506, de 05/04/2013	0,95%	08/04/2013
EMS	Resolução 1.505, de 05/04/2013	-3,17%	08/04/2013

## 12 Ativos e passivos financeiros setoriais - consolidados

A conta de compensação dos valores da parcela A - CVA é o mecanismo destinado a registrar as variações de custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios, ocorridas no período entre reajustes tarifários e/ou revisões periódicas, de modo a permitir maior neutralidade no repasse dessas variações para as tarifas.

Em 2014 a ANEEL decidiu aditar os contratos de concessão e permissão, das Companhias de distribuição de energia elétrica, com vistas a eliminar eventuais incertezas, até então existentes, quanto ao reconhecimento e à realização das diferenças temporais, cujos valores são repassados anualmente na tarifa de distribuição de energia elétrica - Parcela A (CVA) e outros itens financeiros o que permitiu a contabilização dos saldos da CVA de forma prospectiva de acordo com o OCPC 08.

Desta forma os valores reconhecidos de ativos e passivos financeiros setoriais tiveram a contrapartida à receita de venda de bens e serviços e no resultado financeiro.

As controladas contabilizaram as variações destes custos como ativos e passivos financeiros setoriais, conforme demonstrado a seguir:

Ativos e passivos financeiros setoriais	Saldo em 31/12/2015	Receita Operacional		Resultado financeiro	Saldo em 30/09/2016
		Adição	Amortização		
<b>Itens da Parcela A (i)</b>					
Energia elétrica comprada para revenda	463.586	(29.662)	(314.173)	4.603	124.354
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	4.234	15.590	(10.610)	565	9.779
Transporte de Energia Elétrica Rede Básica	46.798	13.177	(35.560)	606	25.021
Transporte de Energia Elétrica - Itaipu	4.562	2.405	(2.691)	74	4.350
Encargo de serviços de sistema ESS (iii)	(92.548)	(117.335)	90.163	(5.601)	(125.321)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	156.026	4.718	(120.394)	1.531	41.881
Conta Consumo de Combustível - CCC	2.125	-	(2.125)	-	-
<b>Componentes financeiros</b>					
Neutralidade da Parcela A (iv)	12.916	22.998	(6.574)	993	30.333
Sobrecontratação de energia (ii)	(242.172)	179.028	96.690	826	34.372
Devoluções Tarifárias(*)	(806)	(11.300)	-	(106)	(12.212)
CUSD	39	448	(54)	(8)	425
Exposição de submercados	2.429	(63.006)	963	(2.416)	(62.030)
Garantias Financeiras (v)	3.552	(17.486)	11.357	5.324	2.747
Saldo a Compensar da CVA do ciclo anterior (vi)	(387)	(44.640)	15.434	-	(29.593)
Outros itens financeiros (vii)	8.637	(154.916)	84.391	(13.365)	(75.253)
<b>Total Ativo e Passivo</b>	<b>368.991</b>	<b>(199.981)</b>	<b>(193.183)</b>	<b>(6.974)</b>	<b>(31.147)</b>
<b>Ativo Circulante</b>	<b>572.855</b>				<b>489.566</b>
<b>Ativo Não Circulante</b>	<b>167.728</b>				<b>127.048</b>
<b>Passivo Circulante</b>	<b>(290.230)</b>				<b>(441.527)</b>
<b>Passivo Não Circulante</b>	<b>(81.362)</b>				<b>(206.234)</b>

(\*) O valor de R\$11.291 (R\$806 em 31 de dezembro de 2015) refere-se à receita de Ultrapassagem de Demanda e Excedente de Reativo, reconhecido pelas controladas ETO, CAIUÁ, EEB, CNEE, EDEVP e CFLO, conforme Despacho ANEEL nº245/2016, que determinou que para operacionalizar os efeitos contábeis em consonância com o Proret, a partir do 4º ciclo de Revisão Tarifária os novos valores decorrentes de Ultrapassagem de Demanda e Excedente de Reativo deverão ser apropriados em Passivos Financeiros Setoriais- Devoluções Tarifárias sendo atualizados mensalmente de acordo com o índice de correção monetária estabelecido no Proret (IPCA) e somente começará a ser amortizado quando da homologação no 5º CRTP (Ciclo de Revisão Tarifária Periódica).

### (i) Valores tarifários não gerenciáveis a compensar da Parcela A - CVA

A Portaria Interministerial dos Ministros de Estado da Fazenda e de Minas e Energia nº 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" - CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica.

Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC.

**(ii) Repasse de sobrecontratação/exposição involuntária de energia**

As distribuidoras devem garantir, por meio de contratos de energia regulados, o atendimento de 100% do seu mercado. Contratações superiores ou inferiores a este referencial implicam na apuração, pela ANEEL, com aplicação nos processos de reajustes e revisões tarifárias, dos custos de repasse de aquisição do montante de sobrecontratação, limitado aos cinco por cento em relação à carga anual regulatória de fornecimento da distribuidora e do custo da energia referente à exposição ao mercado de curto prazo.

**(iii) Encargo de Serviço do Sistema - ESS**

Representa um encargo destinado a cobertura dos custos dos serviços do sistema, que inclui os serviços encilares, prestados pelos usuários.

**(iv) Neutralidade**

Refere-se à neutralidade dos encargos setoriais na tarifa, apurando as diferenças mensais entre os valores faturados e os valores inseridos nas tarifas.

**(v) Garantias Financeiras**

Repasse dos custos decorrentes da liquidação e custódia das garantias financeiras previstas nos contratos de que tratam os art. 15 (geração distribuída por chamada pública), art. 27 (CCEAR de leilões de energia nova e existente) e art. 32 (leilões de ajuste) do Decreto nº 5.163/2004.

**(vi) Saldo a Compensar da CVA do ciclo anterior**

Conforme previsto no § 4º do artigo 3º da Portaria Interministerial MME/MF nº 25/2002, verifica-se se o Saldo da CVA em processamento considerado no processo tarifário foi efetivamente compensado, levando-se em conta as variações ocorridas entre o mercado de energia elétrica utilizado na definição daquele processo tarifário e o mercado verificado nos 12 meses da compensação, bem como a diferença entre a taxa de juros projetada e a taxa de juros SELIC verificada.

**(vii) Outros itens financeiros**

Considera-se os demais itens financeiros de característica não recorrentes e específico das Distribuidoras, tais como, Reversão do financeiro RTE2015, Diferencial Eletronuclear, Repasse de Compensação DIC/FIC, etc.

## 13 Outros créditos

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015
Baixa renda (1)	-	-	23.309	21.959
Ordens de serviço em curso - PEE e P&D	-	-	71.781	71.985
Ordens de desativação em curso	-	-	11.275	16.942
Ordens de serviços em curso e outros	-	-	21.344	20.508
Ordens de dispêndio a reembolsar - ODR	-	-	1.378	1.979
Adiantamentos a fornecedores e empregados	109	109	20.032	12.633
Subvenção CDE - desconto tarifário (2)	-	-	80.134	171.595
Banco Daycoval (3)	-	-	176.873	176.791
Provisão p/ perdas Banco Daycoval (3)	-	-	(176.791)	(176.791)
Outros créditos a receber - CELPA - em Recuperação Judicial (4)	3.670	2.696	43.048	39.184
Sub-rogação do CCC (5)	-	-	25.799	39.677
Créditos com terceiros - Alienação de bens e direitos	-	-	12.044	16.616
Aquisição de combustível para conta CCC	-	-	39.867	26.826
Padrão de Energia	-	-	3.223	3.589
Despesas pagas antecipadamente	-	-	6.776	3.942
Créditos a receber de terceiros (6)	1.663	1.663	1.663	2.017
Créditos a receber do Estado de Tocantins (7)	-	-	107.344	98.781
Outros	1.287	1.516	24.600	21.555
<b>Total</b>	<b>6.729</b>	<b>5.984</b>	<b>493.699</b>	<b>569.788</b>
Circulante	6.572	5.540	311.768	404.104
Não circulante	157	444	181.931	165.684

**(1) Baixa renda - consolidada**

	EMT	ETO	EMS	EDEVP	EEB	CNEE	CFLO	CAIUA	Total
Saldos consolidados em 31/12/2015	9.246	4.342	4.793	725	445	454	370	1.584	21.959
Subvenção baixa renda	28.324	20.702	22.617	3.492	2.114	1.184	1.743	4.272	84.448
Ressarcimento Eletrobrás	(28.133)	(19.970)	(22.326)	(3.437)	(2.066)	(1.164)	(1.755)	(4.247)	(83.098)
Saldos consolidados em 30/09/2016	9.437	5.074	5.084	780	493	474	358	1.609	23.309

Esses créditos referem-se à subvenção da classe residencial baixa renda, com consumo mensal inferior a 220 kWh, cumprido certos requisitos. Essa receita é custeada com recursos financeiros oriundos da RGR - Reserva Global de Reversão e da CDE - Conta de Desenvolvimento Energético, ambos sob a administração da Eletrobrás. Os saldos ainda não ressarcidos estão registrados no balanço patrimonial na rubrica "outros créditos" no ativo circulante consolidado. A Administração das controladas não espera apurar perdas na realização dos saldos.

**(2) Subvenção CDE - desconto tarifário - consolidado**

	EMT	ETO	EDEVP	EEB	CNEE	CFLO	CAIUÁ	EMS	Total
Saldos consolidados em 31/12/2015	108.938	22.731	672	777	6.904	203	119	31.251	171.595
Desconto tarifário subvenção Irrigante e Rural	155.515	31.052	13.563	11.839	12.648	1.198	10.491	66.449	302.755
Ressarcimento pela Eletrobrás	(211.626)	(47.069)	(11.278)	(10.676)	(12.204)	(1.207)	(9.384)	(90.772)	(394.216)
Saldos consolidados em 30/09/2016	52.827	6.714	2.957	1.940	7.348	194	1.226	6.928	80.134

Refere-se a recursos transferidos às concessionárias autorizados pelo Governo Federal, através do Decreto nº 7.891 de 23 de janeiro de 2013, para fazer frente à Subvenção CDE para os descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, nos termos do inciso VII do caput do art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002.

As controladas CNEE, CAIUÁ, EDEVP, EEB, CFLO e EMS desde 02 de setembro de 2015 possuem ação ordinária onde foi ajuizado o direito de promover mensalmente a compensação das subvenções a receber de CDE e baixa renda, com os valores a pagar de CDE com a Eletrobrás. Desta forma, até setembro de 2016 foram compensados R\$104.639 referente à subvenção CDE e R\$32.645 referente subvenção baixa renda.

Em 30 de setembro de 2016, os saldos em aberto correspondem à subvenção incorrida nos meses de agosto e setembro de 2016, cujo ressarcimento a administração das controladas irá compensar no segundo trimestre de 2016.

**(3) Banco Daycoval**

Refere-se à transferência de valor efetuado pelo Banco Daycoval S.A. para a conta corrente Companhia em 28 de fevereiro de 2012, para quitação de dívidas vencidas por antecipação desta *holding*, conforme justificativa da Instituição Financeira. A Administração das controladas EMT, CAIUÁ e EMS consideram essas transferências indevidas e ajuizaram uma medida judicial para a recuperação desse valor.

Ocorre que o Plano para a recuperação e correção das falhas e transgressões que motivaram a intervenção na EMT, CAIUÁ e EMS foi aditado após a aprovação, pela Assembleia Geral de Credores da Recuperação Judicial da Rede Energia S.A. - "em Recuperação Judicial". Em 17 de dezembro de 2013 a ANEEL aprovou, através da Resolução Autorizativa nº 4.463, o Plano ANEEL e acolheu a proposta da ENERGISA para a realização de um adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) no valor equivalente ao saque efetuado pelo Banco Daycoval S/A.

Dessa forma, a restituição da aplicação financeira das controladas EMT, CAIUÁ e EMS passaram depender tão somente da demanda judicial movida pelas controladas, caracterizando um ativo contingente, visto que sua realização será confirmada apenas pela ocorrência ou não de eventos futuros, incertos, não totalmente sob o controle da entidade. Por este fato a Administração das controladas decidiu provisionar a perda dos valores enquanto aguarda o andamento do questionamento jurídico.

#### (4) Créditos a receber CELPA

Crédito que a Companhia e as controladas EMT, EMS, Caiuá, ETO, CNEE, CFLO, EDEVP e Multi Energisa tem a receber da Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA - em "Recuperação Judicial", oriundo de transações entre partes relacionadas. Do saldo total, cerca de 69% foram assumidas pela Rede Power do Brasil S.A. e o restante será pago em parcelas semestrais a partir do último dia do mês de setembro de 2019, com conclusão em setembro de 2034. As controladas mantêm ajuste a valor presente a receber dos créditos a receber no valor de R\$23.116 (R\$24.471 em 31 de dezembro de 2015).

#### (5) Sub-rogação CCC

Em conformidade com as disposições da Resolução ANEEL nº 784, de 24 de dezembro de 2002, e Resolução Autorizativa - ANEEL nº 81, de 09 de março de 2004, a controlada EMT foi enquadrada na sub-rogação do direito de uso da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis - CCC, devido à implantação de projetos elétricos que proporcionaram a redução do dispêndio da CCC, que contribui para a modicidade das tarifas aos consumidores finais. Para fins de cálculo do benefício, foram aprovados os seguintes projetos com saldos a receber em aberto:

- Sistema de Transmissão Juruena, com projeto e subsídio aprovado no montante de R\$40.310, acrescido de ajuste de R\$3.549, por meio da Resolução Autorizativa nº 1.371 de 20 de maio de 2008. Foi recebido em 2011 o montante de R\$6.558, R\$10.649 em 2012, R\$6.765 em 2013, R\$8.069 em 2014, R\$3.234 até 30 de setembro de 2015 e R\$8.584 em 2016, acrescido de atualização pelo IGPM de R\$3.263 totalizando R\$47.122.
- Sistema de Transmissão Sapezal / Comodoro, energizado em 31 de outubro de 2013, com projeto e subsídio aprovado no montante de R\$32.254, por meio da Resolução Autorizativa nº 1.877 de 07 de abril de 2009. Foram recebidos R\$1.215 em 2014, R\$3.111 em 2015 e R\$2.129 até 30 de setembro de 2016, totalizando R\$6.455. O saldo remanescente é de R\$25.799.

O Despacho ANEEL nº 4.722, de 18 de dezembro de 2009, para aplicação nas publicações do exercício de 2009, trata nos itens 53 e 54, a respeito da contabilização do subsídio recebido pela concessionária, oriundo do fundo da CCC em virtude de obras que visam à desativação de usinas térmicas e consequente redução de óleo diesel no processo de geração de energia em nosso país.

O mencionado despacho determina que todos os valores já recebidos ou aprovados sejam registrados no grupo de contas "223 - Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica". Dentro desse grupo é feita a segregação dos valores já efetivamente recebidos e dos valores pendentes de recebimento que já foram aprovados pelo órgão regulador.

A controlada EMT tem registrado os valores referentes a esse subsídio da seguinte forma:

Obra	Status	Valor aplicado	Valor sub-rogado	Recebido	Atualização	A receber	
						30/09/2016	31/12/2015
Sistema de Transmissão Juruena	em serviço	52.135	43.859	47.122	3.263	-	11.749
Sistema de Transmissão Sapezal / Comodoro	em serviço	45.166	32.254	6.455	-	25.799	27.928
<b>Total</b>		<b>97.301</b>	<b>76.113</b>	<b>53.577</b>	<b>3.263</b>	<b>25.799</b>	<b>39.677</b>
<b>Circulante (Principal)</b>						<b>3.348</b>	<b>13.158</b>
Circulante (Variação IGP-M)						-	1.292
<b>Total do Circulante</b>						<b>3.348</b>	<b>14.450</b>
<b>Não Circulante (Principal)</b>						<b>22.451</b>	<b>23.354</b>
Não Circulante (Variação IGP-M)						-	1.873
<b>Total do Não circulante</b>						<b>22.451</b>	<b>25.227</b>

#### (6) Créditos com terceiros - Alienação de bens e direitos

Esses créditos com terceiros referem-se à valores a receber sobre a venda de bens e direitos alienados.

#### (7) Créditos a receber do Estado de Tocantins

Refere-se a valores que a controlada ETO tem a receber do Governo do Estado do Tocantins, a saber:

	30/09/2016	31/12/2015
Saldo - inicial - não circulante - 31/12/2015 e 31/12/2014	98.781	106.328
Amortização realizado no período/exercício	(2.326)	(7.078)
Ajuste / Atualização monetária - IGPM	10.889	(469)
Saldo- final - não circulante 30/09/2016 e 31/12/2015	<u>107.344</u>	<u>98.781</u>

- Programa Reluz Tocantins

O Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente - RELUZ foi instituído em 2000 pela Eletrobrás, com o apoio do Ministério de Minas e Energia, e implementado pelas concessionárias de energia elétrica com a participação das prefeituras e governos estaduais. O Programa tem por objetivo o desenvolvimento de sistemas eficientes de iluminação pública e sinalização semafórica, bem como a valorização dos espaços públicos urbanos, melhorando a segurança da população. Estão habilitados ao programa os entes federativos (Municípios, Governos Estaduais e Distritos) por intermédio das concessionárias de energia elétrica. Os entes federativos interessados em incluir seus projetos no Programa RELUZ deverão dirigir-se diretamente às concessionárias de energia elétrica locais que negociarão e apresentarão a solicitação do financiamento à Eletrobrás, conforme orientações do Manual de Instruções do Programa. O financiamento da Eletrobrás é de até 75% do valor total do projeto. Os 25% restantes deverão constituir a contrapartida dos entes federativos e/ou das concessionárias de energia elétrica.

Buscando a melhoria e ampliação da iluminação pública dos municípios tocantinenses, o Governo do Estado do Tocantins implementou o Programa Reluz Tocantins, que teve como objetivo a execução de obras para efficientização energética do sistema de iluminação pública dos 139 municípios que compõem o Estado.

Em 24 de junho de 2010, o Governo do Estado firmou contrato de financiamento com a Companhia, conforme autorizado pela Lei nº 2.305, de 24/3/2010. O referido contrato tem como objeto a contratação de financiamento de R\$82.423 do Governo do Estado junto à ETO e a execução, por parte da Companhia, das obras e serviços necessários para à implantação do Programa Reluz Tocantins. A forma de pagamento está estabelecida no contrato da seguinte forma:

- Transferência de estruturas e redes de energia elétrica de titularidade do Governo do Estado;
- Transferência de ações ordinárias, correspondentes a 9% das ações de emissão da ETO e de titularidade do Governo do Estado;
- Utilização da totalidade do montante de dividendos creditados;
- O saldo remanescente após realizados os itens anteriores, deverá ser pago em 24 parcelas mensais, iguais e sucessivas.

A controlada ETO executou todas as obras e serviços necessários do Programa Reluz e recebeu a aprovação da finalização do programa pela Eletrobrás, por meio da carta CTA-DF-5975/2013, de 11 de setembro de 2013 e encaminhou ao Governo do Estado todas as notificações de evento de pagamento, conforme a conclusão dos eventos físicos previstos no cronograma do contrato e aprovação da Eletrobrás.

Em 09 de julho de 2014, por meio de dação de pagamento, foi realizada a transferência de 9% das ações de emissão da ETO, de titularidade do Estado do Tocantins, um total de 34.085.056 ações preferenciais, correspondendo ao valor de R\$33.063.

O saldo a receber relacionado ao Programa Reluz Tocantins foi atualizado conforme cláusulas contratuais que, de forma geral, resumem-se em 7,5% a.a de atualização financeira sobre o saldo principal e para os pagamentos em atraso, atualização monetária com base na variação mensal do IGPM/FGV, além de juros de 0,5% (meio por cento) ao mês e multa de 10% (dez por cento) sobre a totalidade do débito em atraso, isso perfaz um montante em 30 de setembro de 2016 de R\$83.050 (R\$76.977 em 31 de dezembro de 2015), considerando-se o abatimento do saldo devedor dos dividendos creditados relativos aos exercícios de 2009, 2010, 2011, 2014, 2015 e 2016, bem como a dação em pagamento através da transferência de 9% das ações.

Conforme previsto no contrato do Programa Reluz Tocantins, a Companhia reteve os dividendos creditados ao acionista Estado do Tocantins, cumprindo o dispositivo contratual de que a Companhia, a qualquer tempo,

poderia utilizar os dividendos creditados para pagamento das parcelas vencidas do valor da dívida do Programa. Em 29 de setembro de 2013, o acionista Estado do Tocantins entrou com uma ação judicial para recebimento dos valores creditados a título de dividendos (dos exercícios de 2009, 2010 e 2011) e, em decisão liminar, os valores foram depositados em juízo, até o julgamento de mérito da demanda. Após a concessão de Suspensão de Segurança pelo presidente do STJ, os valores bloqueados foram devolvidos à ETO nos dias 7 e 9 de abril de 2014. Caso a decisão final seja julgada em desfavor da Companhia, o saldo devedor será recalculado sem considerar o pagamento efetuado por meio da compensação dos dividendos.

v. Convênio 028/2008

O convênio firmado para a implementação de 125 km de linhas de transmissão interligando Tocantinópolis a Xambioá. A prestação de contas da conclusão da obra foi apresentada ao Governo do Estado por meio da correspondência CE - 003/2012-DFC, de 29 de fevereiro de 2012. O valor a receber atualizado é de R\$24.249 (R\$21.804 em 31 de dezembro de 2015). Até o encerramento destas informações financeiras intermediárias, o Estado do Tocantins não havia liberado os recursos financeiros em conformidade com o plano de trabalho definido no Convênio.

Em 01 de julho de 2016, o Governo do Estado do Tocantins, através do Ofício nº 909/2016/SEFAZ/GASEC, confirmou o saldo devedor com a controlada ETO no montante de R\$103.185, na data base de 31 de março de 2016, referente ao convênio 028/2008 - linha de transmissão ligando Xambioá a Tocantinópolis e o Programa Reluz. Esse Ofício ainda confirma que as partes estão em tratativas para encontrar uma forma de parcelar e liquidar o referido saldo devedor, sendo que o valor final será objeto de confirmação quando da finalização dos trabalhos do Comitê de Análise dos Contratos Ativos firmados entre o acionista Estado do Tocantins e o Grupo Energisa, criado através do Decreto do Governador do Estado nº 5.436, de 25 de maio de 2016. Diante desses novos fatos e da perspectiva de conclusão das negociações devido à criação do referido Comitê, a administração tem expectativa de realização dos créditos da controlada ETO com o acionista Estado do Tocantins até o final deste exercício em curso.

## 14 Transações com partes relacionadas

---

A Companhia detém o controle acionário direto nas empresas citadas na nota explicativa nº 4, sendo controlada diretamente pela Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S/A (EEVP) (68,27%), Denerge (11,79%) e Energisa (15,41%).

A Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S/A (EEVP) (68,27%) é controlada pela Denerge (99,99%). A Denerge é controlada pela Energisa (49,28%), BBPM (39,89%) e JQMJ (10,81%). A BBPM é controlada pela Energisa (89,61%) e JQMJ (10,38%). A Energisa controla a JQMJ (99,99%).

A Energisa S/A também possui controle acionário da Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A (EPB), Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A (ESE), Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A (EBO), Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S/A (ENF), Energisa Soluções S/A (ESO), Energisa Soluções e Construções em Linhas e Redes S/A (ESOLC), Energisa Comercializadora Ltda (ECOM), Energisa Serviços Aéreos S/A (ESER), Energisa Planejamento e Corretagem de Seguros Ltda (EPLA), Energisa Geração Usina Mauricio.

Os saldos com partes relacionadas são apresentadas como segue:

**Controladora:**

	30/09/2016		31/12/2015	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
<b>Mútuos (1):</b>				
. Companhia Técnica de Comercialização de Energia	-	94.662	-	89.841
. Companhia Técnica de Comercialização de Energia -RJ	6.865	-	6.816	-
. Companhia Geral	-	-	33	-
. Denerge Desenvolvimento Energético S/A	60.984	-	29.960	2.388
. Denerge Desenvolvimento Energético S/A - RJ	47.945	-	47.581	-
. QMRA Participações S/A	13	-	-	82
. QMRA Participações S/A - RJ	726	-	719	-
. BBPM Participações S/A	-	2.479	-	2.662
. JQMJ Participações S/A	-	990	-	939
. Energisa S/A (1)	102.096	-	169.259	-
. Energisa S/A - RJ (3)	-	578.225	-	546.165
. Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S/A	563	-	15	-
. Multi Energisa Serviços S/A	8.139	-	7.400	-
. Vale do Vacaria Açúcar e Álcool S.A	-	739	-	759
. Acceptor Consultoria e Corretagem de seguros	-	-	-	1.168
. Rede Power do Brasil S/A	-	31.469	7.036	-
<b>Subtotal - não circulante</b>	<b>227.331</b>	<b>708.564</b>	<b>268.819</b>	<b>644.004</b>
<b>Investimentos - Recursos destinados a futuro aumento de capital (2):</b>				
. Companhia Geral	-	-	480	-
. QMRA Participações S/A	3.896	-	3.896	-
. Companhia Técnica de Comercialização de Energia	-	-	3.066	-
. Rede Power do Brasil S/A	165.379	-	165.380	-
. Caiuá Distribuidora de Energia S/A	-	-	22.590	-
. Energisa S/A	-	152.595	-	8.000
. Energisa Mato Grosso Sul - Distribuidora de Energia S/A	-	-	13.314	-
	<b>169.275</b>	<b>152.595</b>	<b>208.726</b>	<b>8.000</b>
<b>Total</b>	<b>396.606</b>	<b>861.159</b>	<b>477.545</b>	<b>652.004</b>



## Condições dos contratos:

Mútuos	Taxa Nominal	Vencimento
. Acceptor Consultoria e Corretagem de Seguros Ltda (1)	100% do CDI	31/10/2016
. Vale do Vacaria Açúcar e Alcool S/A	100% do CDI	18/07/2017
. Energisa S/A	Média ponderada dos juros de empréstimos captados pelas empresas do grupo + variação do CDI	30/06/2018
. Energisa S/A (créditos opção "C" - RJ) (3)	0,5% a.a	11/04/2036
. Companhia Técnica de Comercialização de Energia S/A (1)	100% do CDI	31/10/2017
. Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S/A (1)	100% do CDI	31/10/2017
. Companhia Técnica de Comercialização de Energia S/A (créditos opção "C" - RJ) (3)	0,5% a.a	11/04/2036
. QMRA Participações S/A (1)	100% do CDI	07/07/2017
. QMRA Participações S/A (créditos opção "C" - RJ) (3)	0,5% a.a	11/04/2036
. BBPM Participações S/A (1)	100% do CDI	31/12/2016
. Rede Power do Brasil S/A (1)	100% do CDI	19/11/2017
. Denerge Desenvolvimento Energético S/A (1)	100% do CDI	01/08/2018
. Denerge Desenvolvimento Energético S/A (1)	100% do CDI	31/10/2017
. Denerge Desenvolvimento Energético S/A (créditos opção "C" - RJ) (3)	0,5% a.a	11/04/2036
. Multi Energisa Serviços S/A (1)	100% do CDI	31/03/2017
. JQM Participações S/A (1)	100% do CDI	31/10/2016

- (1) Os mútuos são remunerados com base em 100% do CDI com prazo de 24 meses, nos termos de contratos de mútuo, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos. O contrato de mútuo com a Energisa S/A está sendo remunerado pela taxa média de captação junto a terceiros, que no período foi em média de CDI + 1,1306 a.a (CDI + 1,0248% a.a. em 31 de dezembro de 2015), e inclui o Instrumento particular de Cessão e aquisição de direitos de crédito e outras avenças firmado pela Energisa S/A em 30 de setembro de 2016 com a Companhia e a controlada Rede Power, como segue:

.Instrumento particular de Cessão e aquisição de direitos de crédito e outras avenças em 30 de setembro de 2016 firmado pela Energisa S/A com a Companhia e a controlada Rede Power nos montantes de R\$15.782 e R\$8.857, respectivamente, foi devido a transação da Companhia e da controlada Rede Power em 18 de junho de 2008 com a EDP - Energias do Brasil S.A., celebrou instrumento particular de compromisso e permuta de ações e outras avenças tendo por objeto a permuta, sem torna, de ações de emissão da Energisa Mato Grosso do Sul, detidas pela EDP, por (i) ações ordinárias de emissão da Lajeado e ações preferenciais de emissão da Investco, detidas pela Companhia; e (ii) ações ordinárias Lajeado e ações ordinárias de emissão da Tocantins, detidas pela Rede Power. Nos termos e condições do Instrumento de permuta a EDP responsabilizou-se perante a Rede Energia e Rede Power, por determinada contingências passivas da Energia Mato Grosso do Sul. Em decorrência da obrigação de indenizar a EDP por força do instrumento particular de Cessão firmado entre a Energisa, Companhia e Rede Power, liquidou em 30 de setembro de 2016 o débito total de R\$24.639 diretamente com a Energisa S/A que por sua vez passou a ser devedora junto a Companhia e esta por sua vez com a controlada Rede Power. Os respectivos valores foram reconhecidos pela Companhia e Rede Power na demonstração do resultado do período em outras receitas operacionais.

- (2) Refere-se a Adiantamentos para futuro aumento de capital que não possui remuneração. O montante de R\$152.595, registrados em 28 de setembro de 2016, referem-se a recursos aportados pela controladora indireta Energisa S/A a título de "recursos recebidos para aumento de capital".

Em 31/12/2015, a Companhia contabilizou R\$8.000 em adiantamento para futuro aumento de capital, que por decisão da Administração não será capitalizado, tendo sido reclassificado para o saldo de mútuo no primeiro trimestre de 2016.

- (3) Os créditos a receber da Companhia, adquiridos dos credores, seriam pagos inicialmente pela Recuperanda nas seguintes condições: (i) o valor correspondente a 25% do montante total dos créditos cedidos seriam pagos em parcela única em até 1 ano da data de pagamento da cessão, com juros de 12,5% ao ano incidentes a partir da data da cessão; e (ii) o valor remanescente correspondente a 75% do montante total dos créditos cedidos serão pagos ao fim do prazo de 22 anos em parcela única, com juros capitalizados de 0,5% ao ano incidentes a partir da data de pagamento da cessão. Em 2014, foi acordado entre as partes a postergação pelo prazo de 10 anos o vencimento da parcela única que teria vencimento em julho de 2015, correspondente a 25% do montante total da dívida, entretanto fica mantido o prazo de 22 anos para pagamento do valor remanescente correspondente a 75% do montante total da Dívida com juros capitalizados de 0,5% ao ano, incidentes a partir da data de pagamento.

Transações efetuadas durante o período pela Companhia, referente a juros dos contratos de mútuos:

Controladas	Receitas / (-) Despesas financeira
Companhia Técnica de Comercialização de Energia S/A	(9.297)
QMRA Participações S/A	(6)
Rede Power S/A	(924)
Multi Energisa Serviços S/A	766
Acceptor Consul. E Corretagem de Seguros Ltda	(55)
JQMJ Participações S/A	(95)
BBPM Participações S/A	(252)
Denerge Desenvolvimento Energético S/A	3.605
Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S/A	12
Energisa S/A	(26.340)
30/09/2016	(32.586)
30/09/2015	(58.067)

Consolidado:

Saldos dos ativos:

		Rede Energia	CTCE	Multi Energisa	QMRA	30/09/2016	31/12/2015
Denerge	Mútuo (1)	108.928	-	11.917	-	120.845	88.350
Energisa	Mútuo (1)	102.096	-	-	70.602	172.698	234.097
EEVP	Mútuo (1)	563	9	5.550	-	6.122	5.068
		<b>211.587</b>	<b>9</b>	<b>17.467</b>	<b>70.602</b>	<b>299.665</b>	<b>327.515</b>

- (1) Os mútuos são remunerados com base em 100% do CDI com prazo de 24 meses, vencendo em 30 de outubro de 2016, nos termos de contratos de mútuo, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos. O contrato de mútuo firmado com a Energisa está sendo remunerado pela taxa média de captação junto a terceiros, que no período foi em média de CDI +1,1306% a.a (CDI + 1,0248% a.a. em 31 de dezembro de 2015).

Saldos dos passivos:

		Rede Energia	CTCE	QMRA	Rede Power	Multi Energisa	30/09/2016	31/12/2015
Acceptor	Mútuo	-	-	-	-	-	-	1.169
JQMJ	Mútuo	990	-	-	-	-	990	939
BBPM	Mútuo	2.479	4.451	120	13	374	7.437	7.132
Energisa S.A.	Mútuo	-	2.225	-	-	680	2.905	1.795
Energisa S.A. - RJ (1)	Créditos adquiridos - RJ	578.225	86.978	21.682	-	-	686.885	646.477
Denerge	Mútuo	-	-	-	-	-	-	2.388
		<b>581.694</b>	<b>93.654</b>	<b>21.802</b>	<b>13</b>	<b>1.054</b>	<b>698.217</b>	<b>659.900</b>

- (1) Créditos a receber da Companhia, adquiridos dos credores, conforme descrito no item 3 acima.

Transações efetuadas durante o período pela Companhia e suas controladas, referente a juros dos contratos de mútuos:

## Resultado do período:

Empresas		Receitas / (-) Despesas financeira						30/09/2016	30/09/2015
		Rede	QMRA	CTCE	Multi Energisa	Rede Power			
Energisa S.A	Mútuo	(26.340)	6.837	(6.873)	(66)	-	(26.442)	(57.514)	
Acceptor Consul. E Corretagem de Seguros Ltda	Mútuo	-	-	-	-	-	-	(124)	
Empresa de Eletricidade Vale do Paranapanema S/A	Mútuo	12	-	-	(703)	-	(691)	2.437	
Denerge S/A	Mútuo	3.605	-	-	625	-	4.230	4.349	
BBPM Participações S/A	Mútuo	(252)	(11)	(419)	-	(1)	(683)	(677)	
JQMJ Participações S/A	Mútuo	(95)	-	-	-	-	(95)	(101)	
<b>Total</b>		<b>(23.070)</b>	<b>6.826</b>	<b>(7.292)</b>	<b>(144)</b>	<b>(1)</b>	<b>(23.681)</b>	<b>(51.630)</b>	

Empresas	Serviços contratados				
	30/09/2016				
	Energisa Soluções Construções S/A	Energisa Soluções S/A	Multi Energisa e Serviços S.A.	Energisa S/A	Energisa Serv. Inspeção e Prospecção S/A
Caiuá Distribuição de Energia S/A	4.444	737	1.059	-	-
Empresa Elétrica Bragantina S/A	4.911	604	758	-	-
Companhia Força e Luz do Oeste	-	101	246	-	-
Companhia Nacional de Energia Elétrica S/A	-	723	524	-	-
Empresa de Distribuição de Energia Vale do Paranapanema S/A	-	820	839	-	-
Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A	3.887	1.428	7.975	-	-
Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A	24.020	4.207	16.498	2.517	-
Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A	-	1.624	7.713	694	386
<b>Total</b>	<b>37.262</b>	<b>10.244</b>	<b>35.612</b>	<b>3.211</b>	<b>386</b>

As transações com as empresas ligadas referem-se a serviços de manutenção de linhas, subestações, engenharia e de projetos, estão suportados por contratos que foram homologados pela ANEEL.

## Remuneração dos administradores

No período findo em 30 de setembro de 2016, a remuneração dos membros do Conselho de Administração fiscal e estatutária foi de R\$639 (R\$708 em 30 de setembro de 2015) no consolidado e R\$48, em 30 de setembro de 2015, na controladora, e da Diretoria foi de R\$8.211 (R\$6.573 em 30 de setembro de 2015) no consolidado. Além da remuneração, a Companhia e suas controladas são patrocinadoras dos benefícios de previdência privada, seguro saúde e seguro de vida para seus diretores, sendo a despesa no montante de R\$967 (R\$61 em 30 de setembro de 2015) no consolidado. Os encargos sociais sobre as remunerações totalizaram R\$1.374 (R\$995 em 30 de setembro de 2015) no consolidado.

Em 30 de setembro de 2016, a remuneração maior, menor e a média atribuída aos dirigentes foram, respectivamente, R\$87, R\$2 e R\$30 (R\$68, R\$2 e R\$19 em 30 de setembro de 2015) no consolidado.

Na AGO/AGE de 29 de abril de 2016, foi aprovado o limite global da remuneração anual dos administradores para o exercício findo em 2016 no montante de R\$3.225 (R\$3.000 para o exercício de 2015), na controladora.

## 15 Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente.

Os impostos diferidos são oriundos de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, assim como as diferenças temporárias, que estão registrados segundo as normas do CPC 32 (IAS 12) e apresentado conforme normas do CPC 26 (IAS 1).

Em 30 de setembro de 2016, a Companhia possuía saldo de ativo sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social acumulado não reconhecido no consolidado no montante de R\$7.891 (R\$ 7.891 em 31 de dezembro de 2015), em face das estimativas de resultados não serem suficientes para compensação desses montantes.

A estimativa consolidada para as realizações dos impostos diferidos está apresentada a seguir, ressaltando que as projeções de resultados utilizadas no estudo de recuperabilidade desses ativos foram aprovadas pelos Conselhos de Administração da Companhia e das controladas.

Impostos diferidos reconhecidos nas informações financeiras intermediárias são apresentados da seguinte forma:

	Consolidado	
	30/09/2016	31/12/2015
<b>Ativo</b>		
Prejuízos fiscais	262.008	299.224
Base negativa da contribuição social	105.836	119.258
Diferenças temporárias:		
Imposto de Renda	123.246	22.121
Contribuição Social	44.368	7.964
<b>Total - ativo não circulante</b>	<b>535.458</b>	<b>448.567</b>

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015
<b>Passivo</b>				
Diferenças Temporárias:				
Imposto de Renda	326.307	320.539	969.901	1.017.993
Contribuição Social	117.470	115.394	349.164	366.478
<b>Total - passivo não circulante</b>	<b>443.777</b>	<b>435.933</b>	<b>1.319.065</b>	<b>1.384.471</b>
<b>Total passivo não circulante Líquido</b>	<b>443.777</b>	<b>435.933</b>	<b>783.607</b>	<b>935.904</b>

A natureza dos créditos diferidos é como segue:

	Controladora			
	30/09/2016		31/12/2015	
	Base de cálculo	IRPJ + CSSL	Base de cálculo	IRPJ + CSSL
<b>Passivo</b>				
Ajustes a valor presente	1.202.224	408.756	1.208.911	411.030
Deságio sobre investimento	73.211	24.892	73.244	24.903
Outras Exclusões Temporárias	29.791	10.129	-	-
<b>Total passivo não circulante</b>	<b>1.305.226</b>	<b>443.777</b>	<b>1.282.155</b>	<b>435.933</b>

	Consolidado			
	30/09/2016		31/12/2015	
	Base de cálculo	IRPJ + CSSL	Base de cálculo	IRPJ + CSSL
<b>Ativo/Passivo</b>				
Prejuízos fiscais	1.048.033	262.008	1.196.896	299.224
Base negativa da contribuição social	1.175.953	105.836	1.325.089	119.258
Créditos fiscais - ágio	117.451	39.933	129.188	43.924
Provisão ajuste atuarial	14.202	4.829	10.980	3.733
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscal.	472.921	160.793	467.013	158.784
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD e Daycoval)	456.142	155.088	584.643	198.779
Outras provisões (PEE, P&D, honorários e outras).	223.556	76.009	150.831	51.283
Marcação a mercado - derivativos	33.671	11.448	(122.771)	(41.742)
Ativo financeiro setorial	31.147	10.590	(368.991)	(125.456)
Outras adições temporárias	48.703	16.559	92.552	31.467
IRPJ e CSSL sobre a parcela do VNR do contas a				
Receber da concessão e atualizações	(198.231)	(67.399)	(144.725)	(49.207)
Ajustes a valor presente	(2.289.660)	(778.484)	(2.351.535)	(799.522)
Intangível - Mais Valia	(1.802.315)	(612.787)	(1.942.736)	(660.530)
Deságio sobre investimento	(188.407)	(64.058)	(188.407)	(64.058)
Encargos sobre reservas de reavaliação	(228.023)	(77.528)	(239.430)	(81.406)
Outras exclusões temporárias	(77.779)	(26.445)	(60.102)	(20.435)
<b>Total</b>	<b>(1.162.636)</b>	<b>(783.607)</b>	<b>(1.461.505)</b>	<b>(935.904)</b>
<b>Total - Ativo Não Circulante</b>	<b>1.574.877</b>	<b>535.458</b>	<b>1.862.235</b>	<b>448.567</b>
<b>Total Passivo Não Circulante</b>	<b>(3.879.606)</b>	<b>(1.319.065)</b>	<b>(4.071.974)</b>	<b>(1.384.471)</b>

Seguem as realizações dos créditos fiscais:

Período	Consolidado
2016	20.611
2017	70.404
2018	74.905
2019	48.562
2020	65.387
2021 a 2025	255.589
<b>Total</b>	<b>535.458</b>

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do período, bem como a compensação dos créditos tributários registrados podem ser assim demonstrados:

	Controladora			
	01/07/2016 a 30/09/2016	01/01/2016 a 30/09/2016	01/07/2015 a 30/09/2015	01/01/2015 a 30/09/2015
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro	50.437	66.940	7.209	43.695
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social calculados às alíquotas fiscais combinadas	(17.149)	(22.760)	(2.451)	(14.856)
Ajustes:				
Itens permanentes:				
Equivalência patrimonial	13.943	32.166	8.097	37.872
Efeitos dos Prejuízos Fiscais não utilizados	(6.251)	(17.166)	(6.596)	(23.659)
Outras adições (exclusões)	(84)	(84)	1.437	(728)
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(9.541)</b>	<b>(7.844)</b>	<b>487</b>	<b>(1.371)</b>
Alíquota efetiva	18,92%	11,72%	(6,76%)	3,14%

	Consolidado			
	01/07/2016 a 30/09/2016	01/01/2016 a 30/09/2016	01/07/2015 a 30/09/2015	01/01/2015 a 30/09/2015
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro	89.531	116.937	(26.034)	27.841
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social calculadas às alíquotas fiscais combinadas	(30.441)	(39.759)	8.852	(9.466)
Ajustes:				
Itens permanentes:				
Despesas indedutíveis (doações, brindes, multa, etc.)	21	(103)	(345)	(345)
Redução do imposto de renda e adicionais (*)	13.412	43.683	7.879	24.423
Créditos tributários - IR e CS não constituídos no período	(6.282)	(17.277)	(6.607)	(26.715)
Efeitos de Prejuízos Fiscais de Períodos Anteriores Constituídos no Exercício	-	-	5.004	25.112
Outros	(3.309)	(1.259)	12.127	13.876
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(26.599)</b>	<b>(14.715)</b>	<b>26.910</b>	<b>26.885</b>
Alíquota Efetiva	29,71%	12,58%	(103,36%)	96,57%

(\*) As controladas EMT e ETO possuem redução do imposto de renda e adicionais. O benefício fiscal consiste na redução de até 75% do Imposto de Renda calculado sobre o lucro de exploração. Os valores de redução do imposto de renda e adicionais reconhecidos pelas controladas montam a R\$43.683 (R\$ 24.423 em 30 de setembro de 2015), sendo: R\$8.478 (R\$24.423 em 30 de setembro de 2015) na ETO e R\$35.205 na EMT.

Estas obtiveram seus pleitos deferidos em dezembro de 2014 pelo Ministério da Integração Nacional - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, pelos seus respectivos Laudos Constitutivos números 113 e 114, que concedeu benefício fiscal de 75% de redução do Imposto de Renda, para o período de 01 de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2023.

**Uso de estimativas:** os créditos tributários são reconhecidos com base nos prejuízos fiscais e bases negativas e em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Se o reconhecimento ocorre na extensão em que seja provável que o lucro tributável dos próximos anos esteja disponível para ser usado na compensação dos créditos tributários, com base em projeções de resultados elaborados e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que possibilitam a sua utilização. Periodicamente, os valores registrados são revisados e os efeitos, considerando os de realização ou liquidação, estão refletidos em consonância de acordo com a legislação fiscal.

## 16 Contas a receber da concessão - consolidado

A Medida Provisória nº 579/2012, convertida na Lei nº 12.783/2013, confirmou a intenção do Poder Concedente de utilizar o VNR - Valor novo de reposição para valoração dos créditos a receber, ao final da concessão, a título de indenização dos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços outorgados.

No entendimento da Administração da Companhia, este fato alterou as condições contratuais da concessão relacionadas à forma de remunerar a Companhia pelos investimentos realizados na infraestrutura vinculados à prestação de serviços outorgados, que até o exercício de 2011, era reconhecido pelo custo histórico.

A partir de 31 de dezembro de 2012 as controladas EDEVP, EMT, CAIUA, ETO, EEB, CNEE, CFLO e EMS passaram a reconhecer o VNR - Valor novo de reposição, homologado pela ANEEL, dos ativos que compõe a concessão, corrigidos pela variação do IGPM. Em novembro de 2015 a ANEEL através da Resolução Normativa nº 686/2015 (Proret - Procedimentos de Regulação Tarifária), determinou que a base de remuneração fosse atualizada pela aplicação do IPCA.

No período findo em 30 de setembro de 2016, foi reconhecido em receita financeira - atualização do contas a receber da concessão - VNR no consolidado o montante de R\$68.345 (R\$92.693 em 30 de setembro de 2015).

O contas a receber da concessão está classificado como disponível para venda no ativo não circulante no consolidado.

Seguem as modificações ocorridas pelas controladas:

	Saldo 31/12/2015	Adições	Baixas	Atualização monetária (1)	Saldo 30/09/2016
EMT	1.074.263	126.614	(1.802)	37.688	1.236.763
ETO	635.021	49.723	(7.485)	16.468	693.727
EMS	438.954	51.601	(941)	11.056	500.670
CAIUA	12.225	1	(2)	249	12.473
CNEE	6.309	1	-	2.135	8.445
CFLO	1.452	-	-	80	1.532
EEB	7.693	19	-	544	8.256
EDEVP	4.991	4	-	125	5.120
<b>TOTAL</b>	<b>2.180.908</b>	<b>227.963</b>	<b>(10.230)</b>	<b>68.345</b>	<b>2.466.986</b>

(1) Os ativos são atualizados pela variação mensal do IPCA, índice para atualização da base de remuneração utilizada pelo regulador tarifário. Possíveis variações decorrentes do critério de cálculo do VNR também são consideradas.

A ANEEL através do Despacho nº 3.592 de 28 de outubro de 2015, determinou às concessionárias de distribuição de energia elétrica, com os contratos de concessões vencidos a partir de julho de 2015, observarem o tratamento contábil previsto no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico com relação aos investimentos não amortizados até a data do término do contrato de concessão, referentes aos bens reversíveis, como também os investimentos realizados após o término do contrato de concessão ou que vierem a ser transferidos para o Intangível em Serviço, sendo depreciados normalmente, cujos efeitos serão considerados para definição do saldo de investimentos a serem contemplados nos processos tarifários subsequentes, como forma de recuperação.

As controladas CNEE, EEB, CAIUÁ e EDEVP passaram por processo do 4º ciclo de revisão tarifária e por consequência reconheceram o VNR - Valor Novo de Reposição de acordo com as Resoluções da ANEEL, tendo registrado o montante de R\$1.944 em outras receitas financeiras.

## 17 Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015
Participação em controladas	3.688.441	3.437.947	-	-
Outros	103	103	8.095	8.128
<b>Total</b>	<b>3.688.544</b>	<b>3.438.050</b>	<b>8.095</b>	<b>8.128</b>

## Participação em controladas:

30/09/2016									
Informações sobre as controladas								Informações sobre o investimento da controladora	
Controladas	%	Nº ações / cotas detidas / mil	Capital social	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do período	Equivalência Patrimonial	Investimentos
<b>Distribuição</b>								<b>85.481</b>	<b>3.198.094</b>
Empresa Elétrica Bragantina S.A.	95,85	23	91.351	422.305	313.606	108.699	9.667	9.003	104.188
Companhia Nacional de Energia Elétrica	98,69	23	34.000	215.496	132.377	83.119	10.008	9.876	82.030
Companhia Força e Luz do Oeste	97,7	3	11.500	90.806	71.705	19.101	1.966	1.920	18.661
Energisa Tocantins	76,67	500	505.729	2.211.204	1.253.841	957.363	15.124	9.836	734.022
Energisa Mato Grosso	57,67	98.228	1.118.910	5.802.663	3.875.598	1.927.065	86.966	50.153	1.111.338
Energisa Mato Grosso do Sul	64,01	414	616.733	3.407.932	2.115.722	1.292.210	(448)	(287)	827.156
Caiuá Distribuição de Energia S.A.	100	366.241	335.857	549.230	364.649	184.581	(8.500)	(8.500)	184.581
Empresa de Distrib. De Energia Vale Paranapanema S.A.	100	119.905	119.905	329.498	193.381	136.117	13.480	13.480	136.118
<b>Comercialização</b>								<b>(1.129)</b>	<b>-</b>
Companhia Técnica de Comercialização de Energia (1)	99,91	7	500	115.474	284.349	(168.875)	(1.130)	(1.129)	-
<b>Prestação de Serviços</b>								<b>3.280</b>	<b>9.603</b>
Multi Energisa Serviços S.A. (atual denominação de Rede de Eletricidade e Serviços S.A.)	99,9	1	5.000	42.788	33.176	9.612	3.281	3.280	9.603
<b>Holdings e demais companhias</b>								<b>6.974</b>	<b>480.744</b>
QMRA Participações S.A.	100	2.416.298	1.185.838	73.609	48.956	24.653	3.576	3.576	24.653
Rede Power do Brasil S.A.	99,99	263	70.000	503.119	48.495	454.624	3.502	3.502	454.595
Vale do Vacaria Açúcar e Alcool S.A.	100	1	1.112	1.664	168	1.496	81	81	1.496
Cia Geral	63,97	5	-	-	-	-	-	(185)	-
<b>Total</b>								<b>94.606</b>	<b>3.688.441</b>

(1) A Companhia constituiu provisão referente ao passivo a descoberto de sua controlada Companhia Técnica de Comercialização de Energia S/A no montante de R\$168.723, registrado em provisões para perdas em participações societárias no passivo não circulante.



31/12/2015

Informações sobre as controladas								Informações sobre o investimento da controladora	
Controladas	%	Nº ações / cotas detidas / mil	Capital social	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do período	Equivalência Patrimonial	Investimentos
<b>Distribuição</b>								<b>208.295</b>	<b>2.946.910</b>
Empresa Elétrica Bragantina S.A.	91,45	1.072	40.948	357.912	305.834	52.078	(1.154)	(1.055)	47.626
Companhia Nacional de Energia Elétrica	98,69	2.334	28.000	245.331	156.872	88.459	20.529	20.259	87.301
Companhia Força e Luz do Oeste	97,70	338.487	11.500	94.201	72.735	21.466	2.087	2.039	20.972
Energisa Tocantins	71,42	380	342.969	1.973.277	1.180.738	792.539	28.200	20.132	566.032
Energisa Mato Grosso	57,67	98.228	1.118.910	5.509.375	3.669.276	1.840.099	17.531	10.117	1.061.185
Energisa Mato Grosso do Sul	63,11	26.819	595.650	3.451.721	2.088.233	1.363.488	61.046	38.530	860.505
Caiuá Distribuição de Energia S.A.	100,00	283.651	283.267	563.749	400.765	162.984	93.629	93.629	162.984
Empresa de Distrib. De Energia Vale Paranapanema S.A.	100,00	119.905	119.905	338.004	197.699	140.305	24.644	24.644	140.305
								-	-
<b>Comercialização</b>								<b>16.636</b>	<b>-</b>
Companhia Técnica de Comercialização de Energia (1)	99,91	1	500	108.060	272.740	(164.680)	16.652	16.636	-
<b>Prestação de Serviços</b>								<b>8.164</b>	<b>11.732</b>
Multi Energisa Serviços S.A. (atual denominação de Rede de Eletricidade e Serviços S.A.)	99,90	1	1.830	47.792	36.001	11.791	8.117	8.164	11.732
<b>Holdings e demais companhias</b>								<b>20.899</b>	<b>479.305</b>
QMRA Participações S.A.	100,00	2.408.385	1.185.838	67.097	46.020	21.077	1.280	1.279	21.077
Rede Power do Brasil S.A.	99,99	97	70.000	507.212	50.493	456.719	20.257	20.258	456.661
Vale do Vacaria Açúcar e Álcool S.A.	100,00	1	1.112	1.602	187	1.415	345	(600)	1.415
Cia Geral	63,97	5	443	-	33	(33)	(60)	(38)	152
<b>Total</b>								<b>253.994</b>	<b>3.437.947</b>

(1) A Companhia constituiu provisão referente ao passivo a descoberto de sua controlada Companhia Técnica de Comercialização de Energia S/A no montante de R\$164.530, registrado em provisões para perdas em participações societárias no passivo não circulante.

#### Movimentação dos investimentos:

Controladas	Saldo em 31/12/2015	Subscrição/aquisição e AFAC	Ganho/Perda aquisições de ações	Dividendos	Outros Resultados Abrangentes	Equivalência Patrimonial	Saldo em 30/09/2016
<b>Distribuição</b>	<b>2.946.910</b>	<b>240.857</b>	<b>9.873</b>	<b>(84.779)</b>	<b>(248)</b>	<b>85.481</b>	<b>3.198.094</b>
Empresa Elétrica Bragantina S.A.	47.626	50.490	223	(3.154)	-	9.003	104.188
Companhia Nacional de Energia Elétrica	87.301	-	-	(15.147)	-	9.876	82.030
Companhia Força e Luz do Oeste	20.972	-	-	(4.231)	-	1.920	18.661
Energisa Tocantins	566.032	152.595	5.546	355	(342)	9.836	734.022
Energisa Mato Grosso (EMT)	1.061.185	-	-	-	-	50.153	1.111.338
Energisa Mato Grosso do Sul	860.505	7.772	4.104	(44.935)	(3)	(287)	827.156
Caiuá Distribuição de Energia S.A.	162.984	30.000	-	-	97	(8.500)	184.581
Empresa de Distrib. De Energia Vale Paranapanema S.A.	140.305	-	-	(17.667)	-	13.480	136.118
<b>Comercialização</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(1.129)</b>	<b>-</b>
Companhia Técnica de Comercialização de Energia (1)	-	-	-	-	-	(1.129)	-
<b>Prestação de Serviços</b>	<b>11.732</b>	<b>-</b>	<b>47</b>	<b>(5.456)</b>	<b>-</b>	<b>3.280</b>	<b>9.603</b>
Multi Energisa Serviços S.A.	11.732	-	47	(5.456)	-	3.280	9.603
<b>Holdings e demais companhias</b>	<b>479.305</b>	<b>33</b>	<b>(4.158)</b>	<b>(1.408)</b>	<b>(2)</b>	<b>6.974</b>	<b>480.744</b>
QMRA Participações S.A.	21.077	-	-	-	-	3.576	24.653
Rede Power do Brasil S.A.	456.661	-	(4.158)	(1.408)	(2)	3.502	454.595
Vale do Vacaria Açúcar e Álcool S.A.	1.415	-	-	-	-	81	1.496
Cia Geral	152	33	-	-	-	(185)	-
<b>Total</b>	<b>3.437.947</b>	<b>240.890</b>	<b>5.762</b>	<b>(91.643)</b>	<b>(250)</b>	<b>94.606</b>	<b>3.688.441</b>

(1) Valor registrado no passivo não circulante - provisão para perdas em participações societárias;

Controladas	Saldo em 31/12/2014	Subscrição, aquisição e AFAC.	Dividendos	Outros Resultados Abrangentes	Equivalência Patrimonial	Saldo em 31/12/2015
<b>Distribuição</b>	<b>2.849.405</b>	<b>13.314</b>	<b>(124.948)</b>	<b>844</b>	<b>208.295</b>	<b>2.946.910</b>
Empresa Elétrica Bragantina S.A.	69.017	-	(20.411)	75	(1.055)	47.626
Companhia Nacional de Energia Elétrica	88.637	-	(21.570)	(25)	20.259	87.301
Companhia Força e Luz do Oeste	24.954	-	(5.969)	(52)	2.039	20.972
Energisa Tocantins	557.122	-	(11.281)	59	20.132	566.032
Energisa Mato Grosso (EMT)	1.058.409	-	(8.526)	1.185	10.117	1.061.185
Energisa Mato Grosso do Sul	859.861	13.314	(51.190)	(10)	38.530	860.505
Caiuá Distribuição de Energia S.A.	69.456	-	-	(101)	93.629	162.984
Empresa de Distrib. De Energia Vale Paranapanema S.A.	121.949	-	(6.001)	(287)	24.644	140.305
<b>Comercialização</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>16.636</b>	<b>-</b>
Companhia Técnica de Comercialização de Energia (1)	-	-	-	-	16.636	-
<b>Prestação de Serviços</b>	<b>6.448</b>	<b>-</b>	<b>(3.007)</b>	<b>127</b>	<b>8.164</b>	<b>11.732</b>
Multi Energisa Serviços S.A. (atual denominação de Rede de Eletricidade e Serviços S.A.)	6.448	-	(3.007)	127	8.164	11.732
<b>Holdings e demais companhias</b>	<b>494.203</b>	<b>(9.186)</b>	<b>(26.605)</b>	<b>(6)</b>	<b>20.899</b>	<b>479.305</b>
QMRA Participações S.A.	19.798	-	-	-	1.279	21.077
Rede Power do Brasil S.A.	454.392	7.768	(25.751)	(6)	20.258	456.661
Vale do Vacaria Açúcar e Álcool S.A.(2)	19.869	(17.000)	(854)	-	(600)	1.415
Cia Geral	144	46	-	-	(38)	152
<b>Total</b>	<b>3.350.056</b>	<b>4.128</b>	<b>(154.560)</b>	<b>965</b>	<b>253.994</b>	<b>3.437.947</b>

(1) Valor registrado no passivo não circulante - provisão para perdas em participações societárias;

(2) Refere-se à redução do capital da controlada.

Provisão para perdas - investimento:

	Controladora	
	30/09/2016	31/12/2015
<b>Passivo Não circulante - Provisão para perdas em participação societária</b>		
Companhia Técnica de Comercialização de Energia	168.723	164.530
<b>Total - passivo não circulante</b>	<b>168.723</b>	<b>164.530</b>

## 18 Imobilizado - Consolidado

	Saldo 31/12/2015	Adição (*)	Transferências	Amortização/ Depreciação	Saldo 30/09/2016
<b>Imobilizado em Serviço</b>					
Custo:					
Edificações e benfeitorias	1.555	-	-	-	1.555
Máquinas e equipamentos	12.408	31.754	862	-	45.024
Veículos	38.311	-	295	-	38.605
Móveis e utensílios	1.251	6.807	459	-	8.517
<b>Total do imobilizado em serviço</b>	<b>53.525</b>	<b>38.561</b>	<b>1.616</b>	<b>-</b>	<b>93.701</b>
Depreciação acumulada:					
Edificações e benfeitorias	(142)	-	-	(22)	(164)
Máquinas e equipamentos	(3.659)	(19.256)	-	(3.135)	(26.050)
Veículos	(29.743)	-	-	(5.475)	(35.218)
Móveis e utensílios	(556)	(4.450)	-	(259)	(5.267)
<b>Total Depreciação acumulada</b>	<b>(34.100)</b>	<b>(23.706)</b>	<b>-</b>	<b>(8.891)</b>	<b>(66.699)</b>
<b>Subtotal Imobilizado</b>	<b>19.425</b>	<b>14.855</b>	<b>1.616</b>	<b>(8.891)</b>	<b>27.002</b>
Imobilizado em curso	-	2.192	(1.616)	-	576
<b>Total do Imobilizado</b>	<b>19.425</b>	<b>17.047</b>	<b>-</b>	<b>(8.891)</b>	<b>27.578</b>

(\*) Inclui ativos reclassificados do intangível para o imobilizado no montante de R\$14.855, referente a máquinas e equipamentos, veículos e móveis e utensílios.

Imobilizado	Saldo 31/12/2014	Adição	Transferência	Depreciação	Saldo 31/12/2015
<b>Imobilizado em Serviço</b>					
Custo:					
Edificações e benfeitorias	325	-	1.230	-	1.555
Máquinas e equipamentos	2.756	-	9.652	-	12.408
Veículos	38.311	-	-	-	38.311
Móveis e utensílios	932	-	319	-	1.251
<b>Total do imobilizado em serviço</b>	<b>42.324</b>	<b>-</b>	<b>11.201</b>	<b>-</b>	<b>53.525</b>
Depreciação acumulada:					
Edificações e benfeitorias	(128)	-	-	(14)	(142)
Máquinas e equipamentos	(2.678)	-	-	(981)	(3.659)
Veículos	(24.729)	-	-	(5.014)	(29.743)
Móveis e utensílios	(482)	-	-	(74)	(556)
<b>Total Depreciação acumulada</b>	<b>(28.017)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(6.083)</b>	<b>(34.100)</b>
<b>Subtotal Imobilizado</b>	<b>14.307</b>	<b>-</b>	<b>11.201</b>	<b>(6.083)</b>	<b>19.425</b>
Imobilizado em curso	14	11.187	(11.201)	-	-
<b>Total</b>	<b>14.321</b>	<b>11.187</b>	<b>-</b>	<b>(6.083)</b>	<b>19.425</b>

Taxas de depreciação praticadas pela Companhia e suas controladas são:

Taxas de depreciação do ativo imobilizado	Taxas (%)
Edificações e benfeitorias	3,33
Máquinas e equipamentos	14,24
Veículos	14,29
Móveis e utensílios	6,25

## 19 Intangível

### Intangível - Contrato de Concessão- consolidados

Referem-se à parcela da infraestrutura utilizada pelas controladas na concessão da distribuição de energia elétrica a ser recuperada pelas tarifas elétricas durante o prazo da concessão. A movimentação dos bens da concessão, é como segue:

INTANGÍVEL	Saldo 31/12/2015	Adição	Transferências	Baixas (*)	Amortização/ Depreciação	Saldo 30/09/2016
<b>Intangível em Serviço</b>						
Custo	10.676.653	-	307.890	(99.583)	-	10.884.960
Amortização Acumulada	(4.653.126)	(17.108)	-	67.548	(490.468)	(5.093.154)
Subtotal	6.023.527	(17.108)	307.890	(32.035)	(490.468)	5.791.806
Em Curso	869.446	979.997	(307.890)	(313.986)	-	1.227.567
<b>Total Intangível</b>	<b>6.892.973</b>	<b>962.889</b>	<b>-</b>	<b>(346.021)</b>	<b>(490.468)</b>	<b>7.019.373</b>
<b>(-) Obrigações vinculadas à concessão</b>						
Em Serviço						
Custo	2.002.444	11.138	68.629	-	-	2.082.211
Amortização Acumulada	(762.773)	(18.295)	-	-	(100.389)	(881.457)
Subtotal	1.239.671	(7.157)	68.629	-	(100.389)	1.200.754
Em Curso	226.409	101.586	(68.629)	(86.024)	-	173.342
<b>Total das Obrigações vinculadas à concessão</b>	<b>1.466.080</b>	<b>94.429</b>	<b>-</b>	<b>(86.024)</b>	<b>(100.389)</b>	<b>1.374.096</b>
<b>Total Intangível</b>	<b>5.426.893</b>	<b>868.460</b>	<b>-</b>	<b>(259.997)</b>	<b>(390.079)</b>	<b>5.645.277</b>

(\*) Do total das baixas realizadas no período findo em 30 de setembro de 2016 de R\$259.997, R\$227.963 trata-se de transferência para o contas a receber da concessão, R\$14.855 transferido para o imobilizado e R\$17.180 referem-se a baixas operacionais realizadas no período, inicialmente são contabilizados nas Ordens de desativação - ODD, e ao final do processo os valores são transferidos para a demonstração do resultado do exercício na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais.

Intangível	Saldo 31/12/2014	Adição	Adição - Ativo contas a receber da concessão (*)	Transferências	Baixas (**)	Amortização/ Depreciação	Saldo 31/12/2015
<b>Intangível em Serviço</b>							
Custo	9.554.046	-	726.993	512.807	(117.193)	-	10.676.653
Amortização Acumulada	(4.074.798)	(490)	-	-	75.874	(653.712)	(4.653.126)
Subtotal	5.479.248	(490)	726.993	512.807	(41.319)	(653.712)	6.023.527
Em Curso	792.853	1.173.741	-	(512.807)	(584.341)	-	869.446
<b>Total Intangível</b>	<b>6.272.101</b>	<b>1.173.251</b>	<b>726.993</b>	<b>-</b>	<b>(625.660)</b>	<b>(653.712)</b>	<b>6.892.973</b>
<b>(-) Obrigações vinculadas à concessão</b>							
<b>Em Serviço</b>							
Custo	1.675.109	50.908	211.325	70.401	(5.299)	-	2.002.444
Amortização Acumulada	(654.542)	(400)	-	-	-	(107.831)	(762.773)
Subtotal	1.020.567	50.508	211.325	70.401	(5.299)	(107.831)	1.239.671
Em Curso	269.902	154.811	-	(70.401)	(127.903)	-	226.409
<b>Total das Obrigações vinculadas à concessão</b>	<b>1.290.469</b>	<b>205.319</b>	<b>211.325</b>	<b>-</b>	<b>(133.202)</b>	<b>(107.831)</b>	<b>1.466.080</b>
<b>Total Intangível</b>	<b>4.981.632</b>	<b>967.932</b>	<b>515.668</b>	<b>-</b>	<b>(492.458)</b>	<b>(545.881)</b>	<b>5.426.893</b>

(\*) Adição - ativo contas a receber da concessão - referem-se aos valores do contas a receber da concessão transferidos para o intangível R\$726.993 e de obrigações vinculadas à concessão - R\$211.325, em face da renovação do contrato de concessão.

(\*\*) Do total das baixas realizadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 de R\$492.458, R\$486.8020 foi transferido para o contas a receber da concessão, (R\$30.364) refere-se a contratos de participação financeira do consumidor que foram cancelados com redução da rubrica de incorporação de redes, (R\$5.299) refere-se à devolução do Programa de Eletrificação Rural do Estado de Tocantins - Ofício nº 685/2015 SFF/ANEEL e R\$41.319 referem-se a baixas operacionais realizadas no exercício, inicialmente são contabilizados nas Ordens de desativação - ODD, e ao final do processo os valores são transferidos para a demonstração do resultado do exercício na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais.

A infraestrutura utilizada pelas controladas nas suas operações é vinculada ao serviço público de distribuição de energia, não podendo ser retirada, alienada, cedida ou dada em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/99 regulamenta a desvinculação da infraestrutura das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para a sua desvinculação, quando destinada à alienação. Determina, também, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária específica e os recursos reinvestidos na infraestrutura da própria concessão.

A amortização está sendo efetuada pelo prazo da concessão com base nos benefícios econômicos gerados anualmente. As taxas médias ponderadas de amortização das controladas são: EDEVP 4,40%, EMT 4,19%, CAIUA 4,36%, ETO 3,94%, EEB 4,26%, CNEE 4,38%, CFLO 4,56%, EMS 4,38%.

O saldo do intangível e do contas a receber da concessão estão reduzidos pelas obrigações vinculadas à concessão, que são representadas por:

Obrigações vinculadas à concessão:	30/09/2016	31/12/2015
Contribuições do consumidor (1)	1.973.263	1.872.893
Participação da União - recursos CDE (2)	1.119.275	1.111.158
Participação do Governo do Estado (2)	256.521	247.507
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	176.516	133.068
(-) Amortização acumulada	(881.457)	(762.773)
<b>Total</b>	<b>2.644.118</b>	<b>2.601.853</b>
<b>Alocação:</b>		
Contas a receber da concessão	1.270.022	1.135.773
Infraestrutura - Intangível em serviço	1.200.754	1.239.671
Infraestrutura - Intangível em curso	42.629	121.484
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	130.713	104.925
<b>Total</b>	<b>2.644.118</b>	<b>2.601.853</b>

(1) As contribuições do consumidor representam a participação de terceiros em obras para fornecimento de energia elétrica em áreas não incluídas nos projetos de expansão das concessionárias de energia elétrica.

(2) As subvenções da União - recursos CDE e as participações do Governo do Estado são provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e estão destinados ao Programa Luz para Todos.

As controladas passaram a amortizar as obrigações vinculadas à concessão (obrigações especiais) a partir da segunda revisão tarifária periódica ocorrida em: CNEE (Maio/2008), EDEVP (Maio/2008), CAIUÁ (Maio/2008), CFLO (Junho/2008), ETO (Julho/2008), EMT (Abril/2008), EMS (Abril/2008) e EEB (Abril/2008). A partir da segunda revisão tarifária periódica as obrigações vinculadas à concessão (obrigações especiais) passaram a ser amortizadas pela taxa média de depreciação do ativo intangível da respectiva atividade em que tiverem sido aplicados os recursos das obrigações especiais. As novas adições, ocorridas a partir de 01 de janeiro de 2015, passaram a ser amortizadas de acordo com a data de aquisição, até estar totalmente amortizado.

### Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente

A ANEEL, através da Resolução Normativa n° 463 de 22 de novembro de 2011, determinou que os valores provenientes do faturamento de multas por ultrapassagem de demanda e consumo de energia reativa excedente, a partir do 3º ciclo de revisões tarifárias, passem a ser contabilizadas como Obrigações Especiais. Anteriormente ao 3º ciclo esses valores eram contabilizados como receita operacional. As controladas passaram pelo 3º ciclo de revisão tarifária, sendo a CNEE, EDEVP, CAIUÁ em 12 de Maio/2012, CFLO em 29 de Junho/2012, ETO em 04 de Julho/2012, EMT, EMS e EEB em 08 de Abril/2013, a partir dessa data, o faturamento das ultrapassagens de demanda passou a ser contabilizados na rubrica Obrigações Especiais.

## 20 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015
Suprimento: (1)				
CCEE	-	-	70.340	92.411
Contratos Bilaterais (1)	-	-	757.252	821.146
Uso de rede básica (1)	-	-	12.336	8.887
Encargos de Serviço no sistema (1)	-	-	13.073	117.157
Uso do sistema de distribuição (CUSD) (1)	-	-	8.348	9.272
Materiais, serviços e outros (2)	275	288	126.969	169.596
<b>Total</b>	<b>275</b>	<b>288</b>	<b>988.318</b>	<b>1.218.469</b>
Circulante	275	288	757.723	898.745
Não Circulante	-	-	230.595	319.724

- (1) Refere-se à aquisição de energia elétrica de geradores, uso da rede básica e do sistema de distribuição, cujo prazo médio de liquidação é de 25 dias. Inclui R\$341.386 (R\$351.140 em 31 de dezembro de 2015), dos quais R\$224.339 (R\$312.125 em 31 de dezembro de 2015) encontra-se contabilizado no passivo não circulante, de débitos com Eletrobrás devidos pela controlada EMT, referente ao repasse Itaipu, cujo parcelamento dos débitos em atraso foi consolidado em 60 parcelas. Os juros remuneratórios incidentes sobre o principal serão amortizados nas 24 primeiras parcelas e o principal nas demais. Os juros estão sendo calculados pela taxa de 115% do CDI. Em 30 de setembro de 2016 foram pagos parcelamentos de débitos com fornecedores de energia no montante de R\$50.253 (R\$50.433 em 31 de dezembro de 2015) e reconhecido R\$40.499 (R\$50.433 em 31 de dezembro de 2015) de atualização financeira.
- (2) Referem-se a aquisições de materiais, serviços e outros, necessários à execução, conservação e manutenção dos serviços de distribuição, geração e comercialização de energia elétrica, cujo prazo médio de liquidação é de 40 dias.

## 21 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

O saldo dos empréstimos e financiamentos, bem como os encargos e demais componentes relacionados, são como se segue:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015
Empréstimos e Financiamentos - Moeda Nacional	102.703	93.488	2.527.428	1.878.299
Empréstimos e Financiamentos - Moeda Estrangeira	-	-	768.994	904.786
Encargos de dívidas - Moeda Nacional	184	-	20.109	7.788
Encargos de dívidas - Moeda Estrangeira	-	-	12.210	6.372
(-) Custos à amortizar	-	-	(6.824)	(2.304)
(-) Marcação à mercado de dívidas	-	-	12.388	(2.406)
<b>Total</b>	<b>102.887</b>	<b>93.488</b>	<b>3.334.305</b>	<b>2.792.535</b>
Circulante	184	468	724.679	420.421
Não Circulante	102.703	93.020	2.609.626	2.372.114

A composição da carteira de empréstimos e financiamentos e as principais condições contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

Empresa / Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais	Vencimento	Periodicidade de Amortização	(Taxa efetiva de juros) (4)	Garantias (1)
	30/09/2016	31/12/2015					
<b>REDE ENERGIA S.A.</b>							
Credores "RJ" - Bicbanco	4.414	4.276	1,0% a.a (Pré)	nov/35	Final	0,75%	E
Credores "RJ" - BNB	9.731	9.428	1,0% a.a (Pré)	nov/35	Final	0,75%	E
Credores "RJ" - Opção "C"	88.742	79.784	1,0% a.a (Pré)	nov/35	Final	0,75%	-
Total em Moeda Nacional	102.887	93.488					
Total Rede Energia S.A.	102.887	93.488					
<b>EMT</b>							
FIDIC Grupo Energisa IV	353.972	354.197	TR + 7,00% a.a.	out/34	Mensal	6,82%	E
FIDIC Grupo Energisa I I	486.208	-	CDI + 0,70% a.a.	mai/31	Mensal	10,94%	E
CCB - JP Morgan	-	21.085	CDI + 2,00% a.a.	mai/17	Mensal	11,92%	E
CCB - Santander	29.641	32.335	CDI + 2,28% a.a.	jun/17	Mensal	12,13%	E + A
CCB - Bank of China	33.776	30.027	CDI + 2,50% a.a.	nov/16	Final	12,29%	A
FINAME - Safra	-	28	TJLP + 3,90 a 6,50% a.a.	abr/16	Mensal	8,48 % a 10,41 %	-
Luz para Todos I - Eletrobrás	128.819	160.391	6,00 a 8,00% a.a. (Pré)	ago/22	Trimestral	4,47 % a 5,94%	-
Luz para Todos II - Eletrobrás	144.187	144.191	SELIC	nov/19	Mensal	10,44%	-
Repasso BNDES - Bradesco (1)	63.736	62.855	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	8,53 % a 8,75%	A
Repasso BNDES - Itaú (1)	58.777	57.964	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	8,53 % a 8,75%	A
Repasso BNDES - Bradesco (1)	55.010	49.710	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	13,68%	A
Repasso BNDES - Itaú (1)	50.728	45.843	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	13,68%	A
(-) Custo de captação incorrido na contratação	(3.177)	-					
Total em Moeda Nacional	1.401.677	958.626					
Resolução 4131-Bank of America ML (2)	7.879	20.143	1,50% a.a. (Pré)	mai/17	Mensal	-15,75%	D
Leasing - Cessna Finance	34.858	46.744	6,75% a.a. (Pré)	set/20	Trimestral	-11,85%	C
(-) Marcação à Mercado de Dívida (3)	(9)	(298)					
Total em Moeda Estrangeira	42.728	66.589					
Total EMT	1.444.405	1.025.215					
<b>EMS</b>							
FIDIC Grupo Energisa IV	291.962	292.156	TR + 7,00% a.a.	out/34	Mensal	6,82%	E
FIDIC Grupo Energisa I I	221.859	-	CDI + 0,70% a.a.	mai/31	Mensal	10,94%	E
FINAME I - Safra	-	20	8,00% a.a. (Pré)	mar/16	Mensal	5,94%	B
FINAME II - Safra	-	5	TJLP + 5,70% a.a.	mar/16	Mensal	9,82%	B
Repasso BNDES - Bradesco (1)	30.388	29.976	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	8,53 % a 8,75%	A
Repasso BNDES - Itaú (1)	26.805	26.445	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	8,53 % a 8,75%	A
Repasso BNDES - Bradesco (1)	25.894	23.400	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	13,68%	A
Repasso BNDES - Itaú (1)	22.844	20.643	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	13,68%	A
Luz para Todos - Eletrobrás	31.673	40.469	6,00 a 8,00% a.a. (Pré)	mai/22	Trimestral	4,47 % a 5,94%	-
(-) Custo de captação incorrido na contratação	(1.444)	(624)					
Total em Moeda Nacional	649.981	432.490					
Resolução 4131-Bank of America I ML (2)	102.261	123.016	2,00% a.a. (Pré)	jun/17	Final	-15,37%	A
Resolução 4131-Bank of America ML II (2)	-	36.186	1,90% a.a. (Pré)	set/16	Final	-15,45%	A
Resolução 4131-Bank of America ML III (2)	-	29.788	3,52% a.a. (Pré)	ago/16	Final	-14,24%	A
(-) Marcação à Mercado de Dívida (3)	85	(3.659)					
Total em Moeda Estrangeira	102.346	185.331					
Total EMS	752.327	617.821					
<b>ETO</b>							
Luz para Todos I - Eletrobrás	24.946	38.236	6,0% a 6,5% a.a.	abr/22	Mensal	4,47 % a 4,84%	E
Luz para Todos II - Eletrobrás	67.341	67.341	SELIC	nov/19	Mensal	10,44%	-
CCB - Santander	76.881	83.870	CDI + 2,28% a.a.	jun/19	Mensal	12,13%	E
Repasso BNDES - Bradesco (1)	54.641	53.850	TJLP + 3,96% a 4,26%	nov/21	Mensal	8,53 a 8,75%	A

Repasso BNDES - Itaú (1)	24.001	23.654	a.a. TJLP + 3,96% a 4,26%	nov/21	Mensal	8,53 %	a 8,75%	A
Repasso BNDES - Bradesco (1)	41.206	37.233	a.a. SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	13,68%		A
Repasso BNDES - Itaú (1)	18.099	16.354	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	13,68%		A
(-) Custo de captação incorrido na contratação	(2.203)	(1.680)	-	-	-			-
<b>Total em Moeda Nacional</b>	<b>304.912</b>	<b>318.858</b>						
Resolução 4131 - Itaú (2)	215.175	256.180	2,72% a.a. (Pré)	jun/19	Mensal	-14,84%		E
Resolução 4131-Bank of America I ML (2)	42.714	51.384	1,48% a.a. (Pré)	dez/16	Final	-15,76%		A
Resolução 4131-Bank of America I ML (2)	96.931	-	3,65% a.a. (Pré)	dez/16	Final	-14,14%		A
(-) Marcação à Mercado de Dívida (3)	6.994	40	-	-	-			-
<b>Total em Moeda Estrangeira</b>	<b>361.814</b>	<b>307.604</b>						
<b>Total ETO</b>	<b>666.726</b>	<b>626.462</b>						
<b>CAIUA</b>								
Luz para Todos - Eletrobrás	-	248	6,0% a.a. (Pré)	set/16	Mensal	4,47%		E
CCB - Santander	7.873	8.589	CDI + 2,28% a.a.	jun/19	Mensal	12,13%		E + A
Repasso BNDES I - Itaú (1)	14.327	14.126	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	8,53 %	a 8,75%	A
Repasso BNDES II - Itaú (1)	9.432	8.517	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	13,68%		A
<b>Total em Moeda Nacional</b>	<b>31.632</b>	<b>31.480</b>						
Resolução 4131 - Itaú BBA (2)	85.194	101.456	3,40% a.a. (Pré)	nov/17	Mensal	-14,33%		A
Resolução 4131 - Bank of America ML (2)	41.864	50.364	1,85% a.a. (Pré)	jun/17	Mensal	-15,49%		A
(-) Marcação à Mercado de Dívida (3)	1.774	(1.720)	-	-	-			-
<b>Total em Moeda Estrangeira</b>	<b>128.832</b>	<b>150.100</b>						
<b>Total CAIUA</b>	<b>160.464</b>	<b>181.580</b>						
<b>CNEE</b>								
Luz para Todos - Eletrobrás	-	53	6,0% a.a. (Pré)	set/16	Mensal	4,47%		E
Repasso BNDES I - Itaú (1)	4.560	4.116	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	8,53 %	a 8,75%	A
Repasso BNDES II - Itaú (1)	7.659	7.551	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	13,68%		A
<b>Total em Moeda Nacional</b>	<b>12.219</b>	<b>11.720</b>						
Resolução 4131 - ABC (2)	-	12.699	3,28% a.a. (Pré)	jul/16	Final	-14,42%		E
(+) Marcação à Mercado de Dívida (3)	-	65	-	-	-			-
<b>Total em Moeda Estrangeira</b>	<b>0</b>	<b>12.764</b>						
<b>Total CNEE</b>	<b>12.219</b>	<b>24.484</b>						
<b>CFLO</b>								
Luz para Todos - Eletrobrás	77	125	6,0% a.a. (Pré)	jul/18	Mensal	4,47%		E
Repasso BNDES I - Itaú (1)	2.133	2.103	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	8,53 %	a 8,75%	A
Repasso BNDES II - Itaú (1)	1.699	1.535	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	13,68%		A
<b>Total em Moeda Nacional</b>	<b>3.909</b>	<b>3.763</b>						
Resolução 4131 - Itaú BBA (2)	25.000	31.078	3,83% a.a. (Pré)	fev/18	Final	-14,01%		A
(+) Marcação à Mercado de Dívida (3)	964	101	-	-	-			-
<b>Total em Moeda Estrangeira</b>	<b>25.964</b>	<b>31.179</b>						
<b>Total CFLO</b>	<b>29.873</b>	<b>34.942</b>						
<b>EDEVP</b>								
Luz para Todos - Eletrobrás	-	209	6,0% a.a. (Pré)	set/16	Mensal	4,47%		E
Repasso BNDES I - Itaú (1)	4.916	4.436	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	8,53 %	a 8,75%	A
Repasso BNDES II - Itaú (1)	7.933	7.821	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	13,68%		A
<b>Total em Moeda Nacional</b>	<b>12.849</b>	<b>12.466</b>						
Resolução 4131 - ABC (2)	-	25.396	3,28% a.a. (Pré)	abr/17	Final	-14,42%		A
Resolução 4131 - Santander (2)	19.503	-	3,65% a.a. (Pré)	dez/16	Final	-14,14%		A
(+) Marcação à Mercado de Dívida (3)	109	130	-	-	-			-
<b>Total em Moeda Estrangeira</b>	<b>19.612</b>	<b>25.526</b>						
<b>Total EDEVP</b>	<b>32.461</b>	<b>37.992</b>						
<b>EEB</b>								
Luz para Todos - diversos - Eletrobrás	1.795	2.390	6,0% a.a. (Pré)	jul/22	Mensal	4,47%		E
Repasso BNDES I - Itaú (1)	6.314	5.706	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	8,53 %	a 8,75%	A
Repasso BNDES II - Itaú (1)	9.160	9.031	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	13,68%		A
<b>Total em Moeda Nacional</b>	<b>17.269</b>	<b>17.127</b>						
Resolução 4131 - Itaú (2)	13.107	15.609	3,40% a.a. (Pré)	nov/17	Mensal	-14,33%		A

Resolução 4131 - Santander (2)	51.395	59.305	4,74% a.a. (Pré)	dez/16	Mensal	-13,34%	A
Resolução 4131 - ABC (2)	45.323	51.810	4,96% a.a. (Pré)	ago/17	Final	-13,17%	A
(+) Marcação à Mercado de Dívida (3)	2.471	2.935	-	-	-	-	-
Total em Moeda Estrangeira	<u>112.296</u>	<u>129.659</u>					
Total EEB	<u>129.565</u>	<u>146.786</u>					
<b>CTCE</b>							
Credores "RJ" - BMG	3.378	3.765	1,0% a.a. (Pré)	nov/35	Final	1,00%	-
Total em Moeda Nacional	<u>3.378</u>	<u>3.765</u>					
Total CTCE	<u>3.378</u>	<u>3.765</u>					
Em Moeda Nacional	2.540.713	1.883.783					
Em Moeda Estrangeira	<u>793.592</u>	<u>908.752</u>					
Total Rede Consolidada	<u>3.334.305</u>	<u>2.792.535</u>					

A=Aval Energisa S/A, B=Alienação Fiduciária, C=Depósito Caução, D=Fiança, E=Recebíveis.

- (1) A controladora final Energisa S/A., firmou um acordo de investimentos com a BNDES Participações S.A - BNDESPAR por meio de um sindicato de bancos, formado entre Itaú Unibanco S.A., Banco Bradesco S.A., Banco BTG Pactual S.A. e Banco Citibank S.A., visando o repasse no âmbito dos programas FINAME e FINEM, já enquadrado para as oito subsidiárias de distribuição de energia elétrica controladas pela Companhia, sujeito ao atendimento das condições estabelecidas entre os Agentes Repassadores e as controladas e à confirmação, aprovação e disponibilidade de recursos por parte do BNDES.

O Acordo de Investimentos prevê, ainda, o compromisso de implementar alterações no Estatuto Social do controlador final Energisa de forma a adequá-lo às melhores práticas de governança e adesão ao Regulamento de Listagem do Nível 2 de Governança Corporativa da BM&F Bovespa.

Até 30 de setembro de 2016 foram liberados R\$512.421, referente a 1ª tranche do programa do Acordo de Investimentos conforme demonstrado abaixo:

Energisa Mato Grosso Distribuidora de Energia S/A	216.167
Energisa Mato Grosso Sul Distribuidora Energia S/A	100.367
Energisa Tocantins Distribuidora de Energia S/A	131.004
Caiuá Distribuição de Energia S/A	22.621
Empresa Elétrica Bragantina S/A	14.724
Empresa de Distribuição de Energia Vale do Paranapanema S/A	12.246
Companhia Nacional de Energia Elétrica S/A	11.657
Companhia Força e Luz do Oeste	3.635
Total	<u>512.421</u>

Esses recursos serão destinados a expansão e modernização do sistema de distribuição de energia elétrica na área de concessão das controladas, além de investimentos na aquisição de máquinas e equipamentos e investimentos sociais não contemplados nos licenciamentos ambientais.

Os contratos junto ao BNDES possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos pela Energisa S.A. O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas (vide nota explicativo nº 34 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos). Em 30 de setembro de 2016, as exigências contratuais foram cumpridas.

- (2) Os contratos junto ao Bank of América Merrill Lynch, Itaú BBA e Santander possuem proteção de swap cambial e instrumentos financeiros derivativos (vide nota explicativa nº 34). Os contratos possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos pelo controlador final (Energisa S.A.). O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas (vide nota explicativo nº 24 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos). Em 30 de setembro de 2016, as exigências contratuais foram cumpridas.
- (3) Estas operações estão sendo mensurada ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de "hedge" de valor justo ou pela designação como "Fair Value Option" (nota explicativa nº 34).
- (4) Para as dívidas em moeda estrangeira, inclui variação cambial.



Os financiamentos obtidos junto ao Finame estão garantidos pelos próprios equipamentos financiados.

A Companhia e suas controladas têm como prática alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

Os principais indicadores utilizados para a atualização de empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais e taxas efetivas no período/exercício:

Moeda/indicadores	30/09/2016	31/12/2015
US\$ x R\$	-16,87%	47,01%
TJLP	5,57%	7,00%
SELIC	10,44%	13,32%
CDI	10,42%	13,24%
IPCA	5,51%	10,67%
IGP-M	6,48%	10,54%
LIBOR	0,64%	0,29%
UMBNB	0,07%	0,06%
TR	1,61%	1,80%

Em 30 de setembro de 2016, os vencimentos dos financiamentos de longo prazo são os seguintes:

	Controladora	Consolidado
2017	-	189.357
2018	-	377.121
2019	-	305.608
2020	-	167.465
Após 2020	102.703	1.570.075
<b>Total</b>	<b>102.703</b>	<b>2.609.626</b>

Seguem as movimentações ocorridas nos períodos:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015
Saldos iniciais em 31/12/2015 e 31/12/2014	93.488	89.157	2.792.535	1.724.005
Novos empréstimos e financiamentos obtidos	-	-	885.795	1.333.931
Custos Apropriados	-	-	(3.613)	-
Encargos de dívidas - juros, variação monetária e cambial	832	1.263	50.539	366.365
Marcação Mercado Dívida	-	-	14.794	(2.407)
Reversão ajuste a valor presente	9.683	4.184	9.733	4.184
Pagamento de principal	-	-	(252.156)	(481.977)
Pagamento de juros	(1.116)	(1.116)	(163.322)	(151.566)
<b>Saldos finais em 30/09/2016 e 31/12/2015</b>	<b>102.887</b>	<b>93.488</b>	<b>3.334.305</b>	<b>2.792.535</b>
Circulante	184	468	724.679	420.421
Não circulante	102.703	93.020	2.609.626	2.372.114

Os custos de captações dos financiamentos a serem amortizados nos exercícios subsequentes são como seguem:

Empresas	Contratos	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2018 em diante	Total
	Banco Santander	64	221	171	456
	Banco Itaú BBA - BNDES	85	340	1.322	1.747
ETO		149	561	1.493	2.203
	Banco Itaú BBA - BNDES	154	615	2.408	3.177
EMT		154	615	2.408	3.177
	Banco Itaú BBA - BNDES	67	273	1.104	1.444
EMS		67	273	1.104	1.444
	<b>TOTAL</b>	<b>370</b>	<b>1.449</b>	<b>5.005</b>	<b>6.824</b>

## 22 Debêntures (não conversíveis em ações)

O saldo de debentures e demais componentes a elas relacionadas, são como se segue:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015
Debêntures - moeda nacional	46.444	44.735	740.222	959.790
(-) custos de captação incorridos na captação	-	-	(3.780)	(5.338)
<b>Total</b>	<b>46.444</b>	<b>44.735</b>	<b>736.442</b>	<b>954.452</b>
Circulante	549	1.400	142.941	123.728
Não Circulante	45.895	43.335	593.501	830.724

Operações	Total		Emissão	Nº de Títulos Emitidos / circulação	Rendimentos	Vencimento	Amortização/ parcelas	Taxa efetiva de juros
	30/09/2016	31/12/2015						
<b>REDE ENERGIA</b>								
4ª Emissão	46.444	44.735	22/12/09	370.000 / 0	1% a.a	jul /36	Final	1,00%
<b>Total REDE ENERGIA</b>	<b>46.444</b>	<b>44.735</b>						
<b>ETO</b>								
1ª Emissão	-	50.680						
(-) custos de captação	-	(256)						
<b>Total ETO</b>	<b>-</b>	<b>50.424</b>						
<b>EMS</b>								
7ª Emissão	373.280	405.442	31/05/14	40.000 / 40.000	CDI+2,28% a.a	mai / 21	Semestral	12,13%
(-) custos de captação	(1.787)	(2.389)						
<b>Total EMS</b>	<b>371.493</b>	<b>403.053</b>						
<b>EMT</b>								
5ª Emissão	320.498	458.933	15/05/14	45.000 / 45.000	CDI+2,28% a.a	mai / 21	Mensal, após jun.2016	12,13%
(-) custos de captação	(1.993)	(2.693)						
<b>Total EMT</b>	<b>318.505</b>	<b>456.240</b>						
<b>TOTAL</b>	<b>740.222</b>	<b>959.790</b>						
(-) custos de captação	(3.780)	(5.338)						
<b>Total em moeda nacional</b>	<b>736.442</b>	<b>954.452</b>						
<b>CONSOLIDADO</b>	<b>736.442</b>	<b>954.452</b>						

- (1) As debêntures de 4ª emissão da Controladora com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. foram repactuadas na Recuperação Judicial - (opção A) com juros de 1% e estão sendo apresentadas deduzidas de R\$3.780 e ajuste a valor presente.
- (2) As debêntures possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas (vide nota explicativo nº 24 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos). Em 30 de setembro de 2016 as exigências contratuais foram cumpridas.

Em 30 de setembro de 2016, as debêntures classificadas no não circulante têm seus vencimentos assim programados:

Ano	Controladora	Consolidado
2017	-	37.337
2018	-	149.347
2019	-	149.347
2020	-	149.347
Após 2020	45.895	108.123
<b>Total</b>	<b>45.895</b>	<b>593.501</b>

Os custos de captações de debêntures a serem amortizados nos exercícios subsequentes são como seguem:

30/09/2016				
	EMT	ETO	EMS	Consolidado
	5ª Emissão	1ª Emissão	7ª Emissão	
Exercício 2016	191	-	171	362
Exercício 2017	656	-	587	1.243
Após 2018	1.146	-	1.029	2.175
	<b>1.993</b>	<b>-</b>	<b>1.787</b>	<b>3.780</b>

31/12/2015				
	EMT	ETO	EMS	Consolidado
	5ª Emissão	1ª Emissão	7ª Emissão	
Exercício 2015	908	126	788	1.822
Exercício 2016	404	52	362	818
Após 2016	1.381	78	1.239	2.698
	<b>2.693</b>	<b>256</b>	<b>2.389</b>	<b>5.338</b>

Seguem as movimentações ocorridas no período:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015
Saldos iniciais em 31/12/2015 e 31/12/2014	44.735	38.136	954.452	984.122
Novas debêntures obtidas	-	-	-	-
Compra Deb. Tesouraria 5ª Emissão 2ª Série	-	-	(8.255)	-
Encargos de dívidas - juros, variação monetária e cambial	2.488	4.170	94.482	143.126
Ajuste a valor presente	2.560	5.768	2.560	5.768
Pagamento de principal	-	-	(50.080)	(5.544)
Recompra de debêntures	-	-	(150.000)	(34.646)
Pagamento de juros	(3.339)	(3.339)	(106.717)	(138.374)
Saldos finais em 31/09/2016 e 31/12/2015	<b>46.444</b>	<b>44.735</b>	<b>736.442</b>	<b>954.452</b>
Circulante	549	1.400	142.941	123.728
Não circulante	45.895	43.335	593.501	830.724

Recompra de debêntures:

Controladas:

. Em 04 de janeiro de 2016 e em 23 de março de 2016 controlada Energisa Mato Grosso efetuou o resgate e cancelamento de 10.000 debêntures de sua 5ª emissão 2ª série com o pagamento de liquidações aos debenturistas de R\$100.000.

. Em 04 de janeiro de 2016 a controlada Energisa Tocantins efetuou o resgate de 5.000 debêntures de sua 1ª emissão com o pagamento de liquidações aos debenturistas de R\$50.000.

. Em 08 de setembro de 2016 controlada Energisa Mato Grosso efetuou uma recompra de 860 debêntures para tesouraria de sua 5ª emissão 2ª série no valor de R\$ 8.255.

. Em 07 de maio de 2015, controlada Energisa Mato Grosso resgatou e cancelou a totalidade das debentures de sua 2ª emissão no montante de R\$34.646.

## 23 Tributos e contribuições sociais

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015
Imposto s/Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS (a)	-	-	195.705	227.490
Encargos Sociais	2	4	6.591	13.955
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	-	-	38.750	19.127
Contribuição Social s/ o Lucro - CSLL	-	-	24.646	8.508
Contribuições ao PIS e a COFINS	1.590	141	74.485	84.336
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	303	261	1.862	2.267
Contribuição Previdenciária s/ Receita Bruta	-	-	102	575
Imposto s/ Operações Financeiras - IOF	14	262	326	519
Outros	21	15	8.625	8.318
<b>Total</b>	<b>1.930</b>	<b>683</b>	<b>351.092</b>	<b>365.095</b>
Circulante	1.930	683	314.075	327.531
Não Circulante	-	-	37.017	37.564

(a) As controladas CAIUÁ, CNEE, EBB e EDEVP, possuem liminar suspendendo a cobrança do ICMS sobre os valores faturados com subvenção do baixa renda, com depósito judicial no montante de R\$ 12.010 que foram registrados no passivo não circulante.

## 24 Parcelamento de impostos - consolidado

As controladas possuem parcelamentos estaduais e federais, com os respectivos benefícios e reduções, distribuídos da forma a seguir. Os parcelamentos federais são corrigidos pela variação da Taxa Selic e os estaduais através dos índices adotados por cada UF:

Descrição	REDE SUL	30/09/2016	31/12/2015
COFINS	550	550	1.081
ICMS	84.477	84.477	93.938
<b>TOTAL</b>	<b>85.027</b>	<b>85.027</b>	<b>95.019</b>
Circulante	12.783	12.783	16.988
Não Circulante	72.244	72.244	78.031

Os parcelamentos ordinários e de dívida ativa junto a Secretaria da Fazenda Estadual existentes na Rede Sul no montante R\$85.027 (R\$92.122 em 31 de dezembro de 2015), estão distribuídos da seguinte forma: R\$27.185 (R\$29.170 em 31 de dezembro de 2015) na CAIUÁ, R\$15.729 (R\$16.877 em 31 de dezembro de 2015) na CNEE, R\$20.256 (R\$21.735 em 31 de dezembro de 2015) na EDEVP, R\$20.150 (R\$21.616 em 31 de dezembro de 2015) na EEB e R\$1.707 (R\$2.726 em 31 de dezembro de 2015) na CFLO.

Abaixo, número máximo de parcelas restantes para cada tipo de parcelamento:

Descrição	REDE SUL
COFINS	8
ICMS	78
	<b>86</b>

Posição em 30 de setembro de 2016:

	Valor original	Multa	Juros	Total
COFINS	413	46	91	550
ICMS	50.106	5.567	28.804	84.477
<b>TOTAL</b>	<b>50.519</b>	<b>5.613</b>	<b>28.895</b>	<b>85.027</b>

Os saldos consolidados dos impostos parcelados estão assim programados:

	30/09/2016
2016	3.392
2017	13.819
2018	15.122
2019	13.843
2020	12.865
Após	25.986
<b>Total</b>	<b>85.027</b>
Circulante	12.783
Não circulante	72.244

## 25 Encargos setoriais - consolidado

	30/09/2016	31/12/2015
Quota - Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	84.957	123.990
Fundo Nacional Desenvolvimento Científico Tecnológico - FNDCT	2.368	3.180
Ministério de Minas e Energia - MME	1.169	1.587
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	104.454	108.951
Programa de Eficiência Energética - PEE	186.533	204.137
<b>Total</b>	<b>379.481</b>	<b>441.845</b>
Circulante	182.784	276.990
Não circulante	196.697	164.855

O contrato de concessão das controladas estabelece a obrigação de aplicar anualmente o montante de 1% da receita operacional líquida, em ações que tenham como objetivo o combate ao desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico. Esse montante é destinado aos Programas de Eficiência Energética (PEE) e Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), a ser recolhido ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e ao Ministério de Minas e Energia (MME). A participação de cada um dos programas está definida pelas Leis nº 10.848 de 15 de março de 2004, nº 11.465 de 28 de março de 2007 e nº 12.212 de 21 de janeiro de 2010.

A atualização das parcelas referentes ao PEE e P&D é efetuada pela taxa de juros SELIC, de acordo com as Resoluções Normativas ANEEL nº 176 de 28 de novembro de 2005, nº 219 de 11 de abril de 2006, nº 300 de 12 de fevereiro de 2008, nº 316 de 13 de maio de 2008, nº 504 de 14 de agosto de 2012, nº 556 de 18 de junho de 2013 e Ofício Circular nº 1.644/2009-SFF/ANEEL de 28 de dezembro de 2009.

Por meio das Resoluções Normativas nº 316, de 13 de maio de 2008, alterada pela REN nº 504 de 14 de agosto de 2012 e nº 556 de 18 de junho de 2013, a ANEEL estabeleceu novos critérios para cálculo, aplicação e recolhimento dos recursos do programa de eficiência energética e pesquisa e desenvolvimento. Entre esses novos critérios, foram definidos os itens que compõem a base de cálculo das obrigações, ou seja, a receita operacional líquida e o cronograma de recolhimento ao FNDCT e ao MME.

Os gastos realizados com os projetos de PEE e P&D estão registrados na rubrica de serviços em curso até o final dos projetos, quando são encerrados contra os recursos do programa.

A realização das obrigações com o PEE e P&D por meio da aquisição de ativo intangível, tem como contrapartida o saldo de obrigações especiais.

## 26 Taxas regulamentares - consolidado

	30/09/2016	31/12/2015
Quota Reserva Global de Reversão - RGR	65.002	66.863
Quota - Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	103.695	106.637
<b>Total</b>	<b>168.697</b>	<b>173.500</b>
Circulante	58.635	20.373
Não circulante	110.062	153.127

Os valores das taxas regulamentares foram integralmente parcelados, em 12 de agosto de 2014, junto à Eletrobrás pelas controladas EMT, ETO, CFLO, CAIUÁ, CNEE, EEB e EDEVP, conforme segue: (i) RGR e CDE

parcelado em 60 meses, sendo os juros remuneratórios incidentes sobre o principal, amortizados nas 24 primeiras parcelas e o principal nas demais. Os parcelamentos das controladas CFLO, CAIUÁ, CNEE, EEB e EDEVP foram totalmente liquidados.

## 27 Incorporação de redes - consolidado

As Resoluções Normativas da ANEEL n.º 223/2003, n.º 229/2006, n.º 238/2006, n.º 250/2007, n.º 368/2009, n.º 414/2010 e n.º 488/2012 estabelecem as condições gerais para o atendimento aos pedidos de ligação de novas unidades consumidoras. Os regulamentos citados preveem que o solicitante, individualmente ou em conjunto, e os órgãos públicos, inclusive da administração indireta, poderão aportar recursos, em parte ou no todo, para as obras necessárias à antecipação da ligação ou executar as obras de extensão de rede mediante a contratação de terceiro legalmente habilitado. Os recursos antecipados ou o valor da obra executada pelo interessado deverão ser restituídos pelas controladas EMT, EMS e ETO até o ano em que o atendimento ao pedido de fornecimento seria efetivado segundo os Planos de Universalização, para os casos de consumidores que se enquadrem aos critérios de atendimento sem custo ou nos prazos fixados nos regulamentos que tratam do atendimento com participação financeira do interessado.

Conforme art. 7º da Resolução Autorizativa nº 4.463/2013, o prazo de que trata o §2º do Art. 8-A da Resolução Normativa nº. 229, de 8 de agosto de 2006, passou a ser 31 de dezembro de 2016.

As incorporações de redes particulares em 30 de setembro de 2016 montam em R\$330.147 (R\$294.625 em 31 de dezembro de 2015) sendo R\$96.406 (R\$109.463 em 31 de dezembro de 2015) no circulante e R\$233.741 (R\$185.162 em 31 de dezembro de 2015) no não circulante. Os encargos estão sendo calculados pela variação do IGPM, acrescido de 0,5% a 1% ao mês de juros.

Segue a movimentação ocorrida no período:

Descrição	30/09/2016	31/12/2015
Saldos em 31/12/2015 e 31/12/2014	294.625	363.293
Adição	33.362	53.996
Atualização	38.841	42.590
Baixas/ pagamentos (*)	(36.681)	(165.254)
Saldos em 30/09/2016 e 31/12/2015	330.147	294.625
Circulante	96.406	109.463
Não circulante	233.741	185.162

(\*) Até 30 de setembro de 2016 foram pagos R\$36.681 (R\$149.546 em 31 de dezembro de 2015 e R\$15.708 de processos indeferidos).

## 28 Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais - consolidadas

### Risco provável - composição e movimentações

	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Total 30/09/2016	Total 31/12/2015
Saldos iniciais - Não Circulante 31/12/2015 e 31/12/2014	157.019	276.138	33.856	467.013	538.671
Provisão para riscos	50.587	74.489	10.891	135.967	178.149
Reversões de provisões	(29.155)	(68.212)	(12.002)	(109.369)	(210.491)
Pagamentos	(12.044)	(38.154)	-	(50.198)	(73.788)
Atualização	9.684	15.908	3.916	29.508	34.472
Saldos finais - Não Circulante 30/09/2016 e 31/12/2015	176.091	260.169	36.661	472.921	467.013
Depósitos e cauções vinculados (*)				(89.404)	(67.989)

(\*) Refere-se a cauções e depósitos vinculados no ativo não circulante consolidado, no montante de R\$138.017 (R\$119.862 em 31 de dezembro de 2015). Desse total, R\$48.613 (R\$51.873 em 31 de dezembro de 2015), não possuem provisões para riscos em face do prognóstico de êxito ser possível ou provável.

As contingências cujos prognósticos de êxito são possíveis ou prováveis foram avaliadas a valor justo de acordo com o CPC 15 (R1).

## Perdas prováveis

### • Trabalhistas

A maioria das ações tem por objeto discussões sobre: (i) Acidentes de trabalho; (ii) Horas extras e reflexos; (iii) Sobreaviso e reflexos; (iv) Equiparação salarial e reflexos; (v) Adicional de gratificação para dirigir veículos; (vi) FGTS (40% sobre o expurgo inflacionário); (vii) adicional de periculosidade. Foram provisionadas as contingências representadas pelas citadas ações judiciais trabalhistas com chances prováveis de perda pela Companhia, conforme avaliação de seus advogados. De maneira geral, estima-se em cerca de 3 (três) a 5 (cinco) anos, em média, o prazo para que as referidas ações com chances prováveis de perda tenham julgamento final e haja o efetivo desembolso pela Companhia dos valores provisionados, na hipótese de a Companhia ser vencida nas ações;

No período foram constituídas cerca de R\$50.587 de aumento de provisões, principalmente relacionadas a novas ações e ao incremento do risco em ações existentes, devido à movimentação processual, basicamente envolvendo as discussões sobre o recebimento de horas extras, adicional periculosidade, sobreavisos. Entretanto, as controladas realizaram pagamentos da ordem de R\$12.044, e por consequência reverteram provisões de R\$29.155. Os arquivamentos dos processos estão basicamente relacionados às ações de empregados que discutiam o recebimento de horas extras e de sobreaviso, bem como de ações relacionadas a indenizações de danos morais e materiais, decorrentes de acidentes de trabalho, todas em estágio avançado de tramitação e já julgadas desfavoravelmente à Companhia, encerradas por acordo de pagamento.

### • Cíveis

Nos processos cíveis discutem-se principalmente indenizações por danos morais/materiais e reclamações de consumidores, tais como (i) Corte indevido de energia elétrica; (ii) Inscrição indevida (SPC/Serasa); (iii) Cancelamento/Revisão de fatura de irregularidade de consumo; (iv) Cancelamento/Revisão de fatura de consumo normal; (v) Ressarcimento de danos elétricos; (vi) Ligação ou troca de titularidade de UC; (vii) Programa Luz no Campo/Programa Luz para Todos; (viii) Incorporação/ Indenização por construção de rede particular de energia elétrica; (ix) Acidentes com terceiros; (x) indenizações.

Existem ainda ações judiciais de consumidores reivindicando o reembolso de valores pagos às controladas resultantes da majoração de tarifas com base nas portarias do DNAEE nº 38 e nº 45, aplicadas durante a vigência do Plano Cruzado no ano de 1986, tendo sido constituída provisão pelo valor da tarifa majorada;

As provisões cíveis no período foram incrementadas em mais R\$74.489, principalmente relacionadas a novas ações e ao aumento do risco em ações existentes, devido à movimentação processual, basicamente envolvendo as discussões suscitadas por consumidores, sobre os valores que compõe as faturas das notas fiscais/conta de energia elétrica e suspensão de fornecimento, bem como danos materiais e morais decorrentes de acidentes na rede elétricas. Entretanto as controladas realizaram pagamentos da ordem de R\$38.154, e por consequência reverteram provisões de R\$68.212. Os arquivamentos dos processos estão basicamente relacionados as ações envolvendo questionamento dos valores nas faturas, danos decorrentes de variações na tensão elétrica e danos materiais e morais decorrentes de acidentes na rede elétrica, todas em estágio avançado de tramitação e já julgadas desfavoravelmente e encerradas por acordo de pagamento.

Principal processo:

#### Controlada EMS

. Ação de desapropriação, no montante de R\$43.507 (R\$44.779 em 31 de dezembro de 2015), movida pelo espólio de Filomeno João Pires Filho, alegando que foram edificadas instalações de energia elétrica em alguns lotes de sua propriedade.

### • Fiscais

Referem-se a discussões relacionadas a PIS, COFINS, INSS, ISS, ICMS e CSLL. Os processos se encontram com a exigibilidade de seus créditos suspensa, quer seja por estarem em trâmite os processos administrativos, quer seja porque se encontram devidamente garantidas às execuções fiscais em andamento.

O incremento de novas provisões no período foram de R\$10.891, principalmente relacionadas ao recolhimento de diferencial de alíquota de ICMS.

A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião de consultores jurídicos foram provisionados todos os processos judiciais, cuja probabilidade de desembolso futuro foi estimada como provável.

A reversão da provisão no período foi ocasionada principalmente pela baixa na controlada EMT de processos de cobrança indevida de diferencial de alíquota de ICMS pela SEFAZ de Mato Grosso, em virtude de pagamento realizado no âmbito de programa de parcelamento (pagos em parcela única, com benefícios), após julgamento parcialmente procedente do auto de infração correlato.

Principais processos:

Controlada - Energisa EMT

.Auto de infração lavrado pela Secretaria da Fazenda do Estado de Mato Grosso, no montante de R\$11.257 (R\$10.182 em 31 de dezembro de 2015), com exigência de valores relativos à devolução de ICMS incidentes sobre a demanda medida no período de janeiro a dezembro de 2009 por falta de inclusão da base de cálculo de ICMS das contribuições de PIS e COFINS.

. Auto de infração lavrado pela Secretaria da Fazenda do Estado de Mato Grosso, com montante envolvido de R\$12.564 (R\$11.364 em 31 de dezembro de 2015), relativos à devolução indevida de ICMS incidente sobre a demanda medida do período de janeiro de 2010 a dezembro de 2013.

Controlada Energisa ETO

. Cobrança de débito tributário apurado por meio do auto de infração relativo a ICMS incidente sobre operações de compra de bens destinados ao ativo imobilizado da empresa, no montante envolvido de R\$4.399 (R\$3.979 em 31 de dezembro de 2015).

. Cobrança de débito tributário apurado por meio do auto de infração relativo a glosa de créditos de ICMS baseado na aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado, no montante envolvido de R\$3.272 (R\$2.960 em 31 de dezembro de 2015).

Perdas possíveis

A Companhia e suas controladas possuem processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento em um montante de R\$2.721.701 (R\$2.244.914 em 31 de dezembro de 2015) no consolidado, cuja probabilidade de êxito foi estimada como possível, não requerendo a constituição de provisão.

Apresentam-se, a seguir, as ações consideradas com riscos possíveis:

- **Trabalhistas**

As ações judiciais de natureza trabalhistas no montante de R\$91.807 (R\$74.142 em 31 de dezembro de 2015), no consolidado, referem-se aos seguintes objetos: discussões de ex-empregados que requerem recebimento de horas extras, de adicional de periculosidade, horas de sobreaviso, indenizações por danos decorrentes de acidente de trabalho, bem como ações de ex-empregados de prestadores de serviços contratados pelas controladas reclamando responsabilidade solidária por verbas rescisórias, bem como a cobrança de contribuição sindical.

O aumento refere-se, basicamente, a alteração de prognóstico em processos da base de ativos, bem como propositura de novos processos.

- **Cíveis**

As ações judiciais de natureza cível no montante de R\$1.306.882 (R\$1.392.575 em 31 de dezembro de 2015) no consolidado, discutem-se principalmente indenizações por danos morais/materiais e reclamações de consumidores, envolvendo débitos de energia; e multas regulatórias originárias de procedimentos de fiscalização do poder concedente que se encontra em processo de defesa administrativa; bem como a ações em que os consumidores pretendem a devolução de valores. Além de multas regulatórias originárias de procedimentos de fiscalização do poder concedente que estão em processo de defesa administrativa.

Principais processos:

Controladora:

. Ação de execução por quantia certa, com montante envolvido de R\$158.336 (R\$145.106 em 31 de dezembro de 2015), para a cobrança dos supostos créditos consubstanciados em Cédulas de Crédito Bancário, emitidas pela Centrais Elétricas do Pará - CELPA. Na hipótese da Companhia vir a ser condenada, esse débito poderá ter de se sujeitar ao Plano de Recuperação Judicial.



. Ação civil pública, com pedido de antecipação de tutela, ajuizada pelo Ministério Público Federal, no montante envolvido de R\$159.479 (R\$145.892 em 31 de dezembro de 2015), por meio da qual pretende anular a Resolução Autorizativa da ANEEL nº 3.731, de 30/12/2012, que autorizou a CELPA a destinar para investimentos na área de concessão os recursos decorrentes das compensações devidas a seus consumidores por transgressões aos limites dos indicadores de qualidade do serviço de distribuição de energia elétrica, no período de 29/02/2012 a 07/08/2015.

. Ação na 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais de SP, não sendo possível estimar os valores envolvidos no referido processo tendo em vista que o processo de recuperação judicial tem por objetivo viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira das sociedades envolvidas. Em fevereiro de 2016, a administradora judicial protocolou petição informando que o plano de recuperação vinha sendo devidamente cumprido, requerendo o encerramento da Recuperação Judicial. Em agosto de 2016, o parecer da administradora foi acolhido, tendo sido proferida decisão decretando o encerramento da recuperação judicial, uma vez que cumpridas todas as obrigações previstas no Plano de Recuperação Judicial dentro do período de dois anos previsto no artigo 61, da Lei 11.101/2005. Contra estas decisões alguns credores apresentaram embargos de declaração, os quais foram devidamente rejeitados pelo Juízo da recuperação em decisão datada de 11/10/2016. Atualmente está em curso prazo para os credores apresentarem Apelação contra a decisão de encerramento.

Controladas:

Controlada - Energisa EMS

. Ação cível coletiva, no montante de R\$158.569 (R\$148.132 em 31 de dezembro de 2015), por meio da qual a Associação de Defesa dos Consumidores de Energia, objetivando a devolução em dobro de valores supostamente cobrados de forma indevida. O impacto no caso de perda do processo é eventual recálculo das tarifas praticadas, implicando na alteração das bases contratuais do contrato de concessão e toda metodologia de fixação das tarifas elaboradas pelo Poder Concedente.

. Ação cível pública, no montante de R\$78.774 (R\$73.589 em 31 de dezembro de 2015), por meio da qual o Ministério Público Estadual, requer que a controlada EMS seja impedida, em caso de furto de energia, de cobrar o débito retroativo apurado e interromper o fornecimento de energia, bem como a ser condenada a devolver em dobro os valores cobrados com base no procedimento combatido.

. Ação cível pública, no montante de R\$59.393 (R\$55.484 em 31 de dezembro de 2015), por meio da qual o Ministério Público Federal, pleiteia a anulação da Resolução ANEEL nº167, que fixou o índice de reposicionamento tarifário Companhia, para em seu lugar, fixar outro índice que não o IGPM. O impacto no caso de perda do processo é mínimo, implicando na devolução de valores, na atual fase processual, o impacto é inestimável.

Controlada - Energisa EMT

. Ação de indenização, no montante de R\$65.784 (R\$61.454 em 31 de dezembro de 2015), ajuizada por Conel Construções Elétricas Ltda, objetivando o ressarcimento por danos materiais e morais fundamentada em suposta rescisão imotivada pela ré do contrato de prestação de serviços.

. Ação de indenização, no montante de R\$37.279 (R\$34.825 em 31 de dezembro de 2015), movida por Dyego Rodrigo Barbosa Duarte e Darlene Pereira de Alencar, objetivando o ressarcimento de valores em razão de onerosidade excessiva dos contratos de prestação de serviço e de descumprimento de obrigações previstas nos contratos.

- **Fiscais**

As ações de natureza fiscais e tributárias no montante R\$1.323.012 (R\$778.197 em 31 de dezembro de 2015), no consolidado, referem-se basicamente a discussões sobre: (i) PIS e COFINS incidentes sobre as faturas de energia elétrica; (ii) ICMS incidente sobre a demanda de energia; (iii) compensação e aproveitamento de créditos de ICMS; (iii) diferencial de alíquota; e (iv) imposto de renda e contribuição social sobre o lucro; (v) cobrança de ISS sobre prestação de serviços oriundos da concessão; (vi) compensação e aproveitamento de créditos de ICMS de equipamentos para prestação dos serviços de distribuição e transmissão de energia no ativo permanente da empresa, já tendo a comprovação obtida decisões favoráveis em 1ª, 2ª e 3ª instâncias, com trânsito em julgado em alguns processos; (vii) cobrança ICMS em decorrência de saída isenta e energia elétrica recebida ao abrigo do deferimento.

Principais processos:

Controladas:

Controlada - Energisa ETO

. Cobrança de débito tributário apurado por meio do auto de infração relativo a ICMS incidente sobre operações de compra de bens destinados ao ativo imobilizado da empresa, no montante envolvido de R\$140.792 (R\$127.351 em 31 de dezembro de 2015).

. Cobrança de débito tributário apurado por meio do auto de infração relativo a glosa de créditos de ICMS baseado na aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado, no montante envolvido de R\$65.826 (R\$59.541 em 31 de dezembro de 2015).

Controlada - Energisa EMS

. Auto de infração com montante envolvido de R\$58.570 (R\$53.031 em 31 de dezembro de 2015), lavrado pela Receita Federal para cobrança de créditos tributários de PIS e COFINS, das competências de dezembro de 2007 a fevereiro de 2008, decorrentes da glosa de créditos apropriados no regime não cumulativo sobre os valores que seriam restituídos aos consumidores por força de determinação da ANEEL.

Controlada - Energisa EMT

. Auto de infração lavrado pela Secretaria da Fazenda do Estado de Mato Grosso, com montante envolvido de R\$59.172 (R\$53.031 em 31 de dezembro de 2015), com cobrança de ICMS relativo ao período de janeiro de 2010 a janeiro de 2012, sob o fundamento de que a Companhia supostamente teria se apropriado indevidamente de crédito fiscal relativo ao diferencial de alíquota pelas aquisições de bens destinados ao ativo permanente.

. Processo envolvendo ICMS sobre a demanda de energia, de compensação de débitos fiscais, com investimentos realizados pela Companhia no sistema elétrico, no âmbito dos Decretos Estaduais n°s 1.171/2012 e 2.042/2013 (Lei da Copa).

Com relação ao processo referente a incidência do ICMS sobre a demanda de energia, que deixou de ser arrecadado em virtude de decisões judiciais determinando a suspensão da exação, anteriormente obtidas por consumidores, a controlada EMT vem mantendo discussões com a Secretaria da Fazenda do Mato Grosso, após a cassação das referidas decisões judiciais e restabelecimento da exação, de modo a compor a forma mais eficaz de, atuando como agente intermediário entre o Estado e os consumidores derrotados no questionamento judicial, propiciar meios de o Estado obter a arrecadação do tributo. As discussões envolvem consumidores industriais e comerciais organizados por seus respectivos órgãos de classe, que representam os principais devedores do ICMS sobre demanda, para construção de proposta conjunta a ser levada ao Estado, que permita o recolhimento do tributo em plano de parcelamento específico, preferencialmente mediante adesão direta pelos consumidores. Em 30 de setembro de 2016, o processo de ICMS sobre demanda montava em R\$603.850 (R\$569.027 em 31 de dezembro de 2015), para o qual a controlada não constituiu provisão baseada na avaliação de seus consultores jurídicos de que a perda seria possível.

. Autuação fiscal da Secretaria de Fazenda do Estado de Mato Grosso, no montante de R\$222.870, invalidando transferência de crédito relativa ao contrato de cessão de crédito celebrado entre a controlada e DUNAX, na apuração do ICMS devido mensalmente. Alegação: (i) suposto recolhimento a menor do ICMS, por ter apropriado crédito fiscal em montante superior ao permitido pela legislação; e (ii) ausência de enquadramento ao convênio ICMS 85/2011.

**Uso de estimativas** - As controladas registraram provisões, as quais envolvem julgamento por parte da Administração, para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais, que, como resultado de um acontecimento passado é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação.

O julgamento da Companhia é baseado na opinião de seus consultores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações circunstanciais tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inscrições fiscais ou exposições identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

## 29 Patrimônio líquido

### 29.1 Capital Social

O capital social é de R\$2.245.787 (R\$2.245.787 em 31 de dezembro de 2015), representando 1.714.895 (1.714.895 em 31 de dezembro de 2015) ações nominativas, sendo 1.182.320 (1.182.320 em 31 de dezembro de 2015) ações ordinárias e 532.575 (532.575 em 31 de dezembro de 2015) ações preferenciais, sem valor nominal.

Nas Assembleias Gerais, cada ação ordinária dá direito a um voto. As ações preferenciais são inconversíveis em ações ordinárias e não tem direito de voto nas Assembleias Gerais. Cada ação preferencial faz jus a:

- Recebimento de dividendos não cumulativos, no mínimo 10% (dez por cento) superiores aos atribuídos às ações ordinárias;
- Prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, em caso de liquidação da sociedade, e depois de reembolsadas as ações ordinárias, participação igualitária com essas últimas no rateio do excesso do patrimônio líquido que se verificar;
- Participação em igualdade de condições com as ações ordinárias na distribuição, pela sociedade, de lucros, bonificações ou outras vantagens, inclusive nos casos de aumentos de capital decorrentes de capitalização de reservas.

Em reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 22 de setembro de 2016, foi aprovado o aumento de capital social, dentro do limite do capital autorizado, no montante de R\$531.618, mediante a emissão de 342.979.014 novas ações, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, de acordo com as seguintes condições: (i) após o aumento de capital, o mesmo passará a ser de R\$2.777.404, dividido em 2.057.874.630 ações, sendo 1.418.784.243 ações ordinárias e 639.090.387 ações preferenciais; (ii) preço de emissão será de R\$1,55 (um real e cinquenta e cinco centavos) por ação independentemente de sua espécie; (iii) as ações ordinárias e preferenciais emitidas conferirão os mesmos direitos e terão as mesmas características e restrições; (iv) será concedido a todos os acionistas detentores de posição acionária na data de 27 de setembro de 2016, o prazo de 30 (trinta) dias para o exercício do direito de preferência para subscrição das ações; (v) o direito de subscrição será exercido mediante a o pagamento do preço de subscrição e o preenchimento do respectivo boletim de subscrição; (vi) Caso haja sobras após o termo do prazo do direito de preferência, a Companhia poderá promover um ou mais rateios de eventuais sobras, conforme necessário para que haja subscrição e integralização do valor total do aumento de capital; e (vii) o aumento de capital deverá ser homologado em reunião do Conselho de Administração a ser realizada em até 5 (cinco) dias a contar da data de subscrição e integralização do montante total do capital.

Em 28 de setembro de 2016, foram aportados pela controladora indireta Energisa S/A a título de “recursos recebidos para aumento de capital” o montante de R\$152.595.

## 29.2 Reserva de Incentivos - reserva de redução de imposto de renda (controladas)

As controladas EMT e ETO por atuarem no setor de infraestrutura na região Centro Oeste e Norte, obtiveram a redução do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada, conforme determina o artigo 551, § 3º, do Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999.

Esta redução foi aprovada através de Laudos Constitutivos, que impõe algumas obrigações e restrições:

- O valor apurado como benefício não pode ser distribuído aos acionistas;
- O valor deve ser contabilizado como reserva de capital e capitalizado até 31 de dezembro do ano seguinte à apuração e/ou utilizado para compensação de prejuízos; e
- O valor deve ser aplicado em atividades diretamente relacionadas com a produção na região incentivada.

A partir da edição da Lei nº 11.638/07, e Lei nº 11.941/09 os incentivos fiscais passaram a ser contabilizados no resultado do período com posterior transferência para reservas de lucros - reserva de redução de imposto de renda.

Seguem as informações dos incentivos obtidos pelas:

Controladas	Órgão Governamental	Nº do laudo constitutivo	Redução de Imposto de Renda (consolidado)	
			30/09/2016	31/12/2015
EMT (*)	SUDAM	114/2014	35.205	-
ETO	SUDAM	113/2014	8.478	10.165
<b>Total</b>			<b>43.683</b>	<b>10.165</b>

(\*) No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a controlada EMT não apurou base de cálculo do Lucro da Exploração.

Esses valores foram registrados diretamente no resultado do período na rubrica “imposto de renda e contribuição social corrente” no consolidado e foram destinados a reserva de incentivo fiscais nas controladas.

### 29.3 Dividendos

O Conselho de Administração aprovou em 31 de maio de 2016, a distribuição de dividendos intercalares à conta dos resultados referente ao exercício 2015, no montante de R\$102.933, correspondente a R\$0,05821470044 por ação ordinária e R\$0,06403617048 por ação preferencial, pagos em 06 de junho de 2016.

### 30 Receita operacional - consolidada

	30/09/2016				30/09/2015			
	Não revisado pelos auditores independentes		01/07/2016 à 30/09/2016 (*)	01/01/2016 à 30/09/2016 (*)	Não revisado pelos auditores independentes		01/07/2015 à 30/09/2015 (*)	01/01/2015 à 30/09/2015 (*)
	Nº de consumidores	MWh	R\$	R\$	Nº de consumidores	MWh	R\$	R\$
Residencial	2.906.337	4.859.650	968.053	3.127.313	2.845.399	4.665.928	1.000.485	2.917.357
Industrial	35.842	1.555.719	300.970	965.108	42.613	1.869.362	427.355	1.212.947
Comercial	270.081	2.789.228	577.379	1.855.803	271.954	2.853.807	640.952	1.840.027
Rural	360.295	1.527.093	261.712	704.889	362.106	1.426.265	263.627	656.430
Poder Público	34.249	637.818	126.822	398.412	34.023	636.102	135.916	384.960
Iluminação Pública	4.689	641.893	67.667	207.151	4.509	638.871	78.656	208.639
Serviço Público	4.299	439.531	74.532	221.011	4.202	416.567	75.652	204.721
Consumo Próprio	902	17.950	-	-	862	17.452	-	-
<b>Subtotal</b>	<b>3.616.694</b>	<b>12.468.882</b>	<b>2.377.135</b>	<b>7.479.687</b>	<b>3.565.668</b>	<b>12.524.354</b>	<b>2.622.643</b>	<b>7.425.081</b>
Suprimento de energia elétrica	-	1.473.717	97.235	171.873	-	669.480	43.436	245.839
Fornecimento Não Faturado Líquido	-	(174.729)	(19.119)	(99.012)	-	(40.997)	8.311	85.926
Disponibilização do sistema de transmissão e de distribuição	283	-	140.439	402.808	170	-	91.013	246.687
Receita de Construção (1)	-	-	339.665	827.048	-	-	297.659	681.725
Serviços Especializados	-	-	979	2.672	-	-	570	1.503
Outras Receitas Operacionais	-	-	15.982	46.296	-	-	17.555	54.380
(-) Ultrapassagem Demanda (2)	-	-	(9.256)	(18.541)	-	-	(4.487)	(12.381)
(-) Excedentes de Reativos (2)	-	-	(19.095)	(36.198)	-	-	(8.865)	(23.636)
Constituição e Amortiz- CVA Ativa e Passiva (3)	-	-	(60.389)	(381.873)	-	-	81.931	174.792
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	-	-	133.489	386.175	-	-	129.124	396.479
<b>Total - receita operacional bruta</b>	<b>3.616.977</b>	<b>13.767.870</b>	<b>2.997.065</b>	<b>8.780.935</b>	<b>3.565.838</b>	<b>13.152.837</b>	<b>3.278.890</b>	<b>9.276.395</b>
Deduções da receita operacional								
ICMS	-	-	531.634	1.667.439	-	-	559.530	1.600.687
PIS	-	-	43.527	132.120	-	-	47.774	139.896
COFINS	-	-	200.496	608.560	-	-	207.340	628.339
CPRB	-	-	367	1.396	-	-	433	433
ISS	-	-	399	1.269	-	-	110	336
Deduções Bandeiras Tarifárias (4)	-	-	(86)	(283)	-	-	86.639	219.970
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	8.072	23.517	-	-	7.692	23.601
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	246.642	784.078	-	-	371.907	841.232
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	-	8.072	23.517	-	-	7.687	23.598
Taxa de Fiscaliz dos serviços de Energia Elétrica - TFSEE	-	-	2.541	7.588	-	-	6.649	6.649
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.041.664</b>	<b>3.249.201</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.295.761</b>	<b>3.484.741</b>
<b>Total - receita operacional líquida</b>	<b>3.616.977</b>	<b>13.767.870</b>	<b>1.955.401</b>	<b>5.531.734</b>	<b>3.565.838</b>	<b>13.152.837</b>	<b>1.983.129</b>	<b>5.791.654</b>

(1) Receita de construção está representada pelo mesmo montante em custo de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem a custo de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica.

(2) Inclui R\$11.291 (R\$806 em 31 de dezembro de 2015) de receita de Ultrapassagem de Demanda e Excedente de Reativo, contabilizado em contrapartida de outros passivos financeiros setoriais, pelas controladas ETO, CAIUÁ, EEB, CNEE, EDEVP E CFLO, conforme Despacho ANEEL nº245/2016.

- (3) Refere-se ao montante de ativos e passivos financeiros setoriais reconhecidos em 30 de setembro de 2016 de acordo com a Deliberação CVM nº 732/14.
- (4) A partir de janeiro de 2015, as contas de energia tiveram a aplicação do Sistema de Bandeiras Tarifárias. O acionamento da bandeira tarifária é sinalizado mensalmente pela ANEEL, de acordo com as informações prestadas pelo Operador Nacional do Sistema - ONS, conforme a capacidade de geração de energia elétrica no país.

A ANEEL, através do Ofício nº 185 de 08 de abril de 2015, com alteração efetuada pelo Despacho nº 245 de 28 de janeiro de 2016, estabeleceu novos procedimentos contábeis para registro das Receitas Adicionais das Bandeiras Tarifárias. Pela alteração proposta, os montantes das bandeiras passam a ser registrados na receita operacional.

As receitas auferidas pela Companhia referentes as bandeiras tarifárias no período findo em 30 de setembro de 2016, foram de R\$155.555 (R\$338.074 em 30 de setembro de 2015), tendo recebido da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias CCRBT o montante de R\$284 em 30 de setembro de 2016 e repassados a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias - CCRBT o montante R\$133.330 em 30 de setembro de 2015. Dessa forma, o efeito líquido das bandeiras tarifárias no resultado das Companhias no 1º semestre de 2016 foi de R\$155.271 (R\$118.104 em 30 de setembro de 2015).

Em 30 de setembro de 2015, o "reembolso do Fundo CDE - bandeira tarifária" foi originalmente registrado na demonstração do resultado na rubrica "energia elétrica comprada para revenda". Para fins de comparabilidade, a Companhia reclassificou o montante de R\$115.944 para a rubrica "Deduções bandeiras tarifárias - CCRBT".

Para os meses de janeiro a agosto de 2016 e 2015 a Aneel homologou os valores conforme abaixo:

Meses	Despacho	30/09/2016	30/09/2015
Janeiro	Nº 265 de 01 de fevereiro de 2016 (Nº 583 de 04 de março de 2015)	(23)	(7.163)
Fevereiro	Nº 797 de 30 de março de 2016 (Nº 829 de 30 de março de 2015)	(26)	(11.013)
Março	Nº 1.061 de 02 de maio de 2016(Nº 1.356 de 4 de maio de 2015)	1	(18.779)
Abril	Nº 1.431 de 31 de maio de 2016(Nº 1.743 de 29 de maio de 2015)	1	(31.871)
Maio	Nº 1.734 de 29 de julho de 2016 (Nº 2.131 de 30 de junho de 2015)	244	(31.215)
Junho	Nº 2.045 de 29 de julho de 2016 (Nº 2.440 de 29 de julho de 2015)	203	(28.529)
Julho	Nº 2.298 de 29 de agosto de 2016 (Nº 3.386 de 06 de outubro de 2015)	(42)	(16.257)
Agosto	Nº 2.626 de 30 de setembro de 2016 (Nº 3.387 de 06 de outubro de 2015)	(42)	(27.569)
Setembro	Valor a ser homologado (Valor a ser homologado)	(32)	(47.574)
		<b>284</b>	<b>(219.970)</b>

### 31 Energia Elétrica comprada para revenda

	MWH (2)		Energia elétrica comprada p/revenda			
	30/09/2016	30/09/2015	01/07/2016 a 30/09/2016	01/01/2016 a 30/09/2016	01/07/2015 a 30/09/2015	01/01/2015 a 30/09/2015
Energia de Itaipú - Binacional	2.208.427	2.168.842	140.361	448.625	249.222	604.405
Energia de leilão	6.182.449	4.863.169	455.780	1.244.225	433.594	1.271.440
Energia bilateral	3.634.969	4.656.528	223.138	750.445	264.702	998.785
Cotas de Angra REN 530/12 (3)	454.523	464.930	30.615	91.670	26.506	82.573
Energia de curto prazo - CCEE	272.076	753.512	51.107	130.876	66.354	348.003
Cotas Garantia Física-Res. Homol. ANEEL 1410 - Anexo I	3.269.358	2.337.645	74.703	200.074	29.859	83.191
Programa incentivo fontes alternativas energia - PROINFA	304.159	287.794	38.656	115.967	27.107	81.325
Ressarcimento pela exposição térmica (1)	-	-	-	-	-	(75.535)
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo	-	-	(90.265)	(269.115)	(97.698)	(284.804)
<b>Total</b>	<b>16.325.961</b>	<b>15.532.420</b>	<b>924.095</b>	<b>2.712.767</b>	<b>999.646</b>	<b>3.109.383</b>

- (1) Através do Decreto presidencial n.º 8.221, foi criada a Conta no Ambiente de Contratação Regulada (CONTA-ACR), destinada a cobrir, total ou parcialmente, as despesas incorridas pelas concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica em decorrência de: (i) exposição involuntária no mercado de curto prazo; e (ii) despacho de usinas termelétricas vinculadas a Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR, na modalidade por disponibilidade de energia elétrica. Em março de 2015 a ANEEL homologou os valores através do Despacho nº 773 de 27 de março de 2015 no montante de R\$75.535.

Os valores referentes ao Despacho já foram repassados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE nas contas correntes vinculadas ao aporte de garantias financeiras do mercado de curto prazo das concessionárias.

Os montantes foram registrados no resultado do período pelas respectivas controladas como redução de custo de energia comprada e sobre eles incidem os encargos de PIS e COFINS.

- (2) Não revisado pelos auditores independentes.
- (3) Contempla valor da REN 1585/2013.

## 32 Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros da Companhia são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por empresas de distribuição de energia elétrica. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das informações financeiras trimestrais e, conseqüentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

As principais coberturas é como segue:

Ramos	Data de vencimento	Cobertura securitária (R\$ mil)	Consolidado
			30/09/2016 e 31/12/2015
Riscos operacionais	23/10/2016	43.000	1.354
Responsabilidade Civil Geral	23/11/2016	50.600	1.817
Frota - Danos Materiais e Corporais a terceiros	30/11/2016	Até 360/veículo	749
Aeronáutico - responsabilidade civil (RETA)	30/11/2016	898	5
Aeronáutico - casco/LUC	30/11/2016	251.559	103
Vida em Grupo - Morte e Acidentes Pessoais	31/12/2016	116.096	1.004
Multirrisco Hangar	20/11/2016	2.500	4
RC Hangar	20/11/2016	41.603	27
Compreensivo Empresarial	28/09/2017	620	4
Transportes	30/01/2017	Até 2.000/transporte	178
			5.245

### Riscos Operacionais

Na apólice contratada foram destacados prédios e equipamentos com seus respectivos valores segurados e seus limites máximos de indenização. Possui cobertura securitária básica, tais como incêndio, raio e explosão de qualquer natureza, danos elétricos, queda de aeronave, impacto de veículo aéreo e terrestre, tumultos, alagamento / inundação, pequenas obras de engenharia, despesas extraordinárias, inclusão / exclusão de bens e locais, erros e omissões.

### Responsabilidade Civil Geral

Apólice contratada na modalidade GERIP, possui cobertura securitária para danos morais, materiais e corporais causados a terceiros em decorrência das operações da empresa.

### Multirrisco

Garante cobertura securitária no caso de prejuízos decorrentes dos riscos causados a prédios, máquinas, móveis e utensílios, mercadorias e matérias primas do segurado.

### Frota

A Companhia mantém cobertura securitária para RCF/V - Responsabilidade Civil Geral Facultativa/Veículos, garantindo aos terceiros envolvidos em sinistros, cobertura de danos pessoais e/ou materiais incorridos.

### Vida em Grupo e Acidentes Pessoais

Garante cobertura securitária no caso de morte por qualquer causa, invalidez permanente total ou parcial por acidente e invalidez funcional permanente de seus empregados.

### Seguros de Riscos de Engenharia, Responsabilidade Civil.

Estes seguros são contratados esporadicamente, de acordo com o programa de construção de PCHs do segurado, com coberturas bem dimensionadas, consideradas suficientes para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros.

## Transportes

Garante a cobertura securitária para carga, descarga, transporte e roubo das mercadorias inerentes ao ramo de atividade do Segurado, principalmente Máquinas e Equipamentos, quando transportadas pelo mesmo em veículos próprios.

## Seguro Aeronáutico

O seguro de Responsabilidade Civil (RETA) e Casco (LUC) garante a cobertura securitária da aeronave e de danos materiais e/ou corporais causados aos passageiros, tripulantes e terceiros.

## Compreensivo Empresarial

A apólice garante proteção contra incêndio, raio, explosão, implosão, danos elétricos, quebra de vidros, perda ou pagamento de aluguel. Estão cobertos os bens maquinismo, móveis e utensílios dos andares do prédio na Avenida Paulista - SP e do escritório na QD 701, Conj. D-Bloco B, Brasília-DF.

## 33 Arrendamento mercantil - consolidado

A controlada EMT possui arrendamento mercantil no montante de R\$3.989 (R\$8.079 em 31 de dezembro de 2015), referente à aeronave, líquido de depreciação, registrados no ativo imobilizado, adquiridos através de contrato de arrendamento mercantil, com prazo de duração 120 meses, com cláusulas de opção de compra e com taxas de juros de CDI.

Durante o período findo em 30 de setembro de 2016, a Companhia em atendimento ao CPC-06 (R1) (Operação de Arrendamento Mercantil), reconheceu os montantes de R\$4.090 (R\$5.452 em 31 de dezembro de 2015), como despesa de depreciação e de R\$2.368 (R\$3.275 em 31 de dezembro de 2015) como despesa financeira referente aos encargos dos contratos.

### Condições contratuais do arrendamento mercantil em 30 de setembro de 2016:

Operação	Vencimento	Características da Operação			Custo da Dívida		
		Periodicidade Amortização	Garantias Reais	Prazo Médio meses	Indexador	Taxa de Juros a.a.	TIR(Taxa efetiva de juros) (*)
CESSNA FINANCE	29/09/2020	Trimestral	Depósito Caução	120	Dólar	6,75%	-11,85%

(\*) Inclui variação cambial.

A liquidação dos contratos em moeda estrangeira no montante de R\$34.858 (R\$46.744 em 31 de dezembro de 2015) será finalizada em 29 de setembro de 2020.

Em 30 de setembro de 2016 os contratos têm seus vencimentos assim programados:

	30/09/2016
2017	2.431
2018	9.722
2019	9.722
2020	7.292
<b>Total</b>	<b>29.167</b>

Seguem as movimentações ocorridas nos períodos findos em 30 de setembro de 2016 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2015:

Descrição	30/09/2016	31/12/2015
Saldos iniciais - 31/12/2015 e 31/12/2014	46.744	35.925
Encargos de dívidas - juros, variação monetária e cambial	(5.297)	19.653
Pagamento de principal	(4.221)	(5.559)
Pagamento de juros	(2.368)	(3.275)
<b>Saldos finais - 30/09/2016 e 31/12/2015</b>	<b>34.858</b>	<b>46.744</b>
Circulante	5.691	9.471
Não circulante	29.167	37.273

(\*) Saldo incluído na nota explicativa nº 21 - empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas.

### 34 Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

Abaixo, são comparados os valores contábeis e valor justo dos principais ativos e passivos de instrumentos financeiros:

Controladora					
	Nível	30/09/2016		31/12/2015	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
<b>Ativos</b>					
Caixa e equivalente de caixa	2	8.580	8.580	912	912
Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados	2	40	40	37	37
Títulos de créditos a receber	2	-	-	845	845
Créditos com partes relacionadas	2	227.331	227.331	268.819	268.819

Controladora					
	Nível	30/09/2016		31/12/2015	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
<b>Passivos</b>					
Fornecedores	2	275	275	288	288
Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures	2	149.331	149.331	138.223	138.223
Débitos com partes relacionadas	2	708.564	708.564	644.004	644.004

Consolidado					
	Nível	30/09/2016		31/12/2015	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
<b>Ativos</b>					
Caixa e equivalente de caixa	2	428.909	428.909	534.452	534.452
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	782.362	782.362	522.255	522.255
Clientes, consumidores e concessionárias	2	1.396.184	1.396.184	1.462.620	1.462.620
Títulos de créditos a receber	2	28.536	28.536	6.295	6.295
Contas a receber da concessão	3	2.466.986	2.466.986	2.180.908	2.180.908
Instrumentos financeiros derivativos	2	52.295	52.295	171.467	171.467
Ativo financeiro setorial	3	616.614	616.614	740.583	740.583
Créditos com partes relacionadas	2	299.665	299.665	327.515	327.515

Consolidado					
	Nível	30/09/2016		31/12/2015	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
<b>Passivos</b>					
Fornecedores	2	988.318	988.318	1.218.469	1.218.469
Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures	2	4.070.747	4.086.045	3.746.987	3.746.107
Instrumentos financeiros derivativos	2	85.566	85.566	48.696	48.696
Passivo financeiro setorial	3	647.761	647.761	371.592	371.592
Débitos com partes relacionadas	2	698.217	698.217	659.900	659.900
Parcelamento de impostos	2	85.027	85.027	95.019	95.019
Taxas regulamentares	2	168.697	168.697	173.500	173.500

#### Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram assim definidos:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo,



diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Em função das controladas de distribuição terem classificado os respectivos contas a receber da concessão e ativos e passivos financeiros setoriais como disponíveis para venda, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. A movimentação e respectivos ganhos (perdas) no resultado do período de R\$75.319, assim como as principais premissas utilizadas, estão divulgadas nas notas explicativas nº 16 e 12.

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/2008 e à Deliberação nº 604/2009, a descrição dos saldos contábeis e do valor justo dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, estão identificadas a seguir:

#### **Não derivativos - classificação e mensuração**

##### **Empréstimos e recebíveis**

Incluem clientes, consumidores e concessionárias, títulos de créditos a receber, outros créditos, ativo financeiro setorial e contas a receber da concessão. São inicialmente mensurados pelo custo amortizado, usando-se a taxa de juros efetiva, sendo seus saldos aproximados ao valor justo.

##### **Aplicações financeiras avaliadas ao valor justo por meio do resultado e ao custo amortizado**

Os saldos das aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários e fundos de investimentos são avaliados ao seu valor justo por meio do resultado, exceto se mantidos até o vencimento, quando a Companhia e suas controladas manifestarem intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, esses ativos são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável.

##### **Ativos financeiros disponíveis para venda**

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado.

Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos diretamente no resultado do período.

##### **Passivos financeiros pelo custo amortizado**

Fornecedores - são mensurados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço, sendo o seu valor contábil aproximado de seu valor justo.

Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures - Os instrumentos financeiros estão classificados como passivos financeiros ao custo amortizado. Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos vinculados aos investimentos das distribuidoras junto a Eletrobrás e BNDES, se aproximam de seus respectivos valores justos, já que operações similares não estão disponíveis no mercado financeiro, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. O valor justo dos passivos financeiros referentes aos empréstimos com bancos comerciais que são negociados em mercados ativos é determinado com base nos preços observados nesses mercados (fonte: CETIP). Para os instrumentos financeiros sem mercado ativo, sendo esses a 4ª emissão de debêntures da Companhia, foi estabelecido o seu valor justo como sendo equivalente ao valor contábil do instrumento. Para algumas das dívidas a Companhia e suas controladas realizaram a opção pela designação ao valor justo por meio do resultado, conforme descrito abaixo.

##### **Derivativos**

O valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliação.

A Companhia e suas controladas têm como política o gerenciamento dos riscos, evitando assumir posições relevantes expostas a flutuações de valor justo. Nesse sentido, buscam operar instrumentos que permitam maior controle de riscos. Os contratos de derivativos são efetuados com operações de *swap* e opções envolvendo juros e taxa de câmbio, visando eliminar a exposição à variação do dólar além de adequação do custo das dívidas de acordo com o direcionamento do mercado.

As operações de proteção contra variações cambiais adversas requerem monitoramento constante, de forma a preservar a eficiência das suas estruturas. As operações vigentes são passíveis de reestruturação a qualquer tempo e podem ser objeto de operações complementares ou reversas, visando reduzir eventuais riscos de perdas relevantes.

### Hedge Accounting

Em de 01 de julho de 2015, a Companhia efetuou a designação formal de parte de suas operações de proteção do tipo “swap” (instrumento de hedge) para troca de variação cambial e juros, para variação do CDI, como hedge accounting. Em 30 de setembro de 2016 essas operações, assim como as dívidas (objeto do hedge) estão sendo avaliadas de acordo com a contabilidade de “hedge” de valor justo. Em tais designações de hedge a Companhia documentou: (i) a relação de hedge; (ii) o objetivo e estratégia de gerenciamento de risco; (iii) a identificação do instrumento financeiro; (iv) o objeto ou transação coberta; (v) a natureza do risco a ser coberto; (vi) a descrição da relação de cobertura; (vii) a demonstração da correlação entre o hedge e o objeto de cobertura; e (viii) a demonstração da efetividade do hedge.

Os contratos de “swap” são designados e efetivos como “hedge” de valor justo em relação à taxa de juros e/ou variação cambial, quando aplicável. Durante o período, o “hedge” foi altamente efetivo na exposição do valor justo às mudanças de taxas de juros e, como consequência, o valor contábil das dívidas designadas como hedge foram impactado em R\$13.623 e reconhecido no resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de “swap” de taxa de juros era reconhecido no resultado.

### Fair Value Option

A Companhia optou pela designação formal de novas operações de dívidas contratadas no segundo trimestre de 2016, para as quais a Companhia e suas controladas possuem instrumentos financeiros derivativos de proteção do tipo “swap” para troca de variação cambial e juros, como mensuradas ao valor justo. A opção pelo valor justo (“Fair Value Option”) tem o intuito de eliminar ou reduzir uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento de determinados passivos, no qual de outra forma, surgiria. Assim, tanto os “swaps” quanto as respectivas dívidas passam a ser mensuradas ao valor justo e tal opção é irrevogável, bem como deve ser efetuada apenas no registro contábil inicial da operação. Em 30 de setembro de 2016 tais dívidas e derivativos, assim como os demais ativos e passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado tem quaisquer ganhos ou perdas resultantes de sua re-mensuração reconhecidos no resultado da Companhia.

Durante o período, o valor contábil das dívidas designadas como “Fair Value Option” foi impactado em R\$1.171 e reconhecido no resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de “swap” de taxa de juros era reconhecido no resultado.

### Incertezas

Os valores foram estimados na data do balanço, baseados em informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa mais adequada do valor justo. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

### Administração financeira de risco

O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia e suas controladas. Assim, fixou limites de atuação da Companhia com montantes e indicadores preestabelecidos na “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro” (revista a cada dois anos e disponível na web site da Companhia) e nos regimentos internos da diretoria da Companhia e suas controladas.

O Comitê de Gestão de Riscos, composto pela Diretoria Financeira e Consultor externo especializado, acompanha, através do Relatório Trimestral de Gestão de Riscos, a adequação das operações à “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro”.

Adicionalmente, a gestão de risco da Companhia e de suas controladas visa identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. Para tanto, a Companhia e suas controladas contam com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro.

### Gestão de Risco de Capital

O índice de endividamento no final do período de relatório é o seguinte:

	Consolidado	
	30/09/2016	31/12/2015
Dívida (a)	4.070.747	3.746.987
Partes Relacionadas (c)	686.885	646.477
Caixa e equivalentes de caixa	(428.909)	(534.452)
Dívida líquida	4.328.723	3.859.012
Patrimônio líquido (b)	(2.472.879)	(2.340.903)
Índice de endividamento líquido	1,75	1,65

- (a) A dívida é definida como empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e longo prazos (excluindo derivativos e contratos de garantia financeira), conforme detalhado nas notas explicativas nº 21 e nº 22.  
 (b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas do Grupo, gerenciados como capital.  
 (c) Energisa S/A, conforme detalhamento na nota explicativa nº 14.

#### a) Risco de liquidez

A Administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos, de forma a garantir o máximo possível a liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia e de suas controladas.

As maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida, são as seguintes:

Controladora							
	Taxa média de juros efetiva ponderada (%meses)	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores		275	-	-	-	-	275
Empréstimos e financiamentos, encargos de dívidas e debêntures.	1,00%	-	3.884	9.658	8.923	514.161	536.626
<b>Total</b>		<b>275</b>	<b>3.884</b>	<b>9.658</b>	<b>8.923</b>	<b>514.161</b>	<b>536.901</b>
Consolidado							
Fornecedores		747.438	58.523	146.308	78.032	365.068	1.395.369
Empréstimos e financiamentos, encargos de dívidas e debêntures.	12,10%	605.065	631.912	1.494.879	800.834	2.766.931	6.299.621
<b>Total</b>		<b>1.352.503</b>	<b>690.435</b>	<b>1.641.187</b>	<b>878.866</b>	<b>3.131.999</b>	<b>7.694.990</b>

#### b) Risco de crédito

A Administração avalia que os riscos das aplicações financeiras de suas disponibilidades são reduzidos, em função de não haver concentração e as operações serem realizadas com bancos de percepção de risco aderentes à "Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro". Constituído no primeiro trimestre de 2010, o

Comitê de Auditoria do Conselho de Administração da Energisa S.A. tem a função de supervisionar se a Administração do grupo vem seguindo as regras e princípios estabelecidos na política.

O risco de crédito, principalmente das distribuidoras de energia elétrica do Grupo Energisa, é representado por contas a receber, o que, no entanto, é atenuado por vendas a uma base pulverizada de clientes e por prerrogativas legais para suspensão da prestação de serviços a clientes inadimplentes.

Adicionalmente, parte dos valores a receber relativos às transações de venda, compra de energia e encargos de serviço do sistema, realizados no âmbito da CCEE, está sujeita a modificações, dependendo de decisões de processos judiciais ainda em andamento, movidos por algumas empresas do setor. Esses processos decorrem da interpretação de regras do mercado, vigentes entre junho de 2001 e fevereiro de 2002, período do Programa Emergencial de Redução de Energia Elétrica.

### Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das informações financeiras intermediárias é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015
<b>Ativos</b>				
Caixa e equivalente de caixa	8.580	912	428.909	534.452
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	40	37	782.362	522.255
Clientes, consumidores e concessionárias	-	-	1.396.184	1.462.620
Títulos de créditos a receber	-	845	28.536	6.295
Ativo financeiro setorial	-	-	616.614	740.583
Contas a receber da concessão	-	-	2.466.986	2.180.908
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	52.295	171.467
Créditos com partes relacionadas	227.331	268.819	299.665	327.515

O detalhamento desses créditos está apresentado nas notas explicativas nºs 6, 7, 8, 12, 14,16 e 34.

### c) Risco de mercado: taxa de juros e de câmbio

Parte dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional, apresentados na nota explicativa nº 21, é composto de financiamentos obtidos junto a diversos agentes de fomento nacional (Eletrobrás, BNDES e FINEP) e outras instituições do mercado de capitais. A taxa de juros é definida por estes agentes, levando em conta os juros básicos, o prêmio de risco compatível com as empresas financiadas, suas garantias e o setor no qual estão inseridas. Na impossibilidade de buscar alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, em face dos negócios das controladas e às peculiaridades setoriais, esses são mensurados pelo “método do custo amortizado” com base em suas taxas contratuais.

Os resultados da Companhia são suscetíveis a variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as operações de vendas de opções vinculadas aos swaps dos passivos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente ao dólar norte-americano. A taxa de câmbio do dólar norte-americano encerrou o período findo em 30 de setembro de 2016, com queda de 16,9% sobre 31 de dezembro de 2015, cotado a R\$3,2462/USD. A volatilidade do dólar norte-americano em 30 de setembro de 2016 era de 16,6%, enquanto em 31 de dezembro de 2015 era de 22,07%.

Do montante consolidado das dívidas bancárias e de emissões da Companhia em 30 de setembro de 2016, de R\$4.081.351 (R\$3.754.629 em 31 de dezembro de 2015), R\$793.594 (R\$908.752 em 31 de dezembro de 2015) estão representados em dólares conforme nota explicativa nº 21. As operações que possuem proteção cambial e os respectivos instrumentos financeiros utilizados estão detalhadas abaixo.

Os empréstimos em dólar norte americano têm custo máximo de 6,75% ao ano mais variação cambial e vencimentos de curto e longo prazo, sendo o último vencimento em abril de 2020.

O balanço patrimonial em 30 de setembro de 2016 apresenta R\$3.350 (R\$21.458 em 31 de dezembro 2015) no ativo circulante, R\$47.430 (R\$150.009 em 31 de dezembro 2015) no ativo não circulante, R\$80.882 (R\$46.873 em 31 de dezembro de 2015) no passivo circulante e R\$3.169 (R\$1.823 em 31 de dezembro 2015) no passivo não circulante, no consolidado, a título de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos atrelados ao câmbio e aos juros, originados da combinação de fatores usualmente adotados para precificação a mercado de instrumentos dessa natureza, como volatilidade, cupom cambial, taxa de juros e cotação do dólar. Não se

tratam de valores materializados, pois refletem os valores da reversão dos derivativos na data de apuração, o que não corresponde ao objetivo de proteção das operações de hedge.

A Companhia possui proteção contra efeitos adversos sobre os financiamentos atrelados à variação cambial, conforme mencionados acima, conforme segue:

Operação	Notional (USD)	Custo Financeiro (% a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta Ativa	Ponta Passiva		
<b>EMT</b>					
Resolução 4131 - Bank of America ML	7.273	VC + (Libor + 1,50%) x 117,65%	CDI + 1,45%	04/05/2017	Fair Value Hedge
<b>EMS</b>					
Resolução 4131 - Bank of America ML	31.446	VC + (Libor + 1,85%) x 117,65%	CDI + 1,49%	01/06/2017	Fair Value Hedge
<b>ETO</b>					
Resolução 4131 - Itaú BBA	65.030	VC + 4,04%	CDI + 2,72%	13/04/2020	Fair Value Hedge
Resolução 4131 - Bank of America ML	13.123	VC + (Libor + 2,50%) x 117,65%	CDI + 1,48%	12/12/2016	Fair Value Option
Resolução 4131 - Santander	29.493	VC + 4,52%	CDI + 2,53%	23/12/2016	Fair Value Option
<b>CAIUÁ</b>					
Resolução 4131 - Itaú BBA	25.893	VC + 4,00%	CDI + 2,25%	28/11/2017	Fair Value Hedge
Resolução 4131 - Bank of America ML	12.882	VC + (Libor + 1,85%) x 117,65%	CDI + 1,50%	12/06/2017	Fair Value Hedge
<b>CFLO</b>					
Resolução 4131 - Itaú BBA	7.663	VC + 5,05%	CDI + 2,95%	26/02/2018	Fair Value Option
<b>EDEVP</b>					
Resolução 4131 - Santander	5.938	VC + 4,52%	CDI + 2,53%	28/12/2016	Fair Value Option

De acordo com o CPC 40, apresentam-se abaixo os valores dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia e suas controladas, cujos valores não foram contabilizados como "fair value hedge", vigentes em 31 de dezembro de 2015 e 30 de setembro de 2016:

Fair Value Option	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	30/09/2016	31/12/2015		30/09/2016	31/12/2015
Dívida designada para "Fair Value Option"	310.575	249.755	Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	(284.798)	(269.391)
			<b>Posição Ativa</b>		
			Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	284.798	269.391
			<b>Posição Passiva</b>		
			Taxa de Juros CDI	(338.334)	(262.574)
			Posição Líquida Swap	(53.536)	6.817
			Posição Líquida Dívida + Swap	(338.334)	(262.574)

A Companhia e suas controladas designam certos instrumentos de “hedge” relacionados a risco com variação cambial e taxa de juros dos empréstimos como “hedge” de valor justo, (“fair value hedge”), conforme demonstrado abaixo:

Fair Value Hedge	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	30/09/2016	31/12/2015		30/09/2016	31/12/2015
Dívida (Objeto de Hedge)*	420.527	448.745	Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	(473.939)	(592.616)
			Posição Ativa		
			Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	475.149	595.586
Swap Cambial	420.527	448.745	Posição Passiva		
(Instrumento de Hedge)			Taxa de Juros CDI	(454.884)	(479.504)
			Posição Líquida Swap	20.265	116.082
			Posição Líquida Dívida + Swap	(453.674)	(476.534)

(\*) Os empréstimos designados formalmente como “Fair Value Hedge” são reconhecidos a valor justo na proporção da parcela efetiva em relação ao risco que está sendo protegido.

O Valor Justo dos derivativos contratados pelas controladas em 30 de setembro de 2016 foi apurado com base nas cotações de mercado para contratos com condições similares. Suas variações estão diretamente associadas às variações dos saldos das dívidas relacionadas na nota explicativa nº 21 e 22 e ao bom desempenho dos mecanismos de proteção utilizados, descritos acima. A Companhia e suas controladas não têm por objetivo liquidar esses contratos antes dos seus vencimentos, bem como possuem expectativa distinta quanto aos resultados apresentados como Valor Justo - conforme abaixo demonstrado. Para uma perfeita gestão, é procedido monitoramento diário, com o intuito de preservar menores riscos e melhores resultados financeiros.

A marcação a mercado (MtM) das operações da Companhia e de suas controladas foi calculada utilizando metodologia geralmente empregada e conhecida pelo mercado. A metodologia consiste basicamente em calcular o valor futuro das operações, utilizando as taxas acordadas em cada contrato, descontando a valor presente pelas taxas de mercado. Os dados utilizados nesses cálculos foram obtidos de fontes consideradas confiáveis. As taxas de mercado, como a taxa Pré e o Cupom de Dólar, foram obtidas diretamente do site da BM&F (Taxas de Mercado para Swaps). A taxa de câmbio (Ptax) foi obtida do site do Banco Central. No caso das opções, as volatilidades implícitas de dólar também foram obtidas na BM&F.

#### Análise de sensibilidade

De acordo com o CPC 40, a Companhia e suas controladas realizaram análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros e derivativos estão expostos, como segue:

#### Variação cambial

Considerando a manutenção da exposição cambial de 30 de setembro de 2016, com a simulação dos efeitos nas informações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das informações financeiras intermediárias):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Dívida Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	(759.947)		(771.000)	(910.771)	(1.092.926)
Variação Dívida	-		(11.053)	(150.824)	(332.979)
Swap Cambial					
Posição Ativa		Alta US\$			
Instrumentos Financeiros Derivativos - USD e LIBOR	759.947		771.000	910.771	1.092.926
Variação - USD e LIBOR	-		11.053	150.824	332.979

## Posição Passiva

Instrumentos Financeiros Derivativos - Taxa de Juros CDI	(793.218)	(793.218)	(793.218)	(793.218)
Variação - Taxa de Juros CDI	-	-	-	-
<b>Subtotal</b>	<b>(33.271)</b>	<b>(22.218)</b>	<b>117.553</b>	<b>299.708</b>
<b>Total Líquido</b>	<b>(793.218)</b>	<b>(793.218)</b>	<b>(793.218)</b>	<b>(793.218)</b>

(\*) Considera curvas de câmbio obtidas em informações disponibilizadas pela Pesquisa Focus vigente em 30 de setembro de 2016, sendo a taxa de câmbio considerada de R\$ 3,2462 no cenário provável, R\$ 4.0578/US\$ no cenário 25% e R\$ 4.8693/US\$ no cenário 50%.

Os derivativos no "Cenário Provável", calculados com base na análise líquida das operações acima apresentadas até o vencimento das mesmas, ajustadas a valor presente pela taxa pré-fixada brasileira em reais para 30 de setembro de 2016, atingem seu objetivo, o que é refletido no valor presente positivo negativo de R\$ 793.218 que serve para mostrar a efetividade da mitigação das variações cambiais adversas das dívidas existentes. Neste sentido, quanto maior a deterioração do câmbio (variável de risco considerada) maiores serão os resultados positivos dos swaps. Por outro lado, com os cenários de deterioração do real frente ao dólar, de 25% e 50%, o valor presente seria negativo de R\$ 793.218 em ambos os casos.

## Variação das taxas de juros

As distribuidoras adquiridas não possuem instrumentos financeiros derivativos indexados a taxa de juros. Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros de 30 de setembro de 2016 seja mantido e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam (CDI = 10,42%, TJLP = 5,57% ao ano ao ano) e caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I (Provável) (1)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
<b>Instrumentos financeiros ativos:</b>					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	1.195.057	Alta CDI	166.352	207.940	249.528
<b>Instrumentos financeiros passivos:</b>					
Swap	(793.218)	Alta CDI	(110.416)	(138.020)	(165.624)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(1.550.015)	Alta CDI	(215.762)	(269.703)	(323.643)
	(299.561)	Alta TJLP	(22.467)	(28.084)	(33.701)
	(4.414)	Alta IPCA	(319)	(399)	(479)
	(384.891)	Alta SELIC	(53.576)	(66.970)	(80.364)
	(645.934)	Alta TR	(11.626)	(14.533)	(17.439)
<b>Subtotal (2)</b>	<b>(3.678.033)</b>		<b>(414.166)</b>	<b>(517.709)</b>	<b>(621.250)</b>
<b>Total - perdas (2)</b>	<b>(2.482.976)</b>		<b>(247.814)</b>	<b>(309.769)</b>	<b>(371.722)</b>

(1) Considera o CDI de 30 de setembro de 2017 (13,92% ao ano), cotação das estimativas apresentadas pela recente Pesquisa do BACEN, datada de 30 de setembro de 2016, TJLP 7,5% ao ano, Selic 13,92%, TR 1,8% e IPCA 7,23%.

Não incluem as demais operações pré-fixadas no valor de R\$403.318.

## 35 Benefícios a empregados

## Plano de saúde

As controladas participam do custeio de planos de saúde a seus empregados, administrados por operadoras reguladas pela ANS. No caso de rescisão e ou aposentadoria, os empregados podem permanecer no plano desde que assumam a totalidade do custeio, não cabendo a Companhia, qualquer vínculo e ou obrigação pós-emprego com esses empregados. No período findo em 30 de setembro de 2016 as despesas com o plano de saúde foram de R\$30.608 (R\$27.573 em 30 de setembro de 2015), no consolidado.

### 36 Compromissos - consolidados

As controladas possuem os seguintes compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a venda de energia:

	Contrato de compra de energia - reais mil						
	Vigência	2016	2017	2018	2019	2020	Após 2020
Caiuá Distribuição de Energia S.A.	2016 a 2048	37.183	144.740	141.644	145.210	125.936	2.392.874
Energisa Mato Grosso Distribuidora Energia S/A	2016 a 2048	297.635	1.229.656	1.382.270	1.523.062	1.525.828	19.512.140
Energisa Tocantins Distribuidora Energia S/A	2016 a 2048	190.256	438.351	447.484	490.998	374.586	7.188.656
Energisa Mato Grosso do Sul Distribuidora Energia S/A	2016 a 2048	188.278	654.459	715.101	729.302	744.136	14.124.012
Companhia Nacional de Energia Elétrica - CNEE	2016 a 2048	19.942	80.343	73.843	72.770	62.942	1.505.958
Empresa Elétrica Bragantina S.A. - EEB	2016 a 2048	22.144	81.832	87.421	116.027	102.369	1.951.511
Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S.A. - EDEVP	2016 a 2048	30.072	127.577	126.289	125.764	113.098	2.202.799
Companhia Força e Luz do Oeste - CFLO	2016 a 2026	16.201	62.131	63.880	65.849	68.032	541.232
		<b>801.711</b>	<b>2.819.089</b>	<b>3.037.932</b>	<b>3.268.982</b>	<b>3.116.927</b>	<b>49.419.182</b>

(\*) O contrato de suprimento da CFLO foi aditado, conforme as disposições previstas no Submódulo 11.1 do PRORET (Procedimento de Regulação Tarifária).

(\*\*) Não estão incluídos os valores referentes à Quota do Proinfa e de Itaipu valores relativos aos contratos de compra de energia, com vigência de 8 a 30 anos, representam o volume contratado pelo preço médio corrente no final de setembro de 2016 foram homologados pela ANEEL.

### 37 Ativos de geração alienado

A controladora Energisa concluiu em 18 de novembro de 2014, negociação com a São João Energética S.A., FIP Investimentos Sustentáveis e Brookfield Energia Renovável SA, empresas indiretamente controladas pela Brookfield Renewable Energy Partners, para venda dos ativos de geração de energia elétrica em operação. A negociação envolveu a alienação da usina hidrelétrica no Mato Grosso (120 MW) de propriedade da controlada Tangará Energia S/A.

A Rede Energia integralizou, em dezembro de 2014, no Fundo FIP REDE GERAÇÃO HIDRELÉTRICA, ações correspondentes a 95,07% do capital social de que possui na Tangará Energia S/A, pelo valor de R\$229.594.

Com base no pronunciamento técnico CPC 31, desde 30 de setembro de 2014, a Companhia reclassificou esses ativos e passivos que foram destinados à venda, sem que houvesse qualquer impacto no resultado.

As transferências dos ativos destinados a alienação foram capitalizados aos Fundos de Investimentos pelo valor de mercado tendo sido finalizada em 30 de maio de 2015 com apuração de ganho de capital de R\$255.300.

Segue apuração do ganho de capital registrado no período findo em 31 de dezembro de 2015:

	Controladora e Consolidado
Valor original de venda dos ativos (recebidos)	171.350
Ajuste preço adicional	4.263
Valor de venda contabilizado pela alienação dos ativos de geração	175.613
Custos dos investimentos alienados	79.687
(=) Ganho apurado na alienação	<u>255.300</u>



Demonstração de resultado da operação descontinuada:

Demonstração do resultado das operações descontinuadas	Controladora	Consolidado
	30/09/2015	30/09/2015
Receita líquida	-	31.761
(-) Custo com energia elétrica	-	(26.869)
(-) Custo de operação	-	(3.552)
Lucro operacional bruto	-	1.340
(-) Despesas operacionais	-	(705)
Resultado do serviço	-	635
Ganho apurado na alienação	255.300	255.300
Receitas financeiras	-	4.354
Despesas financeiras	-	(20.528)
Equivalência patrimonial	(16.206)	-
Outros resultados operacionais	-	58
Lucro (Prejuízo) antes dos impostos	239.094	239.819
(-) Despesa de Imposto de renda e contribuição social	-	(725)
Lucro (Prejuízo) de operação descontinuada	239.094	239.094

### 38 Informações adicionais aos fluxos de caixa

Em 30 de setembro de 2016 e 2015, as movimentações patrimoniais que não afetaram os fluxos de caixa consolidado da Companhia, referentes à combinação de negócios, são como seguem:

	30/09/2016	30/12/2015
<b>Outras transações não caixa</b>		
Contas a receber da concessão - Bifurcação de Ativos	227.963	28.775
Contas a receber da concessão - Atualização VNR	68.345	176.220
<b>Atividades operacionais</b>		
Pagamento de Fornecedores a prazo	68.224	112.585
Incorporação de redes - transferência para obrigações especiais	33.362	30.364
Estoques - transferência para o intangível	-	2.705
<b>Atividades de investimentos</b>		
Aquisição de intangível com pagamento a prazo	68.224	112.585
Obrigações especiais - devolução de recursos Programa LPT	-	5.299
Obrigações especiais - transferência para incorporação de redes	33.362	30.364
Intangível - transferência para estoques	-	2.705
<b>Atividades de financiamento</b>		
Empréstimos e financiamentos - devolução de recursos Programa LPT	-	5.299

### 39 Lucro por ação

O resultado por ação básico e diluído foi calculado com base no resultado do exercício atribuível e a respectiva quantidade de ações ordinárias e preferenciais em circulação.

	Períodos findos em:			
	01/07/2016	01/01/2016	01/07/2015	01/01/2015
	a	a	a	a
	30/09/2016	30/09/2016	30/09/2015	30/09/2015
<b>Lucro líquido básico por ação - operações continuadas:</b>				
<b>Numerador</b>				
Lucro líquido do exercício				
Lucro disponível aos acionistas preferenciais	13.550	19.580	2.550	93.240
Lucro disponível aos acionistas ordinárias	27.345	39.516	5.146	188.177
	40.895	59.096	7.696	281.417
<b>Denominador (em milhares de ações)</b>				
Média ponderada de número de ações preferenciais	532.575	532.575	532.575	532.575
Média ponderada de número de ações ordinárias	1.182.320	1.182.320	1.182.320	1.182.320
	1.714.895	1.714.895	1.714.895	1.714.895
<b>Lucro líquido básico por ação (*):</b>				
Ação preferencial	0,0254	0,0368	0,0048	0,1751
Ação ordinária	0,0231	0,0334	0,0044	0,1592

	Períodos findos em:	
	01/07/2015	01/01/2015
	a	a
	30/09/2015	30/09/2015
<b>Lucro líquido básico por ação - operações</b>		
<b>Numerador</b>		
Lucro líquido do exercício		
Lucro disponível aos acionistas preferenciais	24.907	124.845
Lucro disponível aos acionistas ordinárias	50.267	251.960
	<b>75.174</b>	<b>376.805</b>
<b>Denominador (em milhares de ações)</b>		
Média ponderada de número de ações preferenciais	532.575	532.575
Média ponderada de número de ações ordinárias	1.182.320	1.182.320
	<b>1.714.895</b>	<b>1.714.895</b>
<b>Lucro líquido básico por ação (*):</b>		
Ação preferencial	0,0468	0,2344
Ação ordinária	0,0425	0,2131

## 40 Eventos subsequentes

Aumento de capital:

Em 27 de outubro de 2016 foram recebidos R\$353.726 pela Companhia a título de “recursos recebidos para aumento de capital”, aportados pelos acionistas controladores e não controladores, por subscrição particular (em andamento), respeitando o prazo do direito de preferência.

.Controlada EMT

Em 27 e 28 de outubro de 2016 foram recebidos R\$212.495 pela Energisa Mato Grosso a título de “recursos recebidos para aumento de capital”, aportados pelos acionistas controladores e não controladores, por subscrição particular (em andamento), respeitando o prazo do direito de preferência.

## RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da  
Rede Energia S.A. - Em Recuperação Judicial  
São Paulo - SP

### Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, da Rede Energia S.A. - Em Recuperação Judicial ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2016, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e de acordo com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBCTR2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### Base para a conclusão com ressalva sobre as informações financeiras intermediárias

Conforme mencionado na nota explicativa nº 13 às informações financeiras intermediárias, a controlada indireta Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S.A. possui créditos a receber do Governo do Estado de Tocantins nos montantes de R\$ 83.050 mil e R\$ 24.249 mil (R\$76.977 mil e R\$21.804 mil, em 31 de dezembro de 2015), referentes ao programa Reluz Tocantins e ao convênio firmado para a implementação de linhas de transmissão interligando Tocantinópolis a Xambioá, respectivamente. Em 30 de setembro de 2016, devido à ausência de análises e documentação suporte que demonstrem as condições de realização do ativo, não foi possível concluirmos quanto à adequação dos referidos créditos.

### Conclusão com ressalva sobre as informações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito no parágrafo "Base para a conclusão com ressalva sobre as informações financeiras intermediárias", se houver, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

### Ênfase

#### *Recuperação judicial e continuidade operacional da Companhia*

Conforme descrito na nota explicativa nº 1 às informações financeiras intermediárias, a Companhia se encontra em recuperação judicial, possuindo dívidas com terceiros e com o acionista controlador indireto, que foram renegociadas no contexto da referida recuperação judicial. Em 30 de setembro de 2016, a Administração, baseada em seu plano de negócios que prevê fluxos de caixa oriundos de dividendos de suas controladas e, principalmente, o suporte financeiro de seu acionista controlador indireto, espera que a Companhia tenha êxito

na continuidade das operações cumprindo com todos os compromissos financeiros até que todo processo de recuperação judicial esteja concluído. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

#### Outros assuntos

##### *Demonstrações do valor adicionado*

Revisamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações financeiras intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e como informação suplementar pelas IFRSs que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito no parágrafo "Base para a conclusão com ressalva sobre as informações financeiras intermediárias", se houver, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 11 de novembro de 2016

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes  
CRC 2SP 011.609/O-8 "F" RJ

Antonio Carlos Brandão de Sousa  
Contador  
CRC 1RJ 065.976/O-4